

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NICOLE RAIANE RODRIGUES MORAES

**FEMINISMO E ENGAJAMENTO MILITANTE: PERFIS E REPERTÓRIOS DE LIDERANÇAS DO
FÓRUM MARANHENSE DE MULHERES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NICOLE RAIANE RODRIGUES MORAES

**FEMINISMO E ENGAJAMENTO MILITANTE: PERFIS E REPERTÓRIOS DE LIDERANÇAS DO
FÓRUM MARANHENSE DE MULHERES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Eliana Tavares dos Reis

NICOLE RAIANE RODRIGUES MORAES

**FEMINISMO E ENGAJAMENTO MILITANTE: PERFIS E REPERTÓRIOS DE LIDERANÇAS DO
FÓRUM MARANHENSE DE MULHERES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Eliana Tavares dos Reis

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Eliana Tavares dos Reis (UFMA)
(Orientadora)

Profa. Dra. Dayana dos Santos Delmiro Costa (IFMA)
(Membra externa)

Profa. Dra. Cindia Brustolin (DESOC/UFMA)
(Membra interna)

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues Moraes, Nicole Raiane.
FEMINISMO E ENGAJAMENTO MILITANTE: : pERFIS E
REPERTÓRIOS DE LIDERANÇAS DO FÓRUM MARANHENSE DE MULHERES
/ Nicole Raiane Rodrigues Moraes. - 2025.
180 p.

Orientador(a): Dra. Eliana Tavares dos Reis.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, Maranhão., 2025.

1. Feminismo Maranhense. 2. Trajetória Militante. 3.
Intersecções. 4. Domínios Políticos e Culturais. 5.
Fórum Maranhense de Mulheres. I. dos Reis, Dra. Eliana
Tavares. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Nunca fui muito boa — nem me saí bem — nesses momentos (e espaços) em que preciso nomear todas as pessoas que amo, aquelas que tecem o que sou e o que venho me tornando. Como uma boa geminiana, que ama as palavras e as lágrimas (e como elas me traem!), quase sempre a voz me falha, os olhos se enchem, e o coração acelera. Mesmo assim, neste pequeno espaço, tentarei deixar registrada minha gratidão — simbólica, mas infinita — a cada um e cada uma que se tornou parte fundamental desta jornada e da construção da minha dissertação.

Agradeço pela resiliência e pela luz que me ergueram e acompanham desde que passei a habitar este mundo. Agradeço à força criadora — dona de toda magnitude —, responsável por cada aprendizado, por cada dificuldade, vitória e derrota que moldaram meu caminho.

Sou grata a minha Santa Bárbara e ao meu São João Batista, pelo vigor e pela potência que nunca me abandonaram. Sobretudo nestes últimos três anos (de inúmeros atravessamentos) quando a força dos ventos e da justiça sopraram com força, transformando e ressignificando tudo dentro de mim. Gratidão, infinita, a minha espiritualidade e aos meus: que caminham comigo, me fortalecem, me ensinam e me seguram quando o chão parece faltar.

Aqui, já soluço. Tal qual quando era criança. Principalmente quando o assunto é mainha.

Gostaria de começar falando dela – mainha, Bibia, Maria das Dores (como preferirem). Ela é o significado mais real e emblemático da minha existência.

Reclusa do acesso a direitos básicos, teve uma infância marcada pelo trabalho duro na roça, pelas responsabilidades precoces – cozinhar para o pai, meu bisavô, que labutava sob o sol escaldante, e cuidar dos dez irmãos. Aquela menina (que já era uma grande mulher) não pôde frequentar a escola nem se formar, como talvez tenha sonhado, no silêncio de sua alma.

Dedicou-se arduamente, na infância e juventude, ao trabalho com meu bisavô e à criação dos irmãos. Quando se casou com meu avô, Gualdino, também pobre, a realidade não mudou. Trabalhou quebrando coco, lavando roupas, vendendo de porta em porta. Morou em casas de palha e barro – e até num chiqueiro de bode, em tempos de extrema dificuldade. Mas mainha sobreviveu. Ao chegar a São Luís, ajudada pela irmã amada e amigas de longa data (Raimundinha), tornou-se feirante na Feira do Vinhais. Conquistou seu espaço à força de luta e, com esse trabalho suado, construiu nosso lar. Me alimentou, me cuidou, me sustentou e me deu educação de qualidade – e uma infância com tudo o que ela, um dia, foi privada.

“Estuda, nega, para tu não ser igual a mamãe”, ela me dizia. Mas mal sabia ela que meu maior sonho é me tornar, um dia, metade do que ela é.

Mesmo com dificuldades na escrita e vergonha, mainha esteve presente em toda a minha trajetória educacional, incentivando e celebrando cada conquista, pequena ou grande. Quando ingressei na universidade pública, choramos juntas. E ao longo da graduação, enfrentamos tudo juntas. Hoje, encerro meu mestrado na Universidade Federal do Maranhão. E dedico a você, minha mãezinha, este título e este trabalho. Hoje, a filha da feirante semianalfabeta – que superou a pobreza e a fome – venceu. E venceu muito!

Estendo a dedicação desta dissertação ao meu pai, Raimundo Gomes, que sempre me incentivou, amou, ajudou e apoiou ao longo desses anos. E aos meus irmãos: Ricardo, Rianderson e Rian. Amo vocês.

Agradeço especialmente à orientadora deste trabalho, Prof.^a Dr.^a Eliana Tavares dos Reis, pela dedicação ao longo desses dois anos, guiando-me no fazer científico. Sou profundamente grata pelo aceite da orientação, pela paciência e pelas trocas intelectuais que foram fundamentais para minha formação.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. Igor Gastal Grill, que, mesmo não sendo meu orientador formal, foi de extrema importância para a construção e finalização deste trabalho. Muito obrigada pelas aulas inspiradoras, pelas correções precisas e pelo diálogo constante que enriqueceram minha jornada.

Agradeço à Prof.^a Dra.^a Dayana Delmiro por aceitar compor minha banca examinadora, pela leitura atenta do trabalho e pelas contribuições pertinentes que elevaram a qualidade final da minha pesquisa.

Aos meus companheiros e companheiras e demais componentes do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA). Lugar que se tornou um espaço de debate, reflexões e escrita (depois do almoço no R.U) rrsrrs!

À minha amiga de alma e coração, Milena Moraes, companheira de longa data que me salvou tantas vezes que perdi as contas nos dedos. Sou eternamente grata pela tua existência, minha irmã. Como descrever a dimensão do meu amor e gratidão por essa amizade que transcende palavras? Você esteve presente em cada linha, em cada noite de dúvida, em cada momento de conquista – este trabalho carrega muito de você.

Aos presentes que o PPGCSOC/UFMA me deu: Anna Spindola, Abigail Vale e Roana Gouveia (*in memoriam*). Que alegria imensa foi encontrar vocês nessa jornada, dividindo felicidades, angústias e incertezas nesse processo intenso que, juntas, não apenas sobrevivemos, mas transformamos em algo maior. Roana, mesmo partindo cedo, deixou sua luz em nosso caminho. Obrigada por existirem na minha história.

Ao meu companheiro no amor e na vida, Carlos Wagner, que chegou no meio dessa jornada mas se tornou essencial em cada passo. Obrigada por tantas escutas pacientes, pelos conselhos certos, por acolher meus choros e – principalmente – por sempre comprar sushi e uma coca gelada exatamente quando eu mais precisava. Você transformou os momentos mais difíceis em pausas de afeto e renovação.

À minha querida amiga Maria Fernanda, por ter sido minha companheira de lutas e descobertas ao longo desses dois anos intensos. Você se tornou meu “contato de emergência” da escrita (e da vida!), sempre pronta para ouvir minhas angústias acadêmicas e acalmar meus nervos à flor da pele. Sua paciência infinita e empatia genuína transformaram os momentos mais difíceis em desafios possíveis. Essa conquista tem muito das suas noites de conversa e mensagens encorajadoras.

Aos professores do PPGCSOC/UFMA, meu profundo agradecimento pelas aulas inspiradoras, pelos debates nos corredores e pelos eventos que transformaram nossos diálogos acadêmicos em verdadeiras trocas intelectuais. Cada discussão, orientação informal e comentário perspicaz contribuiu imensamente para a construção desta pesquisa, enriquecendo meu olhar e aprimorando minhas reflexões.

Aos queridos amigos e amigas do NEHPPOL/UEMA, e especialmente ao Prof. Dr. Bráulio Loureiro, meu coração transborda em gratidão. Pelas trocas intelectuais que desafiaram meus pensamentos, pelas escutas atentas nos momentos de dúvida, pelos cafés superfaturados (mas tão valiosos!) nas tardes de sexta que se transformavam em verdadeiras aulas extras de vida. Prof. Bráulio, seu cuidado e orientação me acompanham desde os tempos de graduação – carregando em mim não apenas seus ensinamentos, mas o exemplo de dedicação que você representa.

E a todas as mãos invisíveis que me ergueram: Obrigada!

Pelos cafés compartilhados, pelas mensagens inesperadas, pelos ombros emprestados. Esta dissertação é também feita dos pedacinhos de gente que me ajudaram a recolher os cacos nos dias ruins e a celebrar nos dias bons.

Por fim, mas não menos importante, registro meus agradecimentos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa que me permitiu respirar este trabalho – literalmente. Nos meses mais difíceis, foi esse apoio que garantiu meu foco e alimentou (tanto intelectual quanto no sentido mais prático) esta jornada de pesquisa.

RESUMO

Este trabalho se insere na linha de pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) que investiga as modalidades de inserção e atuação de mulheres que assumem posições de porta-vozes dos domínios políticos e culturais. Mais especificamente, esta dissertação analisa as condições de emergência e consolidação da causa feminista no Maranhão, com ênfase nas trajetórias de cinco agentes que atuam como lideranças do Fórum Maranhense de Mulheres. Para tanto, focalizamos os contextos históricos, sociais e institucionais que possibilitaram o fortalecimento do movimento feminista no estado a partir da década de 1980, destacando os perfis, as inserções políticas, acadêmicas, religiosas e culturais, bem como as causas defendidas pelas protagonistas estudadas. Desta forma, a investigação combina análise histórica, sociográfica e biográfica, mapeando eventos, características sociais e investimentos (militantes, matrimoniais, educacionais e profissionais) numa perspectiva relacional. Com base nisso, verificamos, em primeiro lugar, a relação entre o Movimento Mulheres da Ilha, as mobilizações promovidas pela Igreja Católica e a construção de redes interpessoais, que contribuíram para a articulação do feminismo maranhense. Em segundo lugar, seguimos as pistas de Reis e Grill (2023) para identificar as *justaposições entre diferentes domínios sociais*, bem como as condições das conquistas de *multinotabilidades* por essas intermediadoras no Estado.

Palavras-chave: Feminismo maranhense. Trajetória militante. Intersecções. Domínios políticos e culturais. Fórum Maranhense de Mulheres.

ABSTRACT

This work is part of the research line of the Laboratory for Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC/UFMA), which investigates the modes of insertion and performance of women who assume spokesperson roles in the political and cultural domains. More specifically, this dissertation analyzes the conditions for the emergence and consolidation of the feminist cause in Maranhão, focusing on the trajectories of five agents who serve as leaders of the Maranhão Women's Forum. To this end, we examine the historical, social, and institutional contexts that enabled the strengthening of the feminist movement in the state from the 1980s onward, highlighting the profiles, political, academic, religious, and cultural engagements, as well as the causes championed by the studied protagonists. Thus, the investigation combines historical, sociographic, and biographical analysis, mapping events, social characteristics, and investments (activist, marital, educational, and professional) from a relational perspective. Based on this, we first observe the relationship between the *Movimento Mulheres da Ilha* (Women of the Island Movement), the mobilizations promoted by the Catholic Church, and the construction of interpersonal networks, which contributed to the articulation of Maranhão's feminism. Second, following the leads of Reis and Grill (2023), we identify the juxtapositions between different social domains, as well as the conditions for the attainment of multi-notability by these intermediaries in the state.

Keywords: Maranhão feminism. Militant trajectory. Maranhão Women's Forum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APIB** – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- CCSA** – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CBA-MA** – Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Maranhense
- CEVAM** – Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser
- CNN** – Centro de Cultura Negra do Maranhão
- COAPIMA** – Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- EDUFMA** – Editora da Universidade Federal do Maranhão
- FAPEMA** – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
- FETAEMA** – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão
- FIB** – Faculdade Integrada do Brasil
- FMM** – Fórum Maranhense de Mulheres
- GED** – Gabinete da Deputada Estadual Helena Barros Heluy
- GERAMUS** – Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos
- GMI** – Grupo Mulheres da Ilha
- GMISL** – Grupo Mulheres da Ilha de São Luís
- LEEPOC** – Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais
- NEGESF** – Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família
- NIEPEM** – Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Cidadania e Relações de Gênero
- ONG** – Organização Não Governamental
- PAISM** – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- PCdoB** – Partido Comunista do Brasil
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PET** – Programa de Educação Tutorial
- PJ** – Pastoral da Juventude
- PPDRS** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
- REDOR** – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero
- SEDESP** – Secretaria de Desenvolvimento Social
- SEDIHPOP** – Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular
- SEMUS** – Secretaria do Estado da Mulher

SMDH/MA – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UEMASUL – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNISULMA – Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Panfleto distribuído pelo Comitê Oposição pra Valer, com os candidatos Haroldo Saboia (deputado estadual) e José Mário Ribeiro da Costa (senador)

Imagem 2 – Livro *As Caetanas Vão à Luta*, de Mary Ferreira

Imagem 3 – Livro *Os Bastidores da Tribuna*, de Mary Ferreira xx

Imagem 4 – Livro *Casas-Abrigo*, de Lourdes Leitão

Imagem 5 – Foto de estudantes no Centro Histórico de São Luís durante a reivindicação de meia-passagem

Imagem 6 – Síntese do Estatuto do Grupo Mulheres da Ilha no *Diário Oficial/MA*

Imagem 7 – Recorte de jornal *O Imparcial* (1980) sobre o primeiro debate realizado pelo Grupo Mulheres da Ilha

Imagem 8 – Recorte da matéria do *Jornal Hoje* sobre o evento realizado pelo Mulheres da Ilha

Imagem 9 – Panfleto distribuído durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher (1981)

Imagem 10 – Manifestações realizadas pelo Fórum Maranhense de Mulheres

Imagem 11 – Integrantes do Fórum Maranhense de Mulheres na manifestação do Dia 08 de Março em São Luís (2020)

Imagem 12 – Mary Ferreira e Neuzeli Pinto recebendo homenagem em nome do Fórum do Governo do Estado do Maranhão na comemoração dos quatro anos da Casa da Mulher Brasileira (2021)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Núcleos e Grupos de estudo da Região Norte e Nordeste

Quadro 2 – Nível de escolaridade e profissão dos avós

Quadro 3 – Local de nascimento e origem social das agentes

Quadro 6 – Formação Escolar das agentes

Quadro 7 – Inscrições acadêmicas e vínculos com núcleos e grupos de pesquisas

Quadro 8 – Outros cargos profissionais das agentes

Quadro 9 – Informações biográficas de Terezinha Lima

Quadro 10 – Informações biográficas de Lucila Scavone

Quadro 11 – Projetos de pesquisa realizados pelas agentes

Quadro 12 – Produções escritas das agentes (1990-2024)

Quadro 13 – Publicações conjuntas das agentes

Quadro 14 – Publicações de “memória” da “causa feminista maranhense”

Quadro 15 – Principais inscrições militantes e culturais das agentes

Quadro 16 – Grupos de mulheres que emergiram no Maranhão nas décadas de 1980-90

Quadro 17 – Eixos de atuação do Fórum Maranhense de Mulheres

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ano de fundação de núcleos e grupos de estudos de gênero (Norte-Nordeste)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
1.1 Trabalho intelectual e engajamento militante.....	29
1.2 Aportes para pensar “mulheres”, trabalho intelectual e engajamento militante.....	47
2 CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DA “CAUSA FEMINISTA”.....	60
2.1 Breves apontamentos sobre a afirmação de mulheres em domínios acadêmicos e políticos.....	62
2.2. Igreja Católica: Teoria da Libertação, Pastorais e SMDH - MA.....	74
2.3. <i>Meia passagem ou meia cidade</i> : Movimento Estudantil em São Luís/MA.....	82
2.4. “Femininas” e “Feministas”: posicionamentos e debates de “gênero” no Maranhão.....	90
3 PERFIS DAS PORTA-VOZES DO “FEMINISMO MARANHENSE”.....	100
3.1 Caracterização do universo: origens sociais e formação escolar das agentes.....	101
3.2 Perfis profissionais.....	107
3.3 Produções escritas e formulações “acadêmicas” e militantes.....	116
4 INSERÇÕES MILITANTES E INTERVENÇÕES A PARTIR DO FÓRUM.....	134
4.1 Do Grupo <i>Mulheres da Ilha</i> ao FMM.....	141
4.2 Inserções e frentes de atuação dos porta-vozes do “feminismo maranhense”.....	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS.....	172
APÊNDICE I.....	178

INTRODUÇÃO

Podemos localizar a década de 1980 como o período da “redemocratização” brasileira. Após anos de regime militar, o país passou a vivenciar um processo de reabertura política, especialmente no que se refere às chamadas “agendas” e “causas” progressistas. A possibilidade de novas reivindicações fortaleceu alguns movimentos sociais que emergiram na época, fortemente influenciados pelas ondas de manifestações pelos direitos civis nos Estados Unidos desde a década de 1960. Nesse cenário, destacam-se o movimento negro e o movimento feminista (Arruda, 2021, p. 10; Ferreira, 2007).

O *Fórum Maranhense de Mulheres* (FMM) foi criado nesse contexto político e social, sendo considerado um dos grupos pioneiros na luta feminista no estado do Maranhão. De acordo com documentos bibliográficos e, especificamente, com a versão de Pinto e Ferreira (2017), publicada na Carta de Princípios do Fórum Maranhense de Mulheres, a organização foi criada em 1986, a partir da iniciativa do Grupo *Mulheres da Ilha*. Esse grupo resultou de debates e desdobramentos após a realização do curso de extensão “Mulher na Sociedade Brasileira”, promovido pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (Ferreira, 2007).

A motivação inicial desta articulação, segundo os registros de Ferreira (2007, p. 89, *grifo nosso*), uma das principais idealizadoras, fundadoras e porta-vozes do movimento no Estado, decorreu da necessidade de “encontrar uma solução para toda a discriminação sofrida pelas mulheres maranhenses”. O *Grupo Mulheres da Ilha* era constituído, majoritariamente, por professoras universitárias, educadoras e estudantes vinculadas a instituições de ensino superior. No decorrer da década de 1980, muitos grupos de mulheres surgiram tanto na capital maranhense quanto nas regiões interioranas. A maioria de suas/seus integrantes participou e ainda compõe o Fórum Maranhense de Mulheres, incluindo organizações como o *Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa*, *Espaço Mulher*, *Grupo 8 de Março*, *União de Mulheres*, *Grupo de Mulheres do PDT*, *Grupo de Mulheres do PT*, *Coordenação Estadual da CUT*, *Coordenação de Mulheres da Fetaema* e o *Coletivo de Trabalhadores Rurais*.

Os perfis investigados neste trabalho estão inseridos neste conjunto de movimentos feministas maranhenses da década de 1980, especialmente no âmbito do *Grupo Mulheres da Ilha*. Desde sua fundação, esse grupo esteve mobilizado em articulação com outros movimentos e instituições, tais como entidades religiosas, sindicais e universitárias. Portanto, trata-se de um espaço que abrange porta-vozes inseridas/os em uma “justaposição de domínios e lógicas de atuação” (Reis e Grill, 2023)

Esta dissertação dedica-se à análise de agentes sociais que concentraram e continuam a acumular recursos e habilidades específicas para a manipulação da *arte da representação política* (Grill e Reis, 2016; Bourdieu, 1988, 2002), estabelecendo-se como vozes legitimadas da causa “feminista” no contexto maranhense. Para tanto, examinamos os perfis de cinco mulheres atuantes nos domínios político e cultural do estado, que utilizam a categoria “gênero” como eixo central de suas reivindicações e mobilizações em torno da pauta “feminista”. Por meio de investimentos contínuos na produção de bens simbólicos e na construção de capital político-cultural, essas mulheres conquistaram reconhecimento social e posições de destaque como militantes e intelectuais engajadas nesta causa. A pesquisa busca compreender os processos sociais que permitiram a essas agentes consolidarem sua autoridade discursiva, as estratégias empregadas na representação do feminismo local e a relação entre suas trajetórias individuais e a institucionalização do movimento no Maranhão.

A noção de *representação* constitui o eixo central desta investigação, operando em dois planos complementares. Primeiramente, conforme Bourdieu (1996, p. 720), como processo de objetivação discursiva que “[...] imprime na objetividade de um discurso público ou de uma prática exemplar, uma maneira de ver e de viver o mundo social”. Em segundo lugar, como ato performativo que, nas palavras do mesmo autor (BOURDIEU, 1996, p. 111), se configura como “[...] discurso que pretende fazer acontecer o que anuncia no ato de enunciá-lo”. Essa dupla dimensão - descritiva e performativa - encontra ressonância na análise de Grill (2015, p. 22) sobre o contexto brasileiro, ao destacar a necessidade de examinar “[...] as articulações possíveis [...] entre 'a vocação' para representar (nos mais variados sentidos que a expressão pode adquirir) e a 'arte' de escrever”. Tal perspectiva nos permite compreender a representação simultaneamente como: (1) construção simbólica da realidade social; (2) ato político de produção de efeitos no mundo; e (3) habilidade técnica articulada a disposições sociais específicas.

Nesse caso, para identificar as bases da legitimidade e do reconhecimento que credenciam essas mulheres como porta-vozes do “feminismo maranhense”, é imprescindível analisar suas trajetórias em conjunto com as atuações que desempenharam e desempenham nos grupos feministas surgidos a partir da década de 1980. Localizá-las dentro do processo histórico mais amplo acerca dos debates “feministas” e de “gênero” nos possibilita compreender quais foram as condições de emergência da causa e quais recursos sociais e simbólicos viabilizaram suas “entradas” no jogo político (Reis, 2015).

A partir de um recorte de pesquisas documentais e contatos prévios com integrantes que compõem o *Fórum*, identificamos cinco agentes, que se destacaram: Mary Ferreira

(Fundadora e coordena o NIEPEM/UFMA), Neuzeli Pinto (Diretora e coordena o NEGESF/UEMA), Conceição Amorim (Coordena o Fórum de Mulheres em Imperatriz/MA), Lourdes Leitão (Co-fundadora e integra o colegiado, coordena o GERAMUS/UFMA), Silvane Magali (integra o colegiado do Fórum e desenvolve atividades na diretoria de mulheres negras). Esse recorte leva em consideração tanto as atividades e os cargos exercidos por elas no interior da instituição, como outras atividades e posicionamentos exercidos em prol da “causa feminista” que, de certa forma, culminaram no seu reconhecimento como porta-vozes do “feminismo maranhense” na esfera social mais ampla.

Conforme argumenta Bourdieu (2004, 2020), os grupos sociais são constituídos dentro de dinâmicas que envolvem disputas pela legitimação de representações sobre a realidade social. Essas disputas não ocorrem de maneira aleatória, mas são mediadas por categorias de interpretação e esquemas de percepção que orientam a construção simbólica e política das causas e dos agentes nelas envolvidos. Nesse sentido, as noções de “gênero” e “feminismo” não são conceitos fixos, mas categorias em constante negociação e ressignificação, variando conforme o contexto histórico, social e político no qual são mobilizadas.

No contexto analisado, é essencial examinar os diferentes significados atribuídos às categorias de “gênero” e “feminismo”, uma vez que essas concepções influenciam os posicionamentos das agentes, bem como as disputas em que estão inseridas, delineando as especificidades do “feminismo maranhense”. A identificação desses elementos possibilita uma compreensão mais aprofundada dos princípios de hierarquização que estruturam os diferentes *domínios sociais* nos quais essas agentes atuam (Grill e Reis, 2020). Além disso, permite a análise dos códigos e representações que sustentam as dinâmicas do espaço social, bem como das relações de aproximação ou distanciamento estabelecidas em torno da “causa feminista” que defendem.

Dessa forma, torna-se fundamental analisar as disposições e estratégias que são mobilizadas, assimiladas e ressignificadas ao longo das trajetórias das agentes, uma vez que esses elementos desempenham um papel central na construção de suas posições nos domínios social e político (Arruda, 2021; Reis, 2015).

Significativo enfatizar, nesse sentido, que, no recorte da presente pesquisa, partimos das mobilizações feministas exercidas a partir de uma instituição específica, que se constitui em um contexto específico, condensa relações diversas e expressa concepções de “política” / “cultura” / “feminismo” / “militância” / “mulheres” / “intelectual”. De modo algum, a pretensão aqui é homogeneizar ou tomar como pressuposto classificações que assemelham

concepções e compreensões acerca desse terreno múltiplo que os debates (e disputas) feministas se inserem. Nossa pretensão é considerar as práticas e os deslocamentos que possibilitaram, frente a outras/os agentes inseridos nessa gleba de estudos e movimentos, o estabelecimento de particularidades e expertises que ensejaram gratificações sob formas variadas nas trajetórias das agentes investigadas.

O presente trabalho insere-se na agenda de pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA), que tem como objetivo compreender os entrecruzamentos entre os segmentos políticos e culturais nos contextos nacional e regional. Mais especificamente, esta pesquisa integra a linha de investigação dedicada às “modalidades, espaços e repertórios de intervenção das elites”, cujo propósito central é analisar como, quando e sob quais condições históricas determinadas/os agentes conquistam e ocupam posições de destaque no espaço social mais amplo. Para isso, o estudo busca identificar os recursos e estratégias mobilizados ou passíveis de mobilização por essas/esses agentes em diferentes contextos sociais e históricos, compreendendo as dinâmicas que possibilitam sua ascensão e legitimação nesses domínios.

A relevância sociológica de tomar o Fórum Maranhense de Mulheres e as trajetórias das agentes supracitadas como objetos de estudo manifesta-se a partir da interlocução com a orientadora e das contribuições das disciplinas ministradas pelos coordenadores do (LEEPOC/UFMA). O contato com o modelo analítico, a literatura especializada e os desdobramentos de pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa suscitou problematizações acerca das “modalidades de inserção” dessas agentes nos domínios político, acadêmico e cultural, bem como sobre suas práticas, produções escritas e as condições históricas, sociais e institucionais que possibilitaram sua atuação. Além disso, foram aprofundadas estratégias metodológicas e reflexivas fundamentadas na análise bourdieusiana, com foco nas articulações e nos movimentos relacionais das/os agentes em dinâmicas competitivas, as quais as/os credenciam à ocupação de posições estratégicas enquanto produtores de bens simbólicos (Bourdieu, 2004).

Diante dos aspectos apresentados, esta pesquisa busca compreender os condicionantes específicos que possibilitaram a formação de militantes-intelectuais da causa “feminista maranhense”. Em outras palavras, quais dinâmicas internas e externas do domínio estudado foram determinantes para que essas agentes fossem reconhecidas como intelectuais, especialistas e militantes?

Com base nessa problematização, este estudo propõe-se a examinar os perfis das agentes, os recursos sociais e culturais mobilizados, os investimentos realizados ao longo de suas trajetórias e as modalidades de inserção no domínio político, investigando os

mecanismos que sustentam sua legitimação e influência nesse espaço (Reis e Grill, 2016; Reis, 2015; Bourdieu, 2001).

Destacamos, em especial, as interseções entre os domínios militante e universitário, com ênfase em agentes “que conseguiram monopolizar oportunidades de poder político e cultural graças às suas inscrições no espaço por excelência de reprodução da cultura legítima e das competências intelectuais: a universidade” (Grill e Reis, 2016, p. 167). A partir da análise dos dados coletados sobre o universo empírico da pesquisa, constatamos que essa aproximação entre militância e academia está presente, em diferentes graus, nos cinco perfis selecionados. Todas as agentes mencionadas possuem vínculo com instituições de ensino superior (IES) e atuam ou atuaram como pesquisadoras e docentes. Com o aprofundamento das leituras, a aproximação com integrantes do Fórum Maranhense de Mulheres e a investigação nos sites das respectivas IES, observamos que essa atuação no meio universitário não se limita ao ensino e à pesquisa, mas se estende a outros segmentos institucionais, tanto internos quanto externos às suas profissões originais.

Para a construção da base de dados desta pesquisa, foram utilizados diversos recursos metodológicos, incluindo fontes digitais e entrevistas. Entre as principais plataformas consultadas, destacam-se a *Plataforma Lattes*, os *sites* institucionais das universidades às quais as agentes estão ou estiveram vinculadas, bem como a página oficial do Fórum Maranhense de Mulheres. Além disso, foram analisados materiais disponíveis em *domínios digitais*, como entrevistas, depoimentos, imagens e reportagens publicadas em jornais e revistas, que fazem referência aos perfis investigados. O estudo também envolveu o monitoramento das *comunidades virtuais*, especialmente *Instagram* e *Facebook*, tanto das próprias agentes quanto do Fórum Maranhense de Mulheres, permitindo a assimilação de informações sobre suas atividades e engajamento social. Associado a essas fontes, foram conduzidas entrevistas com as agentes, visando complementar e aprofundar a análise.

Esse procedimento metodológico está em consonância com a abordagem proposta por Eliana Reis (2015), segundo a qual “[...] a detenção de dados biográficos é imprescindível para a apreensão dos perfis sociais e das respectivas carreiras político-partidárias, sindicais, profissionais e escolares dos agentes, bem como para a extração, a partir dos relatos, da caracterização dos [...] recursos e das estratégias acionadas com vistas à conquista ou

manutenção de posições sociais e políticas" (Reis, 2015, p. 18-19).

Dessa forma, a coleta e análise dos dados biográficos tornam-se fundamentais para compreender as dinâmicas de inserção social e os mecanismos de reconhecimento dessas agentes, permitindo identificar os fatores que condicionam sua atuação nos diferentes espaços de militância e produção intelectual.

Conseguimos realizar entrevistas e interlocuções com quatro das cinco agentes investigadas. Neuzeli Pinto, Conceição Amorim, Mary Ferreira e Silvane Magali participaram diretamente das entrevistas conduzidas para esta pesquisa. No entanto, Lourdes Leitão não retornou às nossas tentativas de contato, realizadas por meio de e-mail. Embora sua participação fosse fundamental para os objetivos deste estudo, buscamos compensar essa ausência por meio da análise de materiais biográficos disponíveis em bibliotecas, sites institucionais e recortes de jornais, permitindo assim a reconstrução de aspectos essenciais de sua trajetória.

Os dados coletados foram sistematizados e organizados em quadros sinópticos, permitindo a estruturação e análise das informações referentes às origens sociais das agentes, incluindo aspectos como local de nascimento, profissão dos pais, escolaridade e localização geográfica, entre outros. O tratamento desses dados fundamenta-se na abordagem prosopográfica, que possibilita a identificação de padrões e recorrências nas trajetórias analisadas. Segundo Christophe Charle (2006), a prosopografia oferece ganhos significativos para a pesquisa, pois permite “[...] apreender, por meio de biografias coletivas, o funcionamento social aproximado das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados”. (p. 48).

A construção dos quadros sinópticos a partir das entrevistas, interlocuções e exames documentais aprofundados possibilitam uma exploração das dinâmicas sociais sob uma perspectiva individual e relacional, ressaltando aspectos comuns entre os perfis investigados dentro de um determinado contexto histórico.

A exploração dos dados biográficos permitiu uma compreensão aprofundada das inserções das agentes nos diversos espaços de atuação, considerando as dinâmicas que marcaram suas trajetórias ao longo de diferentes períodos históricos. Esse enfoque se contrapõe às concepções criticadas por Bourdieu (1986), que apontam a tendência de

interpretar as trajetórias de maneira linear e homogênea, desconsiderando as contradições e os múltiplos fatores que influenciam os percursos individuais nos domínios sociais.

O uso criterioso dos dados biográficos permite a compreensão da trajetória como uma "[...] série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (Bourdieu, 1986, p. 189). Isso implica reconhecer que as trajetórias não seguem um percurso contínuo, mas são moldadas por um conjunto de encontros, rupturas, reconfigurações e conflitos. Assim, torna-se essencial analisar os efeitos dessas dinâmicas na construção dos percursos das agentes, considerando os processos de negociação, adaptação e disputa simbólica que influenciam sua inserção e consolidação em diferentes espaços.

Com o objetivo de identificar essas inserções de forma mais precisa, as informações presentes nos *Currículos Lattes* das agentes constituíram uma fonte essencial de dados. Esses currículos reúnem, entre outros elementos, informações sobre formação acadêmica e profissional, atividades e projetos desenvolvidos, produção intelectual, participação em bancas, atuação em núcleos e laboratórios de pesquisa. A análise desses dados possibilitou uma compreensão ampliada sobre aspectos como origem geográfica, ano e instituição de formação superior (graduação, mestrado, especialização e doutorado), área de atuação profissional e vínculos institucionais estabelecidos após a obtenção dos títulos acadêmicos. Além disso, foi possível mapear as atividades desempenhadas, os cargos administrativos ocupados, bem como a fundação e coordenação de grupos e laboratórios de pesquisa.

A localização geográfica e institucional das trajetórias profissionais das agentes permitiu descrever as dinâmicas de *multinotabilidades* e *multiposicionalidades* (Grill e Reis, 2020, 2016) adquiridas ao longo de suas carreiras. Esse mapeamento evidenciou a importância das relações sociais nos processos de reconhecimento, demonstrando como as agentes estão interligadas em *redes* de socialização que contribuem para sua legitimação como “porta-vozes” do “feminismo maranhense”.

O papel das relações sociais na obtenção de reconhecimento, mobilidade e conquistas ao longo das carreiras das agentes tornou-se evidente a partir da análise detalhada de seus posicionamentos e inserções nos espaços de consagração cultural e militante. Esses espaços desempenham um papel central na formação, integração e legitimação de agentes, permitindo sua consolidação em diferentes momentos históricos, políticos e sociais. Além

dos aspectos sociais, culturais e políticos, a pesquisa também se dedicou à identificação e análise das produções intelectuais dessas agentes. Observou-se, ao longo do estudo, um investimento significativo na produção escrita, refletindo o engajamento das pesquisadas na construção e difusão de saberes. Diante disso, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos, organizados de forma a aprofundar a compreensão dessas dinâmicas e dos elementos que contribuem para a legitimação das agentes.

No primeiro capítulo, desenvolvemos um debate teórico sobre a bibliografia que fundamenta a análise das trajetórias das agentes estudadas. Mais especificamente, são apresentados os principais referenciais teóricos e conceitos que orientam a investigação dos perfis sociais, dos posicionamentos e dos investimentos das mulheres analisadas. O objetivo central é explicitar a base teórica que sustenta a dissertação, destacando as categorias de análise que serão retomadas ao longo do trabalho, de modo a garantir a coerência analítica e a articulação conceitual da pesquisa.

O segundo capítulo investiga as condições históricas que possibilitaram o surgimento e a consolidação do “movimento feminista” no Maranhão, com especial atenção aos processos de formação política de suas porta-vozes. Partindo de um amplo levantamento de publicações produzidas pelas próprias ativistas e por estudiosos/as do feminismo local, analisamos como essa causa se estruturou a partir de três eixos fundamentais de mobilização social: os movimentos vinculados à Igreja Católica, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (1979) e a emblemática Greve pela Meia Passagem (1979). Através da análise desses três eixos, demonstramos como o “feminismo maranhense” não surgiu isoladamente, mas foi gestado nos espaços de militância social da época. As pastorais, o movimento estudantil e as organizações de direitos humanos funcionaram como verdadeiros “viveiros” de lideranças feministas, onde as futuras porta-vozes adquiriram repertórios de ação, construíram redes de apoio e desenvolveram uma consciência política que posteriormente seria direcionada para a causa das mulheres. Este capítulo revela, portanto, as raízes profundas que conectam a história do “feminismo” no Maranhão aos grandes movimentos sociais do período, destacando como essas experiências formativas moldaram tanto o conteúdo quanto às estratégias de atuação das lideranças do movimento.

No terceiro e último capítulo focamos na análise dos perfis sociais, culturais e militantes das mulheres estudadas. Realizamos uma descrição das origens sociais, investimentos escolares, matrimônios, inscrições militantes e culturais etc; à vista disso, apontamos semelhanças e diferenças entre as características sociais dos perfis investigados. Atrelado a esse esforço, também nos debruçamos nas produções escritas e simbólicas das agentes, examinando as temáticas presentes nos artigos e livros publicados; assim como, nas

entrevistas, recortes de jornais e outras produções que fazem menção às problemáticas de “gênero” e “feminismo” nas quais se engajam. No âmbito deste trabalho, as produções escritas são pensadas como repertórios de mobilização e distinção nas lutas políticas e funcionam como uma via de demonstração do trabalho intelectual na política. Considerando claro, que essas produções, em sua maioria, acoplam propostas de intervenções e esquemas práticos que almejam modificar determinados contextos de determinados indivíduos.

Este capítulo também explora as práticas concretas desenvolvidas pelas feministas maranhenses em dois espaços fundamentais de organização: o Grupo *Mulheres da Ilha* e o Fórum Maranhense de Mulheres. Embora apresentemos aqui uma descrição sintética dessas experiências, nosso objetivo é evidenciar como essas articulações traduziram, na prática, os princípios teóricos do feminismo em ações voltadas para a realidade local.

O Grupo *Mulheres da Ilha* emergiu como um coletivo essencialmente vinculado às bases populares, desenvolvendo trabalhos de conscientização sobre direitos das mulheres em comunidades periféricas de São Luís. Suas atividades incluíam desde rodas de conversa sobre violência doméstica até a organização de oficinas profissionalizantes, sempre com o enfoque de empoderar mulheres economicamente vulneráveis. O grupo destacou-se por sua abordagem territorializada, que articulava as demandas feministas às necessidades concretas das mulheres maranhenses, especialmente no que diz respeito ao acesso à saúde, à educação e à justiça. Já o Fórum Maranhense de Mulheres atuou como uma instância mais ampla de articulação política, reunindo diversas organizações e militantes para incidir na agenda pública do estado. Entre suas principais estratégias estavam a pressão por políticas públicas de gênero, a participação em conselhos municipais e estaduais e a organização de campanhas de visibilidade, como o 8 de Março e os 16 Dias de Ativismo. O Fórum tornou-se um espaço privilegiado de interlocução entre o movimento feminista e o Estado, além de funcionar como uma rede de apoio e formação contínua para novas lideranças.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta teórico-metodológica deste trabalho fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre teoria e método, ou seja, no esforço para se distanciar das dualidades recorrentes nas escolhas teórico-metodológicas das investigações sociológicas. A abordagem adotada segue as orientações de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. A noção de *configuração*, conforme desenvolvida por Elias (1993), auxilia na compreensão das dinâmicas sociais como processos constituídos pela interdependência entre os indivíduos, continuamente marcados por conflitos que visam sua modificação ou manutenção. As tomadas de posição dos agentes contribuem para a redefinição dessas dinâmicas, de modo que é essencial considerar, nesta análise, a “imprevisibilidade dos arranjos sociais”.

Os agentes sociais não atuam de forma completamente autônoma, tampouco de maneira mecânica, mas sim por meio de estratégias os quais são construídos a partir das disposições incorporadas ao longo da trajetória de vida, de suas características sociais, de seus investimentos e das dinâmicas de luta em que estão inseridos (Bourdieu, 2007).

A obra *Mozart: Sociologia de um Gênio*, de Norbert Elias (1995), exemplifica uma abordagem investigativa que se dedica à análise da imprevisibilidade dos arranjos sociais em uma trajetória individual. O livro discute a relação entre indivíduo e sociedade, examinando, a partir do caso de Mozart, os limites e as conexões possíveis entre um indivíduo—com sua carga biológica e particularidades subjetivas—e as estruturas sociais às quais pertence e nas quais foi socializado. Por meio dessa análise, Elias identifica as circunstâncias que possibilitam a emergência de determinadas figuras e suas respectivas chances de sucesso ou fracasso dentro do contexto estudado.

Para tanto, Norbert Elias conduz uma investigação dos arranjos sociais, políticos, econômicos e religiosos que estruturam o cenário analisado, rompendo com uma tradição reificante, que tende a segregar os indivíduos das estruturas sociais. Em outras palavras, ele questiona a concepção de que a sociedade “é constituída por estruturas que nos são exteriores e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível” (Elias, 1999, p. 15). Em oposição a essa visão, Elias propõe uma abordagem mais realista, na qual a sociedade não é um ente externo aos indivíduos, mas sim um conjunto de *relações interdependentes* entre os indivíduos. Para o autor, é essencial compreender como as disposições e inclinações pessoais dos indivíduos se moldam mutuamente, formando *teias de interdependência* que estruturam a vida social.

As ideias de *configuração* e *cadeias de interdependência*, propostas por Norbert Elias, são compatíveis com as formulações de Pierre Bourdieu, especialmente no que concerne à noção de *campo*. Este pode ser compreendido como um “espaço da prática”, no

qual os agentes atuam com certa autonomia, seguindo princípios de legitimação e reconhecimento próprios. Cada campo social possui regras e lógicas específicas, que determinam as estratégias de inserção e disputa dos agentes. Para que possam atuar nesses espaços, os indivíduos precisam mobilizar esquemas específicos de percepção e ação, os quais, no modelo bourdieusiano, são classificados como *habitus*. Segundo Bourdieu, os indivíduos não nascem com o *habitus*, tampouco com seus gostos e preferências já definidos; esses elementos são adquiridos ao longo de suas trajetórias sociais.

Nesse sentido, a socialização desempenha um papel central, pois é por meio dela que os agentes incorporam regras, valores e crenças que estruturam sua visão de mundo. Sendo o *habitus* uma história incorporada, ele implica a internalização do mundo social pelos indivíduos, de modo que sua dimensão biológica se expande para uma dimensão social, a partir das posições e posicionamentos que ocupam no campo. Essas posições e posicionamentos pressupõem formas específicas de agir, pensar e sentir, que operam dentro de um contexto de forças sociais, funcionando como modos de percepção e ação estruturados pelo *habitus*. Assim, os agentes, ao estarem inseridos em diferentes *campos*, engajam-se em *lutas por classificação*. O objetivo dessas lutas é impor visões, princípios de excelência e formas legítimas de classificação do mundo social. Para isso, os agentes e grupos que participam dessas disputas devem possuir capitais e disposições compatíveis, utilizando seus recursos simbólicos, culturais, sociais e econômicos para disputar posições dentro da hierarquia do *campo*. A valorização desses recursos e seu reconhecimento legítimo são fundamentais para determinar o status e a influência que cada agente pode alcançar no espaço social.

As vinculações que os indivíduos e grupos socialmente construídos estabelecem com os “espaços da prática” ocorrem por meio de uma “cumplicidade ontológica”, caracterizada por uma relação de pertencimento e posse, na qual “o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (Bourdieu, 2001, p. 83). Os agentes, ao se envolverem nas *lutas por classificação*, assimilam os sentidos e regras dos campos nos quais estão inseridos. Esse processo ocorre porque, ao internalizar o mundo externo, os agentes ajustam-no aos seus *habitus*, incorporando suas estruturas e princípios. Dessa forma, investem no que Bourdieu (2001) denomina “sentido do jogo”, pois reconhecem, em si próprios—em seus corpos e mentes—, as normas e os mecanismos que regem o funcionamento do campo.

Pierre Bourdieu (2011), em seu texto *É possível um ato desinteressado?*, afirma que a prática social obedece a uma lógica própria, distinta da lógica formal, sendo estruturada a partir da incorporação de esquemas práticos de percepção e apreciação. Esses

esquemas funcionam como instrumentos de construção da realidade, atuando enquanto princípios de visão e divisão do mundo. Dessa forma, trata-se de compreender "[...] como o mundo social constitui a libido biológica, pulsão indiferenciada, em libido social específica", ou seja, "[...] o que transforma as pulsões em interesses específicos, interesses socialmente constituídos que só existem em relação com um espaço social" (*Ibidem*, p. 108).

A dimensão simbólica constitui uma estrutura operante na formação das disposições dos indivíduos, ainda que esse processo ocorra de maneira não explícita. Para Bourdieu, a análise não deve se restringir a uma questão de consciência, mas sim a uma questão de crença, ou seja, crenças inculcadas nos agentes ao longo de sua socialização. Considerando que este estudo se debruça sobre um universo de disputas entre agentes e grupos, com o objetivo de “[...] produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo” (Bourdieu, 1996, p. 117), torna-se essencial questionar o papel dos produtores simbólicos e culturais, bem como as condições que possibilitam a existência e manutenção das “causas” que estruturam as lutas por classificação no espaço social mais amplo.

Para o sociólogo francês, a disputa no campo social não se restringe apenas à produção das representações sociais, mas também envolve a definição de quem tem o direito de representar essas concepções em determinados espaços. A possibilidade de um agente tornar-se um representante reconhecido, ou seja, uma voz autorizada, está diretamente relacionada ao volume de capital que ele detém, especialmente à sua capacidade de manutenção do capital simbólico. Esse capital é fundamental, pois opera nos processos de legitimação e reconhecimento tanto de agentes quanto de causas dentro dos espaços da prática. Bourdieu (1996, p. 149) define **capital simbólico** como:

qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital no campo considerado.

Na dinâmica prática da vida social, o capital simbólico é adquirido por meio de títulos, nomes e rituais de consagração, tais como formaturas, honrarias e prêmios, que conferem aos agentes reconhecimento social e legitimam determinados atributos e qualidades. Os atos de nomeação ou de instituição desempenham um papel central nesse processo, pois classificam, selecionam e sancionam indivíduos e grupos sociais, atribuindo-lhes status distintivo. Essa perspectiva analítica é especialmente relevante para esta pesquisa, pois possibilita compreender como “[...] os objetos sociológicos se apresentam

já classificados, eles são portadores de nomes e de títulos que são tanto indicadores de pertencimento a classes quanto nos dão uma indicação do que significa classificar na existência ordinária” (Bourdieu, 2020, p. 26).

Os grupos, as instituições e os agentes sociais não se apresentam apenas como coisa, mas são construídos e percebidos a partir de atributos e classificações socialmente atribuídos. Como destaca Bourdieu (2020, p. 26), “[...] não se apresenta em si mesma para si mesma”, ou seja, a existência desses agentes está sempre vinculada a qualidades e propriedades sociais incorporadas, que, apesar de parecerem naturais, são na realidade produtos de processos históricos e sociais. Esse caráter aparentemente “natural” das categorias e propriedades sociais contribui para que a dimensão simbólica da dominação muitas vezes passe despercebida. Como consequência, as práticas sociais e culturais tendem a ser camufladas, sendo interpretadas não como fruto de relações interpessoais e disputas simbólicas, mas como aspectos dados e imutáveis da realidade social.

O processo de objetivação das categorias e visões de mundo é resultado das lutas simbólicas travadas entre grupos e classes de agentes, sendo especialmente influenciado por aqueles que possuem condições de impor esquemas de percepção legítimos. Como afirma Bourdieu (2020, p. 112), trata-se de “um principium que permite impor um percipere: é um ser percebido que dá autoridade para impor um receber”, ou seja, um agente que não apenas é reconhecido, mas que também define e legitima formas de ver e interpretar a realidade. Esse princípio indica o papel do representante social, entendido como “aquele que enuncia o [discurso] performativo, aquele que diz e prediz”, pois é percebido como “alguém que detém o direito de predizer” (*Ibidem*, p. 113). Dessa forma, a autoridade desse agente não se limita a sua posição no espaço social, mas se manifesta também na sua capacidade de construir significados e influenciar representações coletivas.

Nesse sentido, ao nos aproximarmos do esquema analítico bourdieusiano, torna-se essencial, em primeiro lugar, compreender o mundo social como um espaço dinâmico, continuamente transformado por conflitos e relações de força. Isso implica afastar-se de concepções harmônicas e lineares, que desconsideram os processos sociais complexos nos quais os agentes estão inseridos. Em segundo lugar, é fundamental manter uma postura crítica e vigilante em relação às evidências e pré-noções que acompanham as categorias de classificação e interpretação do mundo social. Com frequência, tais categorias são apresentadas como “dadas” e “imutáveis”, carregando um viés reificante que obscurece a compreensão da construção relacional e processual dos sentidos e das palavras. Por fim, é necessário identificar os “seres classificadores”, ou seja, aqueles capazes de moldar espaços, conceitos e causas por meio da *arte da representação* (Grill e Reis, 2016; Bourdieu, 1988,

2002).

Para esta dissertação, é fundamental destacar que, conforme Bourdieu (1988), existem instituições especificamente dedicadas à reivindicação de “causas coletivas”, as quais podem ser classificadas como “militantes”. Essas instituições atuam por meio de seus “porta-vozes”, que desempenham um papel central na articulação e defesa dessas causas. Além disso, tais instituições possuem a capacidade de renovar continuamente suas formas de contestação, transcendendo as ações estritamente individuais, como o ato de falar ou protestar isoladamente, que são enfatizadas em outras abordagens teóricas, como a de Albert Hirschman. Sobre essa questão, vejamos as palavras de Pierre Bourdieu acerca da abordagem de Hirschman:

Desertar ou protestar, saída de cena ou voz, (fala) parecem alternativas claras somente se permanece dentro da lógica da ação individual. As instituições especialmente projetadas para expressar exigências, aspirações e protestos fornecem um terceiro caminho: o porta-voz é um voz autorizada que fala em nome de todo um grupo.

A *representação* exercida pelo porta-voz torna-se legítima e coerente na medida em que abarca duas dimensões fundamentais. Primeiramente, os grupos sociais constituem-se como “pessoas coletivas”, por meio de um processo de *delegação social*, que confere ao representante oficial a plena *potentia agendi*, ou seja, o poder de agir e falar em nome do coletivo— um agente “capaz de agir e falar como um só homem” (Bourdieu, 1988, p. 313). Em segundo lugar, os porta-vozes exercem um papel crucial na produção de três níveis interdependentes de representação: **a)** a representação do grupo que defendem, ou seja, a forma como articulam e expressam coletivamente suas demandas; **b)** a auto-representação, que envolve a construção de sua própria imagem como representante legítimo; **c)** a representação das causas e categorias associadas às lutas em que estão engajados.

Isso significa que o porta-voz possui a capacidade de delimitar e estruturar os princípios que regem os espaços nos quais circula, bem como de influenciar os significados e as classificações simbólicas atribuídas às suas atuações e aos grupos envolvidos — sejam eles aliados ou opositores. Dessa forma, torna-se essencial analisar as condições históricas e sociais que possibilitam tanto a emergência de causas quanto o surgimento de porta-vozes legitimados. Paralelamente, é necessário investigar o processo de construção dos “sentidos” e “concepções”, que, ao se consolidarem como interpretações legítimas da realidade social, conferem aos agentes envolvidos um papel intelectual e estratégico nas *lutas por classificação* (Bourdieu, 2020).

1.1. Trabalho intelectual e engajamento militante

Os registros de Gisèle Sapiro (2012, p. 20) indicam que apenas ao longo do século XVIII é possível identificar uma categoria de indivíduos que passaram a exercer a função de intelectual. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao contexto histórico europeu da época, especialmente a partir de 1701, período marcado por transformações significativas. Essas mudanças estruturais foram determinantes para a consolidação do intelectual como agente social, reconhecido não apenas por seu conhecimento, mas também por sua capacidade de influenciar e produzir discursos legitimados na esfera pública.

O Caso *Dreyfus*, ocorrido durante a Terceira República Francesa (1894), representou um marco na relação entre a atuação intelectual e os espaços políticos, redefinindo os limites e as formas de engajamento dos intelectuais na esfera pública. No estudo *Nascimento dos Intelectuais Contemporâneos* (1860-1898), Christophe Charle (2003) analisa esse contexto a partir de uma perspectiva diacrônica, investigando as transformações do campo intelectual francês na segunda metade do século XIX. O autor examina como esse cenário esteve diretamente relacionado à emergência e redefinição das concepções e práticas intelectuais, especialmente a partir dos anos 1898-1899, período em que os intelectuais passaram a desempenhar um papel mais ativo nos debates e conflitos políticos da época.

O estudo de Christophe Charle (2003) traz contribuições indispensáveis para quem busca refletir sobre o papel do intelectual nos espaços de intervenção política. Antes de tudo, é preciso compreender a noção de “intelectual” como uma categoria de classificação e interpretação do mundo social, ou seja, um conceito que está em constante disputa entre aqueles que tentam defini-lo para manter ou conquistar posições e reconhecimentos. Isso significa que não há uma definição fixa ou imutável do que seja “o intelectual”.

Como destaca o autor, essa categoria só pode ser apreendida a partir do seu caráter relacional, uma vez que suas percepções são “[...] sempre em relação a um grupo ou a outro indivíduo” (Charle, 2003, p. 145, grifo nosso). Assim, a posição do intelectual no espaço social não é dada de forma estável, mas se constrói em meio às disputas simbólicas e políticas que atravessam sua atuação.

As modalidades e os espaços de atuação dos intelectuais devem ser analisados de forma processual e relacional, considerando as condições que moldam suas práticas e posicionamentos. A partir do Caso Dreyfus, Christophe Charle (2003) identificou que os modos de pensar, agir e falar dos intelectuais dependem essencialmente de dois aspectos: **a)** a situação do campo intelectual e **b)** a posição social do indivíduo dentro desse campo.

O primeiro aspecto influencia tanto as representações que os próprios agentes do campo têm sobre ele quanto as representações externas de outros agentes e espaços sociais sobre o campo intelectual. Essa dimensão está diretamente relacionada ao grau de autonomia do campo em relação aos demais setores da sociedade e às conexões que estabelece com outras esferas da realidade social. Já a posição social que o indivíduo ocupa no campo intelectual está ligada às propriedades sociais e aos recursos—materiais e simbólicos—que ele detém, bem como às estratégias que mobiliza para representar a si mesmo e aos outros. Essas estratégias são acionadas a partir dos trunfos adquiridos pelo capital simbólico individual, determinando assim suas possibilidades de influência e reconhecimento dentro do campo.

Reflexões semelhantes podem ser encontradas no estudo de Sapiro (2012) sobre o campo intelectual francês. A autora desenvolveu oito modelos típicos-ideais que indicam diferentes formas de intervenção política, tomando como referência três fatores estruturantes do campo intelectual: o capital simbólico, o grau de autonomia em relação às demandas políticas e o nível de especialização dos agentes. A análise realizada por Sapiro demonstra que as modalidades de intervenção política dos intelectuais são influenciadas pelas relações sócio- históricas entre o campo intelectual e o campo político. Essas modalidades podem variar entre agendas mais especializadas e organizadas e outras mais difusas e espontâneas, sendo expressas tanto em atuações coletivas quanto individuais. Além disso, essas formas de intervenção também podem ser identificadas pelas justificativas que os agentes apresentam para seus posicionamentos no espaço social, revelando diferentes estratégias e graus de engajamento político.

Embora a autora apresente seu modelo analítico por meio de tipos ideais descritos separadamente, eles são interdependentes e, em determinadas circunstâncias históricas, podem coexistir sem que haja necessariamente uma contradição entre eles. Como destaca Sapiro (2012, p. 26), “[...] ele é também um modelo dinâmico: cada tipo ideal definiu-se

historicamente em relação ao outro e eles estão em concorrência perpétua”. Os reconhecimentos adquiridos por meio do capital simbólico são, como já mencionado, essenciais para que um agente ocupe posições privilegiadas nos diversos espaços da vida social. No entanto, além desse aspecto, é necessário considerar os processos e práticas de *notabilização* (Politix, 2006, p. 12), os quais influenciam a trajetória de figuras notáveis que emergem em diferentes configurações sociais.

O dossiê Politix (2006) discute como o estudo dessas *práticas de notabilização* permite identificar estratégias e trunfos mobilizados para a aquisição de capital político, evidenciando os mecanismos que sustentam a legitimação e consolidação de agentes no espaço público. Partindo da problematização da definição weberiana de figura notável, os autores destacam as condutas que garantem e sustentam o *status* de notoriedade na hierarquia social, ampliando a análise para a *multidimensionalidade* presente nas práticas e posturas sociais dos agentes. O interesse sociológico, ao considerar essa multidimensionalidade nos campos sociais, conforme proposto por Bourdieu (2002), estende-se para os processos de produção de classificações, que desempenham um papel fundamental na estruturação da vida social e na determinação de seus efeitos objetivos.

A dimensão intelectual na atuação dos porta-vozes pode ser observada no trabalho de formulação de definições legítimas sobre o mundo social, as quais orientam suas ações políticas e fortalecem sua influência no campo em que atuam. A aquisição de capital político possibilita diferentes modalidades de intervenção e formas de reconhecimento em distintos ambientes. No entanto, ao analisar agentes que se inserem em “agendas” militantes e que instituem o militância como um estilo de vida (*lifestyle*), ou seja, como uma parte constitutiva de sua identidade, reivindicando suas trajetórias a partir de seus engajamentos políticos e sociais, torna-se necessário levantar outras questões analíticas, ampliando a abordagem para considerar as dinâmicas específicas que estruturam essas formas de militância.

De acordo com Manton e Poupeau (2006), estudos que buscam compreender as trajetórias de agentes engajados em agendas militantes não devem se limitar à análise do capital político e simbólico, mas precisam considerar uma nova dimensão de investigação, associada à constituição do que os autores denominaram de capital militante. Esse conceito amplia a compreensão sobre os recursos e estratégias mobilizados pelos agentes no campo

da militância, destacando como sua atuação contínua e seus investimentos simbólicos contribuem para a legitimação de suas posições e para o reconhecimento de sua autoridade dentro dos movimentos sociais e políticos.

Falar de capital militante é insistir em uma **dimensão do engajamento** da qual o capital político dá conta de maneira insuficiente. Com efeito, o capital político pode ser considerado como uma forma de capital simbólico, “crédito fundado nas inúmeras operações pelas quais os agentes conferem a uma pessoa socialmente designada como digna de crédito os próprios poderes que eles reconhecem”. O poder simbólico que está associado a ele pode ser analisado como uma expressão de “fetichismo político” pelo qual um grupo social se reconhece na representação que ele faz de si mesmo e de sua relação com outros grupos. Esse capital, ligado à representação coletiva que o grupo lhe atribui, é “fundado na crença”, e tem como ponto essencial “acumular crédito e evitar descrédito”. O capital militante se distinguiria então do capital político que é, em boa parte, um capital de função nascida da autoridade reconhecida pelo grupo e, por isto “instável”: incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, investir, ou simplesmente obedecer, **ele abrange um conjunto de saberes** e de *savoir-faires* **mobilizáveis** no momento das ações coletivas, das lutas inter e intra partidárias, mas também **exportáveis, passíveis de conversão** para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas “reconversões”.

As mudanças na estrutura social ocorridas nas últimas décadas trouxeram impactos relevantes para o campo de estudos sobre engajamento militante na sociologia política francesa. O enfraquecimento do militantismo sindical tradicional e a redução dos engajamentos partidários marcaram um período de diminuição da adesão de militantes e porta-vozes diretamente ligados a organizações políticas formais.

Diante desse cenário, estudiosos como Mantoni e Poupeau (2006, p. 132) chamam atenção para a dificuldade de romper com a visão idealizada do *militantismo*, na qual os engajamentos são frequentemente retratados como processos que “nascem” e se “desenvolvem” de forma natural, sendo explicados predominantemente por discursos vocacionais ou puramente ideológicos. Os autores propõem uma abordagem alternativa, sugerindo que as pesquisas sobre o tema evitem dissociar as disposições incorporadas pelos agentes dos espaços sociais nos quais eles investem. Nesse sentido, argumentam que “[...] a noção de capital militante aparece como uma forma de analisar as lógicas de investimentos militantes que não podem ser suficientemente explicadas por crenças individuais”.

Cabe ressaltar que essa concepção foi formulada a partir da análise do contexto francês, caracterizado por um grau relativo de autonomia dos espaços de atuação e circulação. Considerando essa especificidade, percebe-se que essa perspectiva analítica possibilita compreender como o capital militante pode ser acumulado ao longo das trajetórias de agentes e, posteriormente, reconvertido em outros espaços, como o campo

político (Reis, 2015).

Como discutido ao longo deste trabalho, adotamos o arcabouço teórico da sociologia de Pierre Bourdieu e Norbert Elias para analisar os espaços sociais e as tomadas de posição dos agentes, a partir de uma perspectiva relacional, processual e concorrencial. A sociologia política francesa oferece um conjunto de categorias e mecanismos analíticos essenciais para compreender a constituição do campo intelectual e as modalidades de intervenção política exercidas por porta-vozes de "causas" legítimas.

No entanto, como adverte Grill (2014), o uso desse referencial teórico deve levar em conta as particularidades nacionais e regionais, especialmente no que se refere aos diferentes graus de institucionalização dos campos de pesquisa em contextos *extraocidentais*. Nesse sentido, é fundamental considerar as especificidades locais na aplicação das categorias analíticas, conforme pontua Coradini (2017), evitando generalizações que desconsiderem as dinâmicas próprias de cada realidade social.

Nos contextos latino-americanos, não se pode afirmar a existência de um campo intelectual plenamente autônomo, estruturado por princípios próprios e independentes do campo político. Ao contrário, verifica-se que os espaços políticos e intelectuais são mais fluidos e interseccionados, o que faz com que a circulação e atuação dos porta-vozes em configurações reconhecidamente "periféricas" se desenvolvam sob bases diferenciadas. Trabalhos como os de Neiburg (1995), Sigal (2012) e Pécaut (1990) oferecem contribuições significativas para investigações que buscam compreender as relações entre produção intelectual e ação política. Estudos nessa direção são fundamentais para superar os desafios analíticos impostos pelos contextos periféricos, permitindo um olhar mais refinado sobre as dinâmicas de reconhecimento, disputa e consolidação de posições no espaço público.

Federico Neiburg, ao estudar o fenômeno do peronismo na Argentina, destaca que a configuração do campo de debates intelectuais e, mais especificamente, o processo de constituição das ciências sociais em países periféricos ocorreu de maneira distinta daquela observada nos países centrais. Nos países centrais, a formação do campo científico decorreu de um processo marcado por crescente democratização e independência da produção cultural, o que possibilitou uma maior autonomização desse espaço. Esse cenário favoreceu o surgimento de agentes, categorias e ideais políticos e sociais fundamentados na legitimidade da ciência. Já em contextos periféricos, como o argentino, Neiburg observa que a consolidação do espaço científico ocorreu sob condições significativamente diferentes, sendo atravessada por intervenções diretas do campo político. Como destaca o autor, esse processo foi marcado por “[...] um violento ciclo de intervenções da política no campo

campo intelectual” (Neiburg, 1995, p. 218), evidenciando as dificuldades estruturais para a construção de um campo acadêmico autônomo nesses contextos.

A legitimidade científica atribuída aos intelectuais envolvidos na construção do peronismo e da identidade nacional argentina fundamenta-se na heteronomia que caracteriza essa configuração. Nesse contexto, a produção intelectual não se desenvolve de maneira autônoma, mas sim em um cenário no qual o campo político interfere diretamente na apropriação e circulação dos saberes científicos. Conforme destacam Grill e Reis (2018), essas condições históricas são marcadas por uma “alta pessoalização das relações de poder”, o que possibilita uma intervenção ativa da política sobre o conhecimento científico. Ao mesmo tempo, os próprios intelectuais, embora alicerçados nos códigos de conhecimento legítimos, também desempenharam um papel ativo na formulação de intervenções tanto no campo simbólico quanto no prático da política. A esse respeito, vale retomar as palavras de Neiburg (1995, p. 218).

Creio que minha análise permite **problematizar** esta exigência de sistematicidade, mostrando como, paradoxalmente, a **"ausência de autonomia" funcionou como uma condição** para a constituição de uma visão científica sobre a sociedade argentina.

[...] neste sentido, o caso aqui analisado oferece a oportunidade para uma reflexão sobre o significado particular da existência de formulações — e da presença de formuladores — de representações sobre o mundo social cujos princípios de autoridade se assentam na ciência. (Neiburg, 1995, p. 219).

As modalidades de atuação e circulação dos intelectuais devem ser analisadas considerando a flexibilidade imposta pelas lógicas inter cruzadas entre os diferentes espaços sociais, bem como o baixo grau de institucionalização das esferas sociais nesses contextos (Grill e Reis, 2016).

Nesse sentido, em *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação* (1990), Daniel Pécaut desvela a complexidade dos múltiplos papéis desempenhados pelos intelectuais brasileiros em sua relação dialética com o poder, demonstrando como esses atores transcenderam a mera produção teórica para se tornarem agentes fundamentais na conformação do imaginário político nacional. Ao longo do processo histórico analisado – do Império tardio ao século XX –, os intelectuais revelaram-se figuras polifônicas: ora atuando como legitimadores de projetos estatais (como os tecnocratas do regime militar), ora como críticos radicais (a exemplo dos marxistas nos anos 1960); em alguns momentos como construtores de mitos nacionais (caso dos modernistas e dos teóricos da democracia racial),

noutros como desmistificadores dessas mesmas narrativas.

Pécaut mostra como essa multiplicidade de funções se manifestou especialmente nos períodos de crise institucional, quando os intelectuais foram chamados a mediar entre Estado e sociedade civil, entre tradição e modernidade, entre localismo e cosmopolitismo - um fenômeno que encontra eco em outros contextos periféricos marcados por modernizações truncadas. O estudo revela ainda como essa atuação multifacetada gerou paradoxos: ao mesmo tempo em que buscavam representar as massas, muitos intelectuais mantinham profunda distância social do “povo” que pretendiam encarnar; enquanto criticavam o autoritarismo, frequentemente acabavam por reproduzir lógicas verticalizadas em seus próprios projetos políticos. Essa análise permite compreender a especificidade do caso brasileiro no quadro latino-americano, onde a intelligentsia assumiu, com variações, papel similar de “tradutora cultural” entre modelos importados e realidades locais, entre utopias revolucionárias e pragmatismos políticos. A obra de Pécaut se revela assim fundamental para pensar não apenas a história intelectual brasileira, mas as complexas dinâmicas de mediação cultural que caracterizam as sociedades pós-coloniais em seu tortuoso caminho entre tradição e modernidade.

Complementando a análise de Pécaut sobre os intelectuais brasileiros, o estudo de Silvia Sigal em *Intelectuais e cultura na Argentina* (2012) revela como, em contextos políticos igualmente turbulentos, os pensadores argentinos desenvolveram estratégias ainda mais complexas de atuação. Enquanto no Brasil os intelectuais oscilaram entre mediação e distanciamento, na Argentina - marcada por um peronismo mais radical e por ditaduras particularmente violentas - eles foram obrigados a elaborar formas mais sofisticadas de resistência cultural. Sigal demonstra como, diferentemente do caso brasileiro estudado por Pécaut, onde houve maior espaço para projetos nacionais integradores, os intelectuais argentinos tiveram que navegar em um campo cultural polarizado, desenvolvendo ao mesmo tempo: (1) estratégias de sobrevivência durante a repressão, (2) linguagens críticas capazes de desmontar os discursos tanto da direita autoritária quanto da esquerda ortodoxa, e (3) projetos de reconstrução democrática que evitaram tanto o populismo fácil quanto o elitismo tecnocrático. Essa tríplice atuação - analisada por Sigal através do emblemático caso da revista Punto de Vista - mostra como, em contextos de crise extrema, os intelectuais podem simultaneamente resistir, reinventar-se e preparar o terreno para a reconstrução pós-autoritária, mantendo uma posição crítica que evita tanto a assimilação pelo poder quanto o isolamento estéril.

A variedade de definições disponíveis reflete toda uma diversidade de usos de sentido comum. Convém, pois, delimitar nossa zona de observação explicitando nosso objeto: mais que a evolução ou natureza das ideias, interessam-nos, por um lado, as conexões entre esfera intelectual e esfera política e, por outro lado, discursos e práticas que se apoiam na posse de um saber para legitimar pretensões de intervenção na esfera política. Assim, não consideramos os **intelectuais enquanto criadores, educadores ou profissionais, mas como produtores e agentes de circulação de noções comuns**, concernentes à ordem social. (Sigal, 2012, p. 56).

A aplicação da sociologia bourdieusiana à realidade brasileira tem sido objeto de análise crítica em trabalhos como os de Odaci Luiz Coradini, que destacam tanto as potencialidades quanto os desafios dessa abordagem em contextos periféricos. Em *O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização* (1996), Coradini argumenta que, embora o esquema analítico bourdieusiano represente um avanço para as ciências sociais, sua implementação no Brasil enfrenta obstáculos específicos devido às diferenças estruturais nos campos acadêmicos e profissionais.

O autor ressalta que a complexidade dos conceitos de *habitus*, *campo* e *capital* exige um rigor metodológico muitas vezes incompatível com as condições precárias de pesquisa e a fragilidade institucional do meio acadêmico brasileiro, marcado por assimetrias regionais e escassez de recursos. Além disso, Coradini aponta para a necessidade de adaptações criativas, já que a realidade brasileira – com sua histórica desigualdade social, hibridismo cultural e trajetórias institucionais descontínuas – demanda uma releitura dos pressupostos bourdieusianos, originalmente formulados para contextos europeus com maior estabilidade estrutural. Sua análise enfatiza que a apropriação produtiva dessa teoria no Brasil depende da superação de um “ecletismo superficial”, que tende a isolar conceitos de sua base epistemológica, e da construção de abordagens que articulem a historicidade local com as ferramentas teóricas bourdieusianas. Essas reflexões são particularmente relevantes para estudos sobre elites intelectuais, educação e desigualdade no país, temas nos quais Coradini demonstra como a sociologia de Bourdieu pode iluminar dinâmicas de reprodução social, desde que contextualizada criticamente.

Nesse sentido, também destacam-se os trabalhos de Eliana Reis e Igor Grill (2016; 2018; 2020; 2023), desenvolvidos no Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA). Essas pesquisas têm se dedicado a investigar as configurações de influência, os processos de consagração e as interseções entre os espaços político, intelectual e cultural no Brasil, contribuindo para a adaptação e o refinamento do referencial bourdieusiano em contextos de menor institucionalização.

A autora e o autor, em suas pesquisas, demonstram como a estruturação dos espaços nacionais e regionais é caracterizada por justaposições e intercruzamentos de lógicas distintas. Uma alternativa proposta por eles é considerar que, embora não existam critérios ou regras tão sistemáticas como em contextos mais institucionalizados — como o caso francês —, ainda é possível identificar níveis de hierarquização dos espaços sociais. Dessa forma, torna-se viável analisar quais recursos os agentes mobilizam para alcançar posições relativamente bem situadas na sociedade, compreendendo os mecanismos que orientam sua trajetória e legitimação nesses contextos.

É possível detectar os múltiplos recursos (materiais e simbólicos), mais ou menos institucionalizados, personificados por agentes que conquistam notoriedade e legitimidade para definir e agir sobre o mundo social. Compreendendo como, por esse intermédio, alcançam posições (de) notáveis nas hierarquias de domínios específicos e na do espaço social mais amplo (Grill e Reis, 2016, p. 23).

O caráter estruturante das conexões interpessoais em contextos como o brasileiro evidencia que os limites entre o que é considerado "pessoal" e "institucional" são menos rígidos, estando sujeitos a uma complexa intersecção de fatores, tais como origem social, filiações políticas e ideológicas, localização geográfica, condições econômicas e até mesmo alianças matrimoniais. Além disso, a aquisição de títulos e a ocupação de cargos em instâncias de consagração cultural — especialmente aqueles que possibilitam trânsitos internacionais — também são apontados pela autora e pelo autor como fatores determinantes para a obtenção de notoriedade. Esses elementos não apenas reforçam a posição dos agentes em espaços estratégicos, mas também contribuem para sua legitimação e reconhecimento dentro de circuitos sociais e acadêmicos.

[...] a relevância das relações pessoalizadas e seu caráter estruturante da dimensão mais vasta do ordenamento tanto social como político, tornando mais fluidos os limites entre o que é formal ou informalmente considerado como da ordem da “política”, da “intelectualidade”, da “religião”, e assim por diante, bem como são menos nítidas as distinções entre interações regidas por lógicas institucionais e pessoais. O segundo é que a monopolização personificada e a ativação de determinados recursos que efetivamente contam (principalmente de origens sociais, títulos escolares e redes de relações) colaboram para a ocupação das posições as mais bem alocadas na hierarquia social como um todo e naquelas posições equivalentes nos domínios específicos (Grill e Reis, 2018, p. 192-193)

Para abarcar essas diferenciações e interseções, a autora e o autor propõem a operacionalização da ideia de *domínios sociais* como uma alternativa analítica para compreender as justaposições descritas anteriormente. Essa perspectiva permite analisar contextos em que não se observa um alto nível de autonomização dos espaços sociais, mas que, ainda assim, possuem delimitações estruturadas por injunções legítimas. Como destacam os autores, “[...] não significa dizer que não sejam circunscrições por injunções legítimas, nas quais atuam agentes portadores de características e trunfos variados de autoridade, que os habilitam a circular entre elas e a produzir e impor representações sobre a vida social” (Reis e Grill, 2016, p. 35).

Dessa forma, a noção de *domínios sociais* surge como uma ferramenta para compreender as relações dinâmicas entre agentes e instituições, bem como os mecanismos que possibilitam a circulação e a imposição de representações legítimas sobre a realidade social. A elasticidade da noção apresentada possibilita um exame mais detalhado dos múltiplos papéis e trânsitos que os agentes podem desempenhar e converter em estima social ao longo de suas trajetórias. Essa abordagem permite compreender como determinados indivíduos se mobilizam e transformam recursos simbólicos e sociais para consolidar sua posição em diferentes contextos de atuação.

Esse caráter dinâmico e diversificado das práticas sociais decorre da articulação de quatro componentes fundamentais, os quais auxiliam na análise das relações de poder em contextos reconhecidamente “periféricos”. Esses elementos buscam demonstrar as estratégias dos agentes e revelam as formas de legitimação e disputa simbólica em cenários marcados por menor institucionalização e por uma maior sobreposição entre esferas sociais, políticas e culturais.

Como observado no caso argentino, a baixa autonomia das esferas sociais pode, paradoxalmente, atuar como uma espécie de “força motriz” para sua legitimação e funcionamento. Esse fenômeno é destacado por Eliana Reis e Igor Grill (2016, p. 34) como o primeiro componente na análise das relações em contextos periféricos. A ausência de uma separação rígida entre os diferentes domínios sociais leva a um sistema mais flexível e interdependente, no qual os agentes transitam entre distintas esferas de influência, mobilizando recursos simbólicos e estratégias de legitimação que, em contextos mais institucionalizados, estariam restritos a espaços específicos.

O primeiro é a menor diferenciação entre esferas sociais, que são, ao contrário, edificadas e legitimadas sob a égide do intercruzamento de lógicas e recursos indistintamente políticos, culturais ,administrativos ,militantes, afetivos, ideológicos , etc.

Agentes que ocupam posições de destaque no espaço social mais amplo tendem a deter um maior volume de reconhecimento social, o que se manifesta por meio de títulos, prêmios e outras formas de consagração simbólica. Além disso, esses agentes constroem e mantêm redes de relações sociais estratégicas, que não apenas garantem estabilidade, mas também retroalimentam suas propriedades sociais personificadas, reforçando sua posição de prestígio e ampliando suas possibilidades de influência e mobilização dentro dos diferentes domínios em que atuam.

O segundo é que, no volume e na estrutura dos patrimônios dos agentes situados em relações de poder, destacam-se os trunfos decorrentes da personificação do capital simbólico e da acumulação do capital de relações sociais. (*Ibidem*, p. 34).

O terceiro componente refere-se à organização dos princípios de hierarquização das esferas sociais, os quais são fortemente influenciados por altos graus de pessoalização. Nesse contexto, as relações sociais não são estruturadas apenas por critérios formais ou institucionais, mas também por laços interpessoais, redes de influência e dinâmicas de reconhecimento mútuo. Essa pessoalização contribui para a manutenção das posições de poder, uma vez que o acesso a determinados espaços e oportunidades está frequentemente condicionado à capacidade dos agentes de mobilizar relações e recursos simbólicos dentro dessas hierarquias.

O terceiro é o prevalecimento de princípios de hierarquização social respaldados em códigos de honra/reciprocidade e em mecanismos de representação/mediação política via patronagem/clientelismo. (*Ibidem*).

Os princípios de funcionamento dos domínios sociais são influenciados por múltiplos registros, além de estarem sujeitos a lógicas e ordenamentos políticos provenientes de diferentes contextos geográficos. Esse processo ocorre, em grande parte, devido à circulação transnacional de bens simbólicos, discursos e práticas institucionais, que impactam a organização e a hierarquização desses domínios. A troca de ideias, modelos e referenciais entre diferentes espaços permite que elementos externos sejam apropriados, ressignificados e incorporados, contribuindo para a reconfiguração das dinâmicas locais de poder e legitimação.

E o quarto é o inundamento de outros domínios, como os culturais, religiosos, científicos, jurídicos, etc., por lógicas e lutas políticas (no sentido amplo), que acabam conformando-se aos seus princípios de funcionamento. (*Ibidem*).

Essas noções contribuem para a compreensão de configurações históricas periféricas, permitindo uma abordagem mais ampla e adaptada às particularidades desses contextos. A operacionalização da noção de domínio na presente investigação revela-se pertinente em três níveis principais: **a)** seu significado ampliado possibilita a inclusão de todas as dimensões sociais envolvidas no panorama analisado, permitindo uma leitura mais abrangente da realidade investigada; **b)** as formas pessoalizadas das relações nos diferentes espaços da vida coletiva podem ser compreendidas como “trunfos” e “estratégias”, essenciais para os jogos e disputas em que as agentes estão inseridas; **c)** os diversos papéis assumidos pelas agentes ao longo de suas trajetórias não são vistos como contraditórios, mas sim como um traço característico da dinâmica de atuação nos espaços em que estão situadas (Reis e Grill, 2016; 2018).

Dessa forma, a noção de *domínio* oferece um referencial analítico que possibilita captar as intersecções entre trajetórias individuais, redes de relações e disputas simbólicas, respeitando a complexidade dos cenários periféricos e das estratégias mobilizadas pelos agentes em sua busca por reconhecimento e legitimação.

Verifica-se a existência de uma “pluralidade de condicionantes distintivos” (Reis e Grill, 2023, p. 2) que convergem para a constituição do terreno de embates entre diferentes agentes no universo social, especialmente quando se trata da disputa por posições de porta-vozes de causas legitimadas. Essa pluralidade manifesta-se conforme os agentes acumulam estima social, conquistada a partir de seus trânsitos por diversos domínios do mundo social.

O autor e a autora definem essas inserções e reconhecimentos como *multinotabilidades*, um fenômeno impulsionado pelas *multiposicionalidades* ocupadas pelos agentes em distintos domínios. Esse processo está diretamente ligado à *multidimensionalidade* que caracteriza o espaço social, e que, no caso brasileiro, apresenta um “[...] maior amalgamento e conversabilidades menos exigentes entre trunfos jogados entre diferentes domínios” (*Ibidem*, p. 3).

Dito isso, as *multiposicionalidades* e *reconhecimentos múltiplos* tornam-se evidentes nas diversas posições ocupadas e nos diferentes prestígios acumulados por um mesmo agente. Essas inserções podem ser identificadas a partir do exercício de cargos administrativos ou na presença em instâncias de consagração intelectual e cultural, consolidando sua legitimidade e influência nos espaços em que atuam. Ponderando o exposto, algumas questões tornam-se pertinentes de serem mencionadas: levando em conta que a dimensão política no contexto brasileiro (Grill; Reis, 2023); (Grill e Seidl, 2017); (Coradini, 2017) não se reduz a atividades, espaços e profissões exclusivamente reconhecidos como “políticos”. Cabe questionar sobre as chances de circulação e reconhecimentos das porta-vozes do “feminismo maranhense”.

A construção do lugar de *representação* de grupos e causas sociais se fundamenta no acúmulo de créditos e conhecimentos que capacitam os agentes a “[...] dar inteligibilidade à 'realidade social', operar com anseios e extrair as recompensas compatíveis com as 'missões' próprias à sua condição” (Reis e Grill, 2023, p. 3). Para compreender a emergência de perfis como os aqui investigados, torna-se imprescindível superar análises meramente individuais, buscando antes “[...] a apreensão dos condicionantes que operam na conformação de adesões, de modalidades e de domínios de intervenção política” (Reis, 2015, p. 65-66). Essa abordagem exige: (1) examinar os mecanismos de legitimação que consagram determinados agentes como porta-vozes; e (2) analisar os recursos simbólicos e estratégicos mobilizados para sustentar sua atuação em diversas esferas do espaço social.

Tal investigação deve ainda considerar os complexos processos de trânsitos, recepções, reconversões e usos — profundamente marcados por questões “mundializadas”. Este cenário levanta questões cruciais: como identificar as redes transnacionais historicamente constituídas? E de que forma situar os agentes neste terreno dinâmico e mutável? A literatura recente tem se dedicado a desvendar as relações entre dinâmicas ocidentais e não-ocidentais, cartografando os agentes envolvidos na produção e reprodução dessas múltiplas transações. Contudo, como alertam Reis e Pulici (2023), é fundamental manter uma postura crítica ante a circulação de bens materiais e simbólicos entre diferentes configurações nacionais, assegurando uma análise rigorosa das interações e fluxos de influência que conectam contextos centrais e periféricos.

Nesse sentido, torna-se fundamental não apenas observar os papéis desempenhados por determinados agentes nessas relações multidimensionais, mas também investigar de que forma essas interações se objetificam e se manifestam no contexto estudado. Essa abordagem permite compreender as trocas simbólicas e materiais que estruturam essas redes interdependentes, destacando as estratégias, os trunfos e os mecanismos de legitimação mobilizados pelos agentes nos distintos espaços sociais.

Ernesto Seidl (2020), ao investigar a mediação cultural realizada por um grupo de agentes vinculados ao catolicismo no Sul do Brasil, busca compreender as relações entre carreiras religiosas e carreiras intelectuais, analisando os fundamentos que conferem autoridade ao exercício desse papel de mediação. Nesse contexto, o autor identifica alguns fatores centrais.

O papel de mediação se caracteriza pela realização de tarefas relativamente especializadas, voltadas para a “(re) elaboração identitária e a (re) interpretação histórica dos grupos sociais aos quais se vinculam” (Seidl, 2020, p. 63). Além disso, esse papel pode ser compreendido como uma estratégia de legitimação de determinados grupos sociais, uma vez que grande parte de seu esforço se concentra na criação de “estilos de vida” e na disseminação de “valores” culturais em diferentes esferas sociais.

Os temas e agendas pelos quais esses mediadores se engajam promovem a ressignificação de “noções” e “sentidos” atribuídos a grandes temáticas e categorias mundializadas, adaptando-as às especificidades locais e consolidando sua influência tanto no campo religioso quanto no intelectual.

Os mediadores reivindicam para si um lugar singular de inscrição, construído a partir de seus referenciais de luta. Como afirma Reis (2009, p. 5), esse processo envolve “[...] a circunscrição das fronteiras de um lugar 'singular' de inscrição, contribuindo para a afirmação do que é ou deve ser 'específico', de como pronunciá-lo, de como integrá-lo”. Nesse sentido, Seidl (2020) destaca que as modalidades de exercício da mediação estão diretamente condicionadas às circunstâncias históricas e sociais que moldam a constituição dos agentes. A definição desse lugar singular leva em consideração as localizações geográficas dos indivíduos, uma vez que cada contexto oferece símbolos distintos, que podem ser memorizados e ressignificados na construção de uma causa legitimada. Dessa forma, o processo de mediação não apenas

articula narrativas identitárias, mas também consolida enquadramentos simbólicos que reforçam a autoridade dos mediadores nos espaços em que atuam.

No estudo sobre *as justaposições entre lógicas e domínios culturais e políticos no Maranhão*, Eliana Reis e Igor Grill (2023) identificam a atuação de instâncias que funcionam como núcleos aglutinadores e gestores de causas e temas, desempenhando um papel central na estruturação do cenário intelectual local. Esses espaços — que podem ser compreendidos como redes de instituições, associações, grupos acadêmicos e veículos de comunicação — não apenas organizam discursos, mas também exercem influência decisiva na produção de concepções sobre “história”, “memória” e “cultura”, atuando como verdadeiras arenas de disputa pela definição do que deve ser valorizado ou silenciado no imaginário social maranhense. Ao controlar os mecanismos de legitimação simbólica e reconhecimento público, essas instâncias funcionam como canais de consagração, determinando quais agentes e quais narrativas ascendem ao status de representantes legítimos da intelectualidade local.

Como destacam a autora e o autor, essas estruturas “[...] flanqueiam aos seus 'notáveis' o acesso aos 'panteões' dos 'intelectuais' porta-vozes do Maranhão” (*Ibidem*, p. 10), evidenciando seu papel como (*gatekeepers*) do prestígio cultural e político no estado. Esse processo ocorre por meio de estratégias diversas, que incluem desde a curadoria de eventos e publicações até a mediação de relações com o poder público e instituições nacionais. A análise revela ainda como essas instâncias operam a partir de critérios muitas vezes implícitos, combinando mérito intelectual com lealdades políticas e afinidades pessoais, o que resulta em uma dinâmica de inclusões e exclusões que reproduz hierarquias específicas no espaço social maranhense. Além disso, o estudo aponta para a permeabilidade dessas estruturas a influências externas, demonstrando como agentes e instituições nacionais e internacionais podem intervir — direta ou indiretamente — na conformação desses circuitos locais de consagração. Essa interação entre o local e o global não apenas complexifica as dinâmicas de poder no domínio intelectual maranhense, mas também coloca em questão a própria noção de “autonomia” desses espaços, revelando-os como arenas onde se negociam continuamente identidades, projetos políticos e visões de mundo em disputa.

Dessa forma, a pesquisa de Reis e Grill (2023) não apenas ilumina os mecanismos de consagração intelectual no Maranhão, mas também oferece um modelo analítico valioso para compreender como se constituem, em diferentes contextos regionais, as estruturas que definem quem tem o direito de falar em nome da “cultura” e da “história”

— e, conseqüentemente, quem é excluído desses processos de representação simbólica.

Eliana Tavares dos Reis (2010, p. 519, *grifo nosso*) chama atenção para os marcadores “étnicos” e “regionais” que são acionados no contexto maranhense.

As representações sobre o que constitui a singularidade no e do Maranhão estão intimamente relacionadas aos **usos sociais que os agentes podem mobilizar nas suas inserções sociais e lutas políticas**. No entanto, a possibilidade de fixar uma posição de liderança na batalha entre “porta-vozes” e gestores da cultura passa pelo reconhecimento de um conjunto de símbolos, imagens e versões sobre os desdobramentos históricos e as características do “povo maranhense” e do “Maranhão”.

O Fórum Maranhense de Mulheres pode ser compreendido como uma instância catalisadora e gestora de concepções e temáticas legitimadas, exercendo um papel central na formulação e disseminação de categorias simbólicas associadas ao “feminismo”, ao “gênero” e às “mulheres”. A afirmação dos perfis das cinco mulheres investigadas está diretamente ligada à mobilização e disputa pela classificação dessas categorias e causas, inserindo-as nas lutas pela produção e manipulação de bens simbólicos, especialmente no domínio das performances discursivas e escritas.

Nesse contexto, as porta-vozes analisadas competem pela autoridade de definir e conceder significado a essas questões, consolidando suas posições por meio da atuação conjunta sob a égide de uma mesma instituição e de um propósito comum. Assim, ainda que existam diferenciações interpessoais, a dinâmica coletiva busca construir um discurso “auto evidente” e “coeso” sobre a causa “feminista maranhense”. A formulação desse discurso coeso justifica a dimensão aqui apresentada sobre o trabalho intelectual nos espaços de intervenção política. É possível afirmar que as agentes realizam um trabalho de mediação entre concepções mundializadas, tais como: “gênero” e “feminismo”, que inicialmente foram formuladas para pensar contextos de países centrais, principalmente os Estados Unidos.

Branca Alves (2019, p. 49) destaca em seu estudo que a “história” do feminismo brasileiro tem suas origens nos Estados Unidos, uma vez que “[...] por ter sido o movimento sufragista norte-americano, em sua corrente mais conservadora, o modelo para o movimento brasileiro”. Segundo a autora, até a Guerra Civil Americana (1861-1865), diversas convenções femininas foram

realizadas nos Estados Unidos, permitindo “[...] esboçar uma sequência de ideias, categorias e tarefas a cumprir” (*Ibidem*, p. 51). No entanto, ao serem incorporadas em novos contextos, essas concepções foram repensadas e reformuladas para atender às especificidades das realidades nacionais e regionais. Embora a estrutura das categorias permaneça inalterada, os códigos que fundamentam seu uso são diversificados, refletindo as particularidades históricas, culturais e políticas de cada localidade.

A forma como os referenciais de luta são utilizados varia de acordo com a origem social e a trajetória acadêmica de cada agente, influenciando a maneira como determinadas categorias são apropriadas e ressignificadas no discurso feminista. Fatores como formação educacional, títulos adquiridos, cargos administrativos ocupados, participação em grupos e laboratórios de pesquisa, bem como a proximidade com instâncias de consagração, desempenham um papel fundamental nesse processo. Nesta pesquisa, o trânsito por esses espaços é entendido como um elemento central para o fortalecimento dos saberes e das linguagens próprias do conhecimento científico. Esse saber, por sua vez, legitima a produção de representações, que exercem influência sobre a realidade objetiva do espaço social mais amplo, consolidando posições de autoridade e reconhecimento na arena política e intelectual.

A constituição de conexões interpessoais desempenha um papel fundamental no fortalecimento das propriedades sociais objetivadas, possibilitando o acesso a posições privilegiadas nos espaços em que as agentes circulam e atuam. No recorte desta investigação, observa-se que a atuação das agentes no ambiente universitário funciona como um fator motriz para a acumulação de recursos estratégicos essenciais à intervenção política. As universidades se consolidam como centros de legitimação simbólica, atuando como “[...] espaços por excelência de reprodução da cultura legítima e das competências intelectuais” (Reis e Grill, 2016, p. 167, grifo nosso). Nesse sentido, o trânsito acadêmico contribui não apenas para a qualificação e o reconhecimento das agentes, mas também para a construção de narrativas legitimadas sobre suas causas e posicionamentos políticos.

As agentes estudadas mobilizam seus recursos políticos e militantes por meio de atos de “prescrição” e “intervenção” (Reis e Grill, 2023, p. 169), fundamentando suas práticas nos códigos e nas literaturas adquiridas no espaço dos saberes legítimos. Entretanto, seus prestígios não se sustentam exclusivamente nesse domínio acadêmico, mas também na habilidade de converter seus atributos

intelectuais em “qualidades” reconhecidas e valorizadas em distintos contextos de ação política.

Essa capacidade de transitar entre esferas acadêmicas e militantes, ressignificando suas credenciais e conhecimentos, fortalece suas posições como porta-vozes legítimas em debates e disputas simbólicas dentro do espaço social.

Nos cinco casos estudados, observa-se um trânsito significativo por diversos domínios, que podem ser classificados como de “proeminência intelectual”, “econômica” e “política”. Além de suas funções originais como docentes e pesquisadoras, essas mulheres ocuparam ou ocupam cargos administrativos em instâncias governamentais e instituições privadas. Paralelamente, são regularmente mencionadas em setores de consagração cultural e intelectual, como em academias de letras, ampliando sua influência para além do ambiente acadêmico.

Ao reivindicarem trajetórias ligadas ao militância e à defesa da causa “feministas maranhense”, essas agentes atuam em múltiplas dimensões políticas, especialmente por meio de suas atividades no Fórum Maranhense de Mulheres. Além disso, algumas se inserem em disputas eleitorais para cargos de vereadoras municipais, mobilizando suas trajetórias militantes e credenciais intelectuais como trunfos na busca por legitimação e reconhecimento no domínio político.

Embora esses perfis tenham conquistado posições relativamente bem situadas no espaço social mais amplo, é fundamental considerar as disparidades e os princípios de hierarquização de gênero que permeiam os domínios sociais em que atuam. Esses mecanismos influenciam diretamente a forma como os reconhecimentos sociais são atribuídos às mulheres investigadas, impactando sua trajetória e legitimidade em diferentes esferas. Diante disso, torna-se necessário analisar as formas de dominação e a reprodução da divisão sexual do trabalho nos espaços de circulação e atuação dessas agentes. Isso implica observar as estratégias mobilizadas para subverter ou reproduzir essas relações, bem como as disparidades de atribuições em relação a seus homólogos masculinos. Além disso, é relevante examinar as práticas de diferenciação que delineiam o lugar das mulheres nesses contextos de disputa, assim como suas contribuições na formulação e definição de questões relacionadas ao “feminismo” e ao “gênero” (Carneiro, 2024).

1.2. Aportes para pensar “mulheres”, trabalho intelectual e engajamento militante

Quando se almeja realizar um exame de perfis sociais que conquistaram reconhecimento e ocupam posições de destaque, é necessário considerar a acumulação e o uso de recursos e trunfos, tanto materiais quanto simbólicos. No entanto, o caso estudado nesta dissertação concentra-se nas trajetórias de mulheres que lograram êxito na aplicação de suas competências em ambientes historicamente marcados pela “dominação masculina”. Assim, embora o exame dos recursos e dos reconhecimentos acumulados seja de primordial importância, não se pode negligenciar os condicionantes sociais e disposicionais que motivam a adesão às questões relacionadas ao “gênero”.

Norbert Elias (2020) demonstra que as relações entre os gêneros nas sociedades dependem de processos sócio-históricos, que reconfiguram os espaços de interação e os padrões de comportamento entre homens e mulheres. O equilíbrio da *balança de poder* entre os sexos é instável e deve ser analisado de maneira relacional e processual, a fim de identificar as transformações nos níveis das relações de poder entre os gêneros ao longo de diferentes configurações sociais.

Pierre Bourdieu (2002) argumenta que essas relações de poder são resultado de um trabalho histórico de produção e reprodução das diferenças biológicas entre os corpos de homens e mulheres. As distinções anatômicas presentes nos órgãos sexuais são frequentemente utilizadas para justificar as distinções arbitrárias atribuídas aos gêneros na divisão do trabalho. A sociodicéia construída a partir da anatomia dos sexos fundamenta-se em uma visão androcêntrica, que institui uma realidade objetiva baseada tanto em diferenças visíveis quanto em esquemas cognitivos de percepção. Essas distinções, por sua vez, sustentam a base das divisões entre os sexos feminino e masculino. Assim, as diferenças anatômicas não apenas estruturam o ordenamento do mundo social, mas também orientam os princípios de divisão e as práticas sociais. A incorporação dessas construções assume um “efeito corpo”, ou seja, torna-se *habitus*, transformando-se em “[...] esquemas de pensamento e ação” (Bourdieu, 2002, p. 21).

Esse sistema de construção das “semelhanças nas diferenças” (*Ibidem*, p. 20) molda e conforma as *hexis corporais* de homens e mulheres nos espaços de interação, instituindo padrões de linguagem, vestimenta, postura e, conseqüentemente, modos de existência no mundo social. Dessa forma, pode-se

identificar uma lógica de distribuição do espaço social baseada na divisão sexual do trabalho, que estabelece lugares específicos de atuação para homens e mulheres, bem como atribuições e habilidades distintas para cada um desses polos.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, do seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (Bourdieu, 2002, p. 24).

A socialização dos agentes ocorre dentro dessa *ordem simbólica de dominação*, que inculca, de maneira duradoura, esquemas de pensamento nos corpos e mentes dos indivíduos. Esses esquemas são produtos da incorporação das relações de poder, expressas por meio de oposições que organizam funções e espaços sociais entre os polos “feminino” e “masculino”. A *força simbólica* que sustenta a dominação masculina manifesta-se de maneira sutil, quase imperceptível, pois trata-se de um poder exercido sobre os corpos, cuja eficácia depende da interiorização de predisposições inconscientes que atuam como forças propulsoras na constituição da subjetividade dos indivíduos. Como enfatiza Bourdieu (2002, p. 69), “[...] o poder simbólico só se efetiva com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos.”

A dominação masculina apresenta uma *lógica paradoxal*, uma vez que ocorre simultaneamente de forma “espontânea” e “extorquida” (Bourdieu, 2002, p. 69). Esse aspecto contraditório só pode ser compreendido se levarmos em conta os efeitos duradouros da dominação, que não se limitam ao plano estrutural, mas também se manifestam por meio de emoções corporais. Essas emoções podem revelar formas distintas de vivenciar a submissão. As mulheres, historicamente relegadas à posição de dominadas, acabam, mesmo que involuntariamente, contribuindo para a reprodução dos limites arbitrários impostos pela “fronteira mágica” que separa dominantes e dominados.

Os atos de conhecimento e reconhecimento dessa *fronteira mágica* ativam os mesmos princípios de percepção que estruturam o ponto de vista androcêntrico. Dessa maneira, as mulheres internalizam e reproduzem as categorias de pensamento desenvolvidas pelos dominantes, o que lhes permite, paradoxalmente, garantir as condições para a perpetuação do poder masculino, ainda que isso ocorra

à sua revelia. Um exemplo disso pode ser observado nas estratégias matrimoniais adotadas pelas mulheres da sociedade Cabília, analisadas por Bourdieu (2002). Nessa sociedade, o estatuto social das mulheres era determinado pelas relações de parentesco e pelos casamentos que conseguiam estabelecer, sendo suas atribuições definidas segundo os interesses dos homens e destinadas a contribuir para a reprodução do capital simbólico masculino.

Considerar os efeitos duradouros da dominação torna-se fundamental quando se investiga perfis femininos que alcançaram posições de destaque nos domínios acadêmico e político. Isso se deve ao fato de que, ainda que estejam inseridas em espaços de saber legítimo (como a universidade) e tenham acesso a códigos eruditos, essas mulheres continuam operando dentro de um ordenamento social androcêntrico. Portanto, é imprescindível identificar as formas pelas quais as estruturas de dominação se objetificam e se manifestam no contexto analisado.

A dominação masculina e as relações de gênero são frequentemente abordadas sob perspectivas a-históricas e descritivas, o que contribui para discursos que naturalizam e eternizam essa dominação, apresentando-a como fixa e invariável (Scott, 2019). No entanto, compreender a variabilidade da dominação requer um trabalho de investigação histórica, que permita analisar os processos que incluem e diferenciam homens e mulheres ao longo do tempo. Como já enfatizava Bourdieu (2002, p. 64): “[...] homens e mulheres são produto de um trabalho incessante (e como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas de violência física e simbólica) e instituições (família, Igreja, Escola, Estado).”

Para Bourdieu, há duas propriedades essenciais que devem ser consideradas na análise da distribuição de poderes e privilégios entre homens e mulheres. A primeira se refere ao fato de que, às posições sociais ocupadas pelas mulheres e as atividades por elas exercidas são invariavelmente afetadas por um *coeficiente simbólico negativo*, que deprecia suas ações e status social.

Esse fator está na base de um conjunto sistemático de diferenças estruturais. A segunda, menciona que, apesar do *coeficiente simbólico negativo* perpassar as experiências femininas, as mulheres não vivenciam a dominação masculina da mesma forma, pois diferenças econômicas, educacionais, geográficas e culturais interferem diretamente na experiência de subordinação. Assim, embora as mulheres sejam historicamente relegadas ao polo da submissão, suas experiências e

possibilidades de resistência variam conforme os condicionantes estruturais e sociais específicos.

Dessa forma, torna-se essencial analisar a categoria "gênero" e seus usos ao longo da história como uma "estrutura de percepção e organização concreta e simbólica de toda a vida social" (Scott, 2019, p. 70). Isso envolve identificar, em cada período histórico, os agentes que contribuíram para a reprodução das relações de dominação masculina, bem como compreender os mecanismos que estruturam a realidade social a partir dos critérios de *masculinidade* e *feminilidade* (Bourdieu, 2002).

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros e se inscrevem, assim, progressivamente, em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição de masculino e feminino. (*Ibidem*, p. 56)

Esses critérios de classificação e hierarquização de gênero, ao se perpetuar nos corpos e nas práticas sociais, moldam as formas de agir, pensar e interagir das agentes investigadas. Entretanto, tais critérios, embora estruturais, não são imutáveis. Pelo contrário, estão sujeitos a processos contínuos de conflito, diálogo, negociação e transformação, seja por meio de estratégias de mobilidade social, casamentos, reconfigurações políticas ou engajamentos acadêmicos e militantes. Portanto, analisar os deslocamentos dessas mulheres no espaço social torna-se essencial para compreender tanto a reprodução quanto a subversão das relações de dominação.

Nesse sentido, os esforços empreendidos nesta pesquisa seguem as orientações de Joan Scott (2019), que propõe analisar as relações de gênero sob três dimensões: 1) O gênero como uma forma primária de significar as relações de poder; 2) gênero como um elemento constitutivo das relações sociais entre os sexos 3) o gênero como um fator que estrutura a organização e a percepção do conhecimento histórico. Além disso, este trabalho adota uma perspectiva relacional e processual, considerando as interseccionalidades presentes na trajetória das agentes estudadas. Dessa forma, a análise leva em conta os entrecruzamentos entre gênero e outros marcadores sociais, como classe, raça, religião e localização geográfica, que influenciam as experiências e as condições de reconhecimento e legitimação das agentes no Fórum Maranhense de Mulheres.

É inegável que a ocupação de espaços e posições de poder por mulheres foi fortemente influenciada por décadas de luta e produção teórica sobre a questão de gênero. Joan Scott (2019) enfatiza que, ao longo da história, as mulheres sempre desenvolveram estratégias para se manifestar, escrever e produzir conhecimento sobre suas próprias experiências. Entretanto, os estudos sobre gênero passaram por diferentes abordagens metodológicas, que podem ser agrupadas em duas principais frentes de análise: “a abordagem descritiva, que se limita a relatar a existência de fenômenos e realidades sem interpretá-los ou atribuir-lhes causalidade” (Scott, 2019, p. 53); e “[...] a abordagem de ordem causal, que elabora teorias explicativas sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e por que ele assumem determinada forma” (*Ibidem*, p. 53).

Estudos que pretendem se debruçar sobre temáticas que relacionam “mulheres”, “gênero” e “feminismo” deparam-se com um espaço bastante diversificado de produções, em especial, com a ampliação dos estudos *Querr* nos últimos anos, que proporcionou apropriações dessas categorias de modo mais instintivo e construtivista. Diversas armadilhas se apresentam com essas ponderações, sobretudo, quando consideramos mulheres ocupando posições de liderança e de proeminência intelectual. Muitos questionamentos podem surgir quanto à importância da ocupação destes cargos ou qual papel político dessas mulheres para o movimento, entre outros. Além disso, não devemos esquecer que, no exercício desta pesquisa, desempenhado por mulheres e pesquisadoras, pressuposições podem emergir quanto a pontos de vistas pessoais, crenças, juízos e conjecturas.

Considerar que aquele/a que pesquisa têm interesses e compõe o universo que investiga traz problematizações importantes que visam afastar essencializações que podem estar presentes nessas formulações, principalmente quando se trata de debates sobre “mulheres”. Rose-Marie Lagrave (2020, p. 20), em seu estudo sobre a formação do campo de estudos feministas na França, menciona que, antes de tudo, o/a pesquisador/a que almejar objetivar esse liame de estudos e debates deve:

Buscar objetivar um espaço no qual se está envolvido por laços indissociáveis, tanto intelectuais quanto afetivos, significa poder dizer que o pesquisador, neste caso específico, é moldado por uma história coletiva cujas consequências **ele deve dominar se não quiser reintroduzir o ponto de vista de sua posição e seus próprios interesses**. A única maneira de escapar da suspeita de traição ou de parcialidade é tomar como **objeto o sistema e a sistematização das questões que orientam o conjunto de estratégias de grupos e agentes**

envolvidos nesse campo, sem esquecer que o pesquisador que almeja fazer essa descrição é ele mesmo parte interessada do sistema.

Na investigação sobre a formação de grupos e núcleos de estudos feministas na França, Lagrave (2020) identificou as estratégias mobilizadas por cada grupo e seus membros para consolidar a legitimidade do feminismo como um campo de pesquisa cientificamente reconhecido. O objetivo central era garantir a integração institucional do feminismo nas universidades, obtendo acesso a recursos materiais e simbólicos para a produção e disseminação do conhecimento. A autora demonstrou como o engajamento no Movimento de Libertação das Mulheres (MLF) influenciou novas formas de atuação feminina, tanto na literatura – como no conceito de “escrita-mulher” – quanto nas universidades, onde o feminismo acadêmico buscava legitimação científica.

Essa transição da esfera militante para o meio acadêmico, no entanto, gerou tensões e divisões internas. Enquanto algumas militantes viam a entrada no espaço universitário como uma traição à luta feminista e uma submissão à lógica patriarcal da academia, outras compreendiam essa institucionalização como uma oportunidade de fortalecer a causa e ampliar seu impacto social. A trajetória da consolidação dos estudos feministas na França foi marcada por esse embate entre “fidelidade militante” e “reconhecimento universitário”, uma clivagem que se reativou constantemente à medida que o campo ganhava legitimidade acadêmica. (Lagrave, 2020, p. 22).

A inserção dos debates do feminismo no meio acadêmico exigiu que as pesquisadoras adotassem novas regras e adequassem suas práticas ao ambiente universitário, o que levou ao que Lagrave (2020, p. 29) denomina de “triunfo da lógica institucional sobre a lógica militante”. Assim, embora a militância tenha sido fundamental para a criação do campo dos estudos de gênero, as feministas acadêmicas enfrentaram dificuldades ao tentarem subverter o conhecimento estabelecido e as normas tradicionais das universidades. Esse dilema revela os desafios inerentes à legitimação de discursos subversivos dentro de instituições consolidadas.

A análise de Delphine Dulong (2003) sobre a relação entre ordem política e ordem social corrobora essa reflexão. A autora argumenta que o estudo das relações de poder deve considerar tanto os processos de legitimação do poder político

quanto os mecanismos de manutenção da ordem social. Para compreender as práticas dos agentes e as disputas simbólicas no espaço social, é essencial observar as interações entre indivíduos, instituições e contextos políticos mais amplos. Isso se aplica, especialmente, ao exame da militância feminista e das trajetórias das mulheres que buscam reconhecimento em ambientes historicamente dominados por homens.

No estudo de Dulong (2020) sobre a trajetória política de Malika, mulher de origem humilde eleita para o Conseil régional d'Île de France (CRIF) em 2004, observamos como marcadores sociais – como gênero, classe e etnia – afetam a inserção política de mulheres em contextos de fluidez política e crise de representação. Embora sua eleição tenha sido impulsionada por sua história pessoal e por sua identidade social, sua permanência no cargo foi marcada por ajustamentos institucionais, tensões e resistências. O descompasso entre suas características individuais e as normas estabelecidas pelo partido resultou em segregações internas e desafios para consolidar sua posição de liderança.

Esses ajustamentos podem ser interpretados *desviantes* às normas institucionais preexistentes, podendo ocorrer de duas maneiras distintas: **a)** de modo desencantado, quando as práticas adotadas pela agente não visam modificar as estruturas da instituição; ou **b)** de modo estratégico, quando há um esforço de transformação institucional por meio da adaptação progressiva das normas às suas disposições e reivindicações. Dulong (2020) destaca que as condutas adotadas por agentes femininas em espaços hierarquizados de gênero estão diretamente relacionadas às suas posições institucionais e ao reconhecimento que recebem dentro e fora das organizações políticas.

Dessa forma, é essencial examinar os “arranjos estruturais e estruturantes” (Reis e Grill, 2017) que influenciam a inserção e ascensão de mulheres em domínios tradicionalmente masculinos. O estudo das oportunidades, bens simbólicos, redes de apoio e trajetórias permite compreender como essas agentes constroem seus espaços de atuação e enfrentam as hierarquias de gênero. Além disso, torna-se necessário identificar as formas pelas quais essas mulheres negociam sua presença nesses espaços, seja por meio de acomodações estratégicas ou pela contestação ativa das normas estabelecidas.

Estudar as relações de gênero exige uma abordagem que vá além das essencializações e generalizações, evitando tanto a cristalização da subordinação

feminina como um fenômeno universal e imutável, quanto a heroicização acrítica das trajetórias femininas. Nesse sentido, Reis e Barreira (2020, p. 10) alertam para os riscos de uma dilatação excessiva da categoria “gênero”, que pode levar à perda de sua capacidade analítica ao englobar uma multiplicidade de identidades sem considerar as relações de poder e os contextos nos quais essas identidades se constroem.

Os significados atribuídos aos papéis são de suma importância para este trabalho, contudo, seguimos a linha trabalhada pelas autoras (2020, p. 10-11):

A defesa de uma teoria própria e a dilatação de significados no intuito de alcançar as tantas possibilidades de identificações passíveis de serem encerradas, não deve, porém, esvaziar (ou fazer menosprezar como mera dicotomia limitadora) as potencialidades do tratamento das disposições, divisões, posições e posicionamentos de agentes (mulheres) relativamente aos seus homólogos (homens).

A questão central, portanto, não é apenas reconhecer a existência de relações de gênero, mas compreender como elas variam historicamente e se manifestam em diferentes configurações sociais. Para tanto, é necessário identificar os condicionantes e momentos em que essas classificações operam e produzem efeitos concretos nas disputas sociais (Reis e Barreira, 2020, p. 11). O exame das interseccionalidades entre gênero, classe, raça e outros marcadores sociais torna-se fundamental para entender as especificidades das trajetórias femininas em diferentes contextos políticos e culturais.

Nos últimos anos, diversos estudos têm se dedicado a investigar a inserção de mulheres em domínios políticos e culturais, ampliando o foco para a análise de disposições, repertórios e estratégias mobilizadas por essas agentes. A abordagem dessas dimensões permite compreender como as mulheres conquistam reconhecimento e legitimidade em ambientes historicamente marcados pela exclusão feminina.

Eliana Reis (2020) analisa como a diversificação dos espaços de concorrência política no Brasil possibilitou a ascensão de quatro mulheres parlamentares em meio a um universo mais amplo de 299 deputados e senadores entre os anos de 1995 e 2010. Ao longo do estudo, a autora evidencia que a consolidação dessas trajetórias políticas notáveis não pode ser dissociada dos processos contínuos de

reconfiguração institucional e sociopolítica. Esses processos abarcam desde os mecanismos de seleção nos partidos e nas arenas legislativas até as transformações mais amplas do cenário político nacional.

Assim como Dayana Delmiro Costa desenvolveu pesquisas significativas que abordam questões de gênero e poder no Maranhão, tanto no âmbito judicial quanto político. Em *A Magistratura no Maranhão e as Relações de Gênero: origens sociais, carreiras e representações das juízas* (2015), a autora investiga as trajetórias profissionais das magistradas maranhenses, destacando como fatores como origem social, capital cultural e barreiras institucionais moldam sua inserção em um campo tradicionalmente masculino, com análise crítica dos mecanismos de reprodução de desigualdades no Poder Judiciário local.

Já em *Mulheres e Especialização Política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais do Maranhão* (2009), Costa examina as estratégias de manutenção e ascensão política de parlamentares mulheres, mapeando os recursos simbólicos e materiais (como redes de apoio e capital partidário) que permitem ou limitam sua atuação em um contexto estadual marcado por oligarquias políticas. Esses trabalhos, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, contribuem para debates sobre elites políticas e judiciárias na periferia brasileira, articulando ferramentas bourdieusianas com perspectivas interseccionais. Suas pesquisas revelam, assim, tanto os avanços na participação feminina quanto os desafios estruturais persistentes nas instituições maranhenses.

Seguimos esses caminhos que adotam o estudo em perspectiva relacional, concorrencial e dinâmica, investigando como as mulheres constroem suas carreiras políticas em comparação com seus homólogos masculinos. Como demonstrou Reis (2020), mesmo em espaços tradicionalmente masculinos e marcados por um coeficiente simbólico negativo associado à participação feminina na política (Bourdieu, 2020), as parlamentares desenvolveram estratégias específicas de inserção e ascensão. Tais estratégias permitiram, em alguns casos, a subversão das estruturas de dominação e a conquista de posições de destaque, demonstrando que a atuação política feminina está condicionada tanto por desafios estruturais quanto por oportunidades que podem ser habilmente exploradas ao longo do tempo.

O estudo de Irllys Barreira (2020) sobre a presença feminina no Congresso Nacional evidencia as estratégias de organização e reconhecimento adotadas por

parlamentares que compõem o que se convencionou chamar de “bancada feminina”. A autora destaca que as trajetórias dessas mulheres são marcadas por diferenças em termos de formação educacional, experiências profissionais, condições socioeconômicas e capital cultural. A atenção a esses elementos permitiu a identificação de “marcas” e “singularidades” que caracterizam as posições ocupadas por essas agentes no Parlamento.

Ao examinar suas formas de atuação, Barreira (2020, p. 149) enfatiza três aspectos centrais: (1) os modos discursivos de apresentação de si, que revelam a maneira como essas mulheres interpretam e narram suas próprias inserções no Legislativo; (2) a organização coletiva da "bancada feminina", compreendida como um espaço de articulação política que visa fortalecer a presença feminina nas instâncias decisórias; e (3) as formas ritualizadas de exposição da atuação política feminina na história do Congresso, observadas tanto nas práticas cotidianas das parlamentares quanto em eventos e discursos institucionais que legitimam suas participações.

No âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA), que adota uma abordagem relacional e processual para o estudo das trajetórias políticas e intelectuais, destaca-se a pesquisa de Sonayra Carneiro (2024). O estudo investiga a emergência, a consolidação e a circulação dos perfis de quatro mulheres amplamente reconhecidas por suas contribuições nos debates sobre a Amazônia, situadas em um universo mais amplo de dez pesquisadores, todos professores universitários. A pesquisa se debruça sobre as condições sociais, acadêmicas, institucionais e políticas que permitiram a ascensão dessas mulheres como intelectuais de referência na formulação de discursos sobre a Amazônia. Nesse sentido, Carneiro analisa quais recursos e estratégias foram mobilizados por essas agentes ao longo de suas trajetórias para conquistar e manter legitimidade no campo acadêmico e político, bem como os mecanismos que garantiram a difusão de suas vozes em circuitos estratégicos.

Além de mapear os investimentos formais dessas mulheres em títulos acadêmicos (graduação, mestrado e doutorado), a autora identifica que as conexões institucionais e os vínculos com redes de pesquisa foram elementos centrais para o reconhecimento de suas produções intelectuais. O estudo também destaca que as trajetórias dessas agentes não podem ser compreendidas apenas por meio de uma análise individualizada, pois estão inseridas em um contexto maior de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas sobre a definição e representação da

Amazônia no imaginário nacional e internacional. Outro ponto relevante da investigação é a identificação de como essas intelectuais articularam discursos e práticas que transitam entre diferentes esferas, incorporando saberes científicos, narrativas políticas e experiências locais para consolidar suas posições. Assim, o estudo demonstra que o reconhecimento dessas mulheres não resulta exclusivamente da produção acadêmica, mas da capacidade de converter essa produção em autoridade discursiva e política nos espaços de debate sobre a região.

A pesquisa de Sonayra Carneiro evidencia que o reconhecimento dessas intelectuais como referências nos estudos sobre a Amazônia decorre de um conjunto de fatores interdependentes, que vão além da formação acadêmica e incluem a capacidade de mobilização de redes, a participação ativa em instituições estratégicas e a produção de discursos que ressoam em múltiplos circuitos de poder. Além disso, a pesquisa sugere que a interseção entre academia, ativismo e políticas públicas permitiu que essas mulheres expandissem seus campos de influência, estabelecendo pontes entre diferentes esferas sociais e criando uma base sólida de reconhecimento. Essa capacidade de transitar entre o meio acadêmico, os espaços políticos e as arenas de mobilização social é um elemento crucial na construção e na manutenção de sua legitimidade enquanto intelectuais e porta-vozes da Amazônia.

Por fim, Carneiro argumenta que o estudo dessas trajetórias evidencia como as relações de poder no domínio acadêmico e político moldam as condições de emergência de figuras intelectuais femininas e os desafios enfrentados por essas agentes na disputa por espaços historicamente dominados por vozes masculinas. Ao trazer uma análise comparativa com os perfis de seus homólogos masculinos, a autora reforça a necessidade de considerar as dinâmicas de gênero e os coeficientes simbólicos negativos que influenciam o reconhecimento e a atuação dessas mulheres no espaço público.

E tomando a mesma realidade regional que examinamos aqui, destaca-se a pesquisa de Andressa Carvalho (2018), que se debruça sobre a análise de oito perfis femininos e suas concepções acerca das representações culturais no Maranhão. O estudo examina como essas mulheres conquistaram posições de destaque em instituições culturais e como influenciam a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a cultura no estado. A pesquisa parte da premissa de que as agentes estudadas ocupam posições estratégicas no processo de gestão e produção das concepções de “cultura” no Maranhão, atuando tanto nas definições

institucionais do que deve ser reconhecido como patrimônio cultural quanto nas disputas simbólicas em torno das narrativas culturais predominantes no estado.

A partir de um mapeamento detalhado das trajetórias dessas mulheres, a autora investiga quais recursos sociais, simbólicos e acadêmicos foram mobilizados ao longo de suas carreiras para consolidar suas vozes como porta-vozes legítimas da cultura maranhense. Essa análise permite compreender de que maneira suas posições foram construídas e legitimadas ao longo do tempo, bem como as estratégias empregadas para garantir reconhecimento em um espaço historicamente marcado pela predominância de figuras masculinas.

Carvalho identifica que, embora essas mulheres tenham alcançado notoriedade no meio cultural, suas trajetórias não podem ser compreendidas sem considerar os condicionantes históricos e sociais que estruturam o domínio cultural maranhense.

O estudo demonstra que suas inserções nesse espaço são atravessadas por um conjunto de fatores que incluem socialização familiar, investimentos em formação acadêmica, circulação por redes de prestígio e apropriação de repertórios culturais que reforçam sua autoridade na área. Outro ponto central da pesquisa é a análise de como essas agentes negociam e tensionam as normas estabelecidas dentro das instituições culturais e artísticas, muitas vezes promovendo mudanças nas políticas de gestão da cultura e na forma como determinados elementos do patrimônio maranhense são reconhecidos e valorizados.

Carvalho argumenta que suas atuações extrapolam o domínio burocrático-administrativo e assumem um caráter político e intelectual, uma vez que suas decisões e posicionamentos impactam diretamente na preservação, na produção e na disseminação da cultura local.

Além disso, a pesquisa evidencia que a atuação dessas mulheres na formulação de políticas culturais está associada a uma complexa rede de relações institucionais e interpessoais, que se estende desde suas conexões acadêmicas até suas alianças com grupos políticos e movimentos sociais. Dessa forma, a pesquisa revela que a autoridade cultural dessas agentes não se restringe apenas à sua atuação individual, mas está fortemente vinculada à dinâmica relacional do espaço cultural e político maranhense.

Por fim, Carvalho enfatiza que a análise das trajetórias dessas agentes culturais permite compreender como as relações de poder se estruturam e se reproduzem dentro do campo cultural maranhense, e de que maneira as dinâmicas de gênero influenciam esse processo. A pesquisa demonstra que o reconhecimento dessas mulheres não é um fenômeno isolado, mas sim um resultado de complexas negociações e disputas por legitimidade dentro de um espaço historicamente marcado por desigualdades estruturais.

No caminho da mesma agenda de pesquisas, buscamos apreender os significados e as representações do engajamento militante de mulheres que se constituem como porta-vozes das pautas de “gênero” e “feminismo” no Maranhão. Para isso, examinamos as disposições, os condicionantes sociais e as oportunidades que moldaram suas trajetórias, levando em consideração os processos históricos, sociais e culturais nos quais essas agentes estão inseridas. Nosso objetivo é conduzir essa análise sem incorrer em essencializações, evitando tanto uma visão que reforça os estigmas de subordinação e inferioridade impostos às mulheres quanto narrativas excessivamente laudatórias e heroificadas que desconsiderem as complexidades de suas trajetórias (Reis, 2020). Assim, buscamos compreender como essas mulheres mobilizam recursos e estratégias para se afirmarem como lideranças feministas, considerando os desafios estruturais que enfrentam e os trunfos que acionam para conquistar espaços de visibilidade e reconhecimento.

2 CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DA “CAUSA FEMINISTA”

Este capítulo analisa as condições históricas, sociais e institucionais que possibilitaram o surgimento e a consolidação da causa “feminista” no Maranhão, especialmente a partir da década de 1980. O objetivo não é construir narrativas heroificadas ou promover debates valorativos, mas compreender os processos que influenciaram a formação discursiva e a atuação das porta-vozes desse movimento. Para isso, examinamos os fatores que moldaram sua inserção em diferentes espaços sociais, bem como as dinâmicas de continuidade, ruptura e ressignificação presentes em suas trajetórias, conforme destacam Coradini (1998) e Reis (2015). Além de revisitar estudos sobre a participação feminina no período, recorreremos às produções escritas e depoimentos das próprias militantes, que rememoram o cenário de emergência do “feminismo maranhense”. Essa abordagem permite explorar as representações e os sentidos atribuídos por essas agentes ao seu engajamento.

O contexto da transição democrática no Maranhão, especialmente em São Luís, foi fundamental para o surgimento do movimento feminista. Araújo (2007) destaca que, no final dos anos 1970, o estado vivenciou um processo de rearticulação política impulsionado pela abertura democrática. Nesse período, movimentos sociais reorganizaram suas estratégias de atuação, com destaque para o protagonismo da sociedade civil e de grupos militantes.

Três articulações foram centrais para a formação do “feminismo maranhense” e para a atuação de suas futuras lideranças. Primeiro, os movimentos vinculados à Igreja Católica, especialmente as Pastorais da Juventude, que atuavam na conscientização política e na defesa de direitos, servindo como espaço de formação para muitas militantes. Segundo, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (1979), um marco na luta por justiça social, que agregou demandas posteriormente incorporadas pelo feminismo. E terceiro, a Greve pela Meia Passagem (1979), mobilização estudantil que evidenciou a força da organização coletiva e contou com a participação de mulheres que mais tarde se tornaram referências no movimento feminista. Embora nem todas as mulheres estudadas nesta pesquisa tenham participado diretamente desses espaços, suas narrativas demonstram que acompanharam e foram influenciadas por essas mobilizações, reinterpretando-as em suas trajetórias.

A análise das dinâmicas de ingresso e permanência no movimento, conforme Reis (2015), revela como alianças e princípios foram redefinidos ao longo do tempo. Algumas mulheres ingressaram no feminismo a partir de experiências em movimentos anteriores, enquanto outras construíram suas trajetórias em diálogo com pautas emergentes, como violência de gênero, direitos reprodutivos e participação política. Essa fluidez permitiu a renovação constante do movimento, mas também gerou tensões entre diferentes gerações e perspectivas. As produções escritas das agentes, como as de Ferreira e Almeida (2019, 2021), mostram como o “feminismo maranhense” foi (e permanece) sendo ressignificado, incorporando tanto demandas locais quanto influências nacionais e internacionais.

Em síntese, a emergência do “feminismo” no Maranhão está intrinsecamente ligada às transformações políticas e culturais das décadas de 1970 e 1980. Seus discursos e práticas foram moldados por espaços de militância prévios, que serviram como *domínios* para a formação de lideranças e a circulação de ideias. Ao recuperar esses discursos e manuscritos, este capítulo busca não apenas contextualizar o universo pesquisado, mas também destacar as múltiplas vozes que constituíram essa causa, evitando leituras homogêneas ou linearidades simplistas.

2.1. Breves apontamentos sobre a afirmação de mulheres em domínios acadêmicos e políticos

Entre os anos de 1960 e 1964, eclodiu no Brasil uma série de movimentos sociais impulsionados pela crescente industrialização e pelo aumento da migração de homens e mulheres para as regiões do centro-sul do país. As camadas operárias e rurais passaram a reivindicar, com maior intensidade, melhores condições de trabalho, segurança, aumento salarial, saneamento básico, entre outras demandas de cunho econômico e social. Esse período de expansão democrática, que possibilitou a mobilização desses grupos — incluindo as mulheres —, foi abruptamente interrompido com a instauração da Ditadura Civil-Militar em 1964, contexto que impôs restrições significativas à atuação política feminina.

A inserção das mulheres nos distintos domínios da vida social resultou de um longo processo de mobilização política, mas o regime militar representou um entrave às agendas consideradas mais “progressistas” especialmente no que tange à participação feminina na sociedade. Até aquele período, os espaços de circulação das mulheres ainda estavam fortemente vinculados às atribuições do universo doméstico. Com o Decreto Institucional nº 5 e o fechamento de todas as vias políticas legais, as mobilizações femininas, bem como os debates e conquistas obtidos até então, foram drasticamente reduzidos no cenário público. Diante desse contexto de repressão, as movimentações das mulheres e do emergente “movimento feminista” ocorreram, por um período considerável, na clandestinidade. Aquelas que se posicionavam contra o regime aproximaram-se e integraram organizações de esquerda, cujas pautas estavam essencialmente voltadas à luta contra a ditadura.

O cenário social efervescente da época também favoreceu uma ampliação do acesso feminino ao ensino superior. Durante esse período, discussões internacionais sobre saúde reprodutiva, direito ao voto e autonomia sobre o próprio corpo ganhavam força, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, os movimentos de mulheres sofreram forte influência desses ativismos e dos debates culturais que marcaram as décadas de 1960 e 1970 (Arruda, 2021). Associado a essa conjuntura, no mesmo ano da promulgação do Ato Institucional nº 5, a Reforma Universitária foi implementada, promovendo uma ampliação do ingresso de mulheres nas instituições de ensino e pesquisa do país (Mendes, 2023).

Déborah Arruda (2021) menciona que, desde seus primeiros feitos, o movimento feminista brasileiro apresenta uma modalidade de atuação “intelectualizada”, manifestada por meio da produção escrita em jornais, revistas, folhetins e pela

participação em peças teatrais e musicais. Com a Reforma Universitária, a relação entre os debates feministas e as universidades e intensificou, possibilitando “[...] uma aproximação ‘com o mundo da cultura erudita’, principalmente a partir da década de 1970, dando origem a um feminismo de cunho mais acadêmico no país” (Ibidem, p. 47).

A partir da década de 1970, uma série de ações e debates promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) repercutiram de maneira expressiva no Brasil. Em 1975, foi realizada a 1ª Conferência Mundial da Mulher, com o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, sendo esse evento reconhecido como o Ano Internacional da Mulher. Ainda que de forma incipiente, essa ampliação do debate gerou impactos na inserção feminina em ambientes de proeminência intelectual, como centros de pesquisa. Apesar da predominância de mulheres em cursos de Letras e Humanidades, devido à permanência da *feminilização do magistério*, iniciava-se a construção de uma agenda de pesquisas e debates sobre as mulheres no Brasil (Duarte, 2019; Mendes, 2023).

A *feminilização do magistério* pode ser compreendida como um processo histórico que associou atributos considerados “naturais” ao feminino às práticas de ensino. Vianna (2002, p. 56) afirma que a docência no Brasil se estruturou a partir de uma forte composição sexual da categoria, resultante de uma elaboração social que vinculou significados femininos às práticas docentes. Assim, “[...] o sentido feminino da profissão do magistério ultrapassa o fato de a maioria dos docentes ser mulher, pelo entendimento da feminização de espaços e práticas mesmo quando ocupados por homens”. Essa classificação da docência como uma vocação feminina foi promovida por diversas instituições e grupos sociais, dentre os quais se destacam os médicos e cientistas — fortemente influenciados pelos discursos positivistas e iluministas —, os departamentos clericais — que, embora não exercessem mais o mesmo poderio da era colonial, mantinham influência sobre os novos ideais republicanos — e as classes dominantes, compostas majoritariamente por homens que detinham posições de prestígio econômico e intelectual, como cargos políticos.

Antes de 1975, esforços de institucionalização dos estudos de gênero já podiam ser observados em algumas universidades e centros de pesquisa brasileiros, especialmente na região centro-sul do país. Na Universidade de São Paulo (USP), as pesquisas de Heleieth Saffioti revelaram um profundo interesse pelas questões relacionadas à condição da mulher. Sua tese, defendida em 1969 e intitulada *A*

mulher na sociedade brasileira de classes: mito e realidade, inaugurou debates relevantes no meio acadêmico. De maneira semelhante, Zahidé Machado Neto, em 1973, ministrou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) o curso “Sociologia da Família e Relações entre os Sexos”, oferecendo um espaço pioneiro para reflexões acerca das relações de gênero na sociedade brasileira.

A partir desse contexto, ressurgiu uma imprensa voltada para mulheres, fortemente influenciada pelos debates acadêmicos em desenvolvimento nos grupos de pesquisa das universidades. Duarte (2019) destaca, nesse cenário, o *Jornal Brasil Mulher* (1975), descrito como um “porta-voz do recém-criado Movimento Feminino pela Anistia”. Pesquisas realizadas por Telles (1993) no acervo digital do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH/FPA) identificaram a existência de 20 edições desse jornal, sendo 16 regulares e quatro edições especiais. O *Jornal Brasil Mulher* manteve sua circulação até os anos 1980, chegando a diversos estados brasileiros, como Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão. Segundo Teles (1993), mulheres dessas localidades organizavam-se para receber as edições, promoviam leituras e discussões e, posteriormente, enviavam contribuições, concepções e relatos de suas experiências.

Em buscas documentais realizadas por Telles (1993) no acervo digital da Fundação Carlos Chagas, também foram encontrados registros de outro periódico que circulou a partir da década de 1970: o *Jornal Nós Mulheres*. Sua primeira edição oficial data de 1976 e apresenta, em seu editorial, o seguinte trecho:

[...] *NÓS MULHERES* decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E também, para pensarmos juntas nas soluções. Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher. É por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estará ajudando a construir este nosso instrumento de conscientização e luta. (*Jornal Nós Mulheres*, Editorial, 1976).

O fortalecimento das discussões de gênero nas principais universidades do país refletiu-se no *Jornal Nós Mulheres*, que já demonstrava um amadurecimento do debate feminista. Sua coordenadora era a jornalista e professora Mariza Corrêa, e a equipe editorial contava com aproximadamente trinta colaboradoras. O jornal encerrou sua circulação em 1978. A própria Mariza Corrêa (2001, p. 18), em um de seus trabalhos, destaca que a Fundação Carlos Chagas desempenhou um papel

central nesse processo, promovendo pesquisas e consolidando estudos sobre mulheres no Brasil.

Com apoio da Fundação Ford, o jornal *Mulherio* começou a circular na imprensa brasileira em 1981, com publicações bimestrais (Telles, 1993). Esse periódico contava com a pesquisadora Fúlvia Rosenberg e, como editora, a jornalista Adélia Borges. Seu conselho editorial mantinha relações diretas com pesquisadoras e professoras, especialmente de universidades como a USP, a PUC-SP, a UNESP e a UNICAMP.

Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, intensificaram-se debates significativos nos ambientes acadêmicos brasileiros. Figuras já engajadas nas problemáticas relacionadas às mulheres, como Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta e Lena Levinas, atuaram ativamente na institucionalização de núcleos e grupos de pesquisa voltados para os estudos de gênero e feminismo. Esse cenário é descrito por Duarte (2019, p. 44):

No final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, um movimento muito bem articulado entre feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos da mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar saudável troca entre pesquisadoras.

O I Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre as Mulheres nas Universidades Brasileiras, realizado em 1991 na Universidade de São Paulo (USP), contou com a participação de diversas pesquisadoras de diferentes estados do país. O evento reforçou a necessidade de institucionalização dos núcleos de pesquisa sobre gênero e feminismo no Brasil. Algumas autoras descrevem esse momento como um ponto de inflexão na atuação das mulheres acadêmicas, marcando o início de uma “clivagem [...] entre militantes e pesquisadoras” (Corrêa, 2001, p. 24).

O contexto das reivindicações femininas no Brasil está intrinsecamente ligado à luta contra a Ditadura Civil-Militar. Dessa forma, antes mesmo do aprofundamento dos debates teóricos sobre a questão das mulheres, houve uma necessidade prática imposta pela conjuntura política repressiva do país. Como observa Arruda (2021, p. 46):

[...] a luta do feminismo no Brasil se confunde com a luta contra a ditadura porque as mulheres aqui precisaram combater a impossibilidade de operar pautas de reivindicações específicas e já superadas pelas mulheres que se organizavam em países em situação democrática.

Dentro desse cenário, destaca-se a resistência de muitas porta-vozes femininas em relação ao uso do termo "feminismo". A palavra só passou a ser utilizada publicamente em 1976, na segunda edição do *Jornal Brasil Mulher*, e, mesmo assim, causava incômodo entre pesquisadoras e intelectuais envolvidas com a questão das mulheres. Esse desconforto pode ser exemplificado por uma entrevista concedida por Heleieth Saffioti ao jornal *Mulherio* (nº 6, abril de 1982), na qual expressa suas reservas quanto à apropriação do termo:

Na verdade, eu sempre relutei em me dizer feminista. No passado, esse termo tinha uma carga biológica muito grande e ainda apresenta uma carga razoável. Eu gosto de dizer: eu sou feminista, mas o meu feminismo é esse (...) porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens, eu não quero de maneira alguma ser interpretada dessa forma. Tenho muito respeito pelos homens. (Telles, 1993, p. 117 APUD *Jornal Mulherio*, nº 6, 1982)

Além dessa resistência semântica, observa-se que, nesse período, as pesquisas sobre mulheres possuíam um forte viés ideológico, em grande parte motivado pelas ações repressivas do regime, que buscavam estigmatizar debates progressistas, como os que abordavam a condição feminina no Brasil. Esse processo teve início antes mesmo da instauração da Ditadura Militar e se intensificou ao longo dos anos do regime. Um exemplo notório dessas estratégias repressivas foi a mobilização de grupos como as *Marchadeiras*, que desempenharam um papel na difamação de “pautas feministas” e “progressistas”.

A produção acadêmica e política em torno das questões de “gênero” e da condição feminina no Brasil reflete singularidades que caracterizam diferentes contextos nacionais. Os debates emergem em conjunturas históricas e sociais diversas, integrando tanto dimensões universais quanto particularidades locais. Em países como o Brasil, essa dinâmica é “marcada por influências ora mais acadêmicas ora mais políticas” (Arruda, 2021, p. 48).

Mariza Corrêa (2001, p. 24), ao analisar a evolução dos estudos de gênero no Brasil, destaca essa dimensão histórica como um fator determinante na construção e consolidação do campo acadêmico feminista no país.

O ponto importante a enfatizar aqui é a necessidade de se contextualizar adequadamente a história do feminismo, sem perder de vista a importância do contexto político e cultural à época de sua emergência, nem deixar de lado agentes que pelo fato de não estarem presentes nos estudos de gênero hoje, nem por isso deixaram de ter sua importância nessa história. Como disse antes, creio que há uma clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero nos anos noventa, assim como acredito que houve uma estreita vinculação entre as chamadas militantes e as pesquisadoras.

Para a autora, estudar as relações entre a militância feminista e as atividades acadêmicas no contexto brasileiro torna-se imprescindível para compreender, de maneira mais sensível, os diferentes aspectos que caracterizam a atuação das mulheres. Trata-se, como ela menciona, de “[...] enfatizar a impossibilidade da existência de estudos de gênero que não tenham uma dimensão política, parte de sua história” (Corrêa, 2001, p. 25). Essa característica multifacetada, que influencia os debates sobre emblemas e identidades associadas às chamadas “minorias” sociais, é abordada por Pontes, Rosatti e Reis (2020) em uma entrevista sobre a trajetória de Heloisa Pontes, importante pesquisadora da temática de gênero no Brasil. A trajetória da antropóloga evidencia as inflexões e tensões presentes nos estudos sobre as mulheres, uma vez que sua formação profissional ocorreu em um momento fundamental para o fortalecimento dessa problemática no país, entre as décadas de 1960 e 1970.

Nesse período, as universidades passaram a se consolidar como espaços privilegiados para a socialização, a formação e a aquisição de códigos e gramáticas específicas dos “estudos feministas”, dos “estudos da mulher” e, posteriormente, dos “estudos de gênero”.

A partir desse contexto, as intelectuais feministas, em processo de profissionalização, passaram a se dedicar à realização de congressos, campanhas e publicações voltadas para a produção de conhecimento sobre as “mulheres”, o “feminino” e o “feminismo”. Esse movimento permitiu que suas lutas fossem inseridas no escopo das reivindicações da esquerda de maneira mais articulada e contribuiu para um gradativo afastamento das “pautas feministas” em relação às agendas políticas mais amplas, tradicionalmente conduzidas por lideranças

masculinas. Como destacam Pontes, Rosatti e Reis (2020, p. 103):

A partir disso, as intelectuais do feminismo (em vias de profissionalização) se empenharam na realização de congressos, em campanhas e publicações de mulheres sobre mulheres, o feminino, as feministas, etc. O que viabilizou o realce das suas lutas no âmbito das reivindicações da esquerda em geral e a deflagração do paulatino e relativo descolamento das batalhas políticas mais amplas (preponderantemente conduzidas por lideranças masculinas), alicerçando pautas e bandeiras próprias. Com teorias e autores/as estrangeiras e nacionais consagradas, na década de 1990 há uma base sólida às reflexões sobre as lógicas e formas de dominação de gênero, categoria que permitiu abranger dimensões de análise e possibilidades de identificação [...]. (Pontes, Rosatti e Reis, 2020, p. 103).

Foi nesse período que surgiram importantes iniciativas institucionais, como a criação do Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), além da consolidação de núcleos de pesquisa vinculados a diferentes universidades brasileiras. Entre esses núcleos, destacam-se: o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio); o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura (NIELM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero (NEMGE) da Universidade de São Paulo (USP). (Telles, 1993).

Antes da institucionalização dos primeiros grupos de estudos voltados para o debate acadêmico sobre a condição feminina, essas discussões eram classificadas genericamente como “estudos sobre as mulheres”, sendo fortemente influenciadas pelas bases teóricas do marxismo e pelas conexões com o Partido Comunista do Brasil (PCB). Como aponta Hollanda (2019, p. 10): “a política de conhecimento da área de estudos sobre mulher é inaugurada sobre a tarefa de articular sua base - naquele momento, marxista (de oposição à ditadura) com questões mais específicas e talvez mais subjetivas da condição da mulher”.

No início, esses debates não possuíam um atributo teórico-epistemológico próprio. Mendes (2023, p. 68) menciona que, no contexto universitário, as problemáticas de “gênero” foram incorporadas a partir da crise dos paradigmas clássicos, os quais não conseguiram elaborar modelos explicativos suficientemente flexíveis para analisar a situação específica das mulheres enquanto sujeitos sociais e históricos. Com isso, o conceito de gênero passou a ser adotado de maneira mais

recorrente nos estudos desse campo.

O termo “gênero” era, inicialmente, utilizado de maneira descritiva, sendo associado a estudos sobre as mulheres e suas experiências sociais. Joan Scott (2019, p. 54) observa que:

Os usos descritivos do gênero foram utilizados pelos (as) historiadores (as), na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida que os (as) historiadores (as) sociais se voltavam para novos temas de estudo, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, e as ideologias de gênero.

Melissa Mendes (2023) destaca que os estudos de “gênero” encontraram terreno fértil nas formulações de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1949). Além disso, a obra da historiadora estadunidense Joan Scott, intitulada *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), e as produções teóricas dos *Queer Studies* (1990) promoveram mudanças gradativas nas concepções sobre os “estudos sobre mulheres”.

Os escritos de Joan Scott propuseram uma transformação conceitual e metodológica na utilização do conceito de “gênero”. Para tanto, a autora dialoga criticamente com teorias vigentes, fortemente influenciadas por pressupostos marxistas e estruturalistas. Essas correntes teóricas, baseadas nas relações de patriarcado, enfatizavam a diferença biológica entre os sexos e a predominância das relações de produção como elementos centrais na estruturação da desigualdade de gênero. No entanto, Scott argumentou que o gênero vinha sendo tratado como um subproduto de outras causalidades, sem assumir um estatuto analítico próprio nas investigações históricas e sociais.

As elaborações teóricas de Michel Foucault e Pierre Bourdieu influenciaram significativamente as formulações de Joan Scott nos anos subsequentes. A partir dessas contribuições, a historiadora propôs uma abordagem que compreendesse o gênero como uma categoria relacional, dinâmica e contraditória. Segundo Scott (2019, p. 70): “[...] um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.” Essas formulações reverberaram intensamente nas universidades brasileiras. Mariza Corrêa (2001, p. 22) descreve que os debates sobre gênero foram impactados “[...] pela influência teórica de Michel Foucault naqueles anos, aliada ao debate constante com o incipiente

campo de estudos que hoje se convencionou chamar de *Queer Studies*, o que foi importante para desnaturalizar distinções polarizadas e seus termos".

O período de abertura política e redemocratização favoreceu a emergência de novas concepções e valores, ampliando as oportunidades de atuação feminina no Brasil. No entanto, os papéis e cargos ocupados pelas mulheres nos diferentes domínios políticos e culturais ainda permanecem relativamente distintos em relação aos de seus homólogos masculinos (Reis, 2020; Reis e Grill, 2023). Apesar dessas limitações estruturais, houve um crescimento nas oportunidades de ingresso feminino em disputas e espaços historicamente dominados por homens (Arruda, 2021; Reis, 2014).

As problemáticas de “gênero” também ecoaram nos âmbitos acadêmico, cultural e político do Norte e Nordeste do Brasil. Ferreira (2011, p. 3) observa que os desdobramentos do feminismo nessas regiões seguiram bases semelhantes às das mobilizações que eclodiram em outras partes do país. Para a autora, foi a “[...] necessidade de se engajar na luta pela redemocratização do país [que] gerou a necessidade de articular a luta feminista, impulsionada pelo desejo de discutir e se contrapor a um discurso que excluía as mulheres da condição de sujeito”.

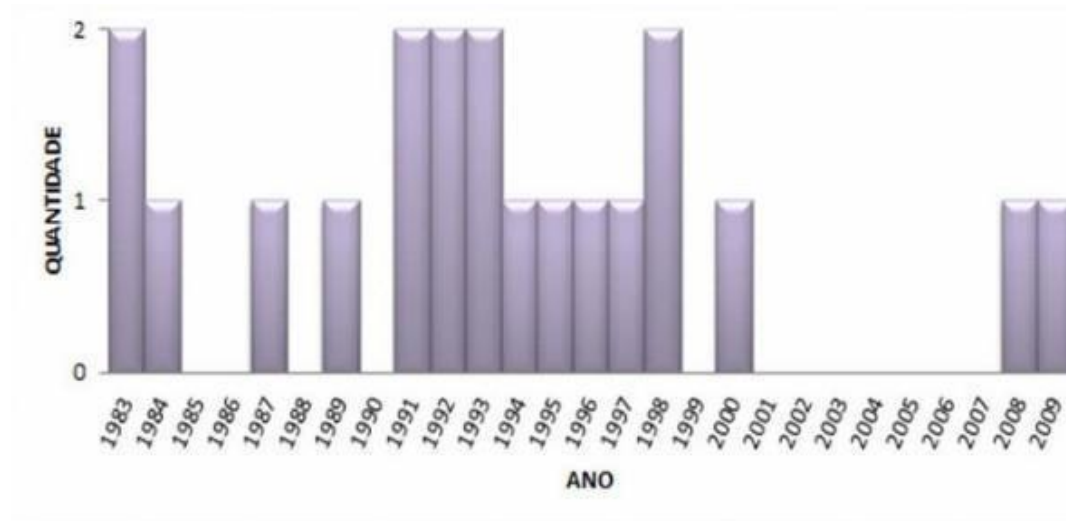
Algumas das primeiras organizações femininas nessas regiões incluem o grupo *Ação Mulher* (1978), que surgiu em Recife, e o *Centro Mulher* (1979), criado em João Pessoa. Além disso, Pernambuco se destacou na década de 1980 pela proliferação de grupos militantes articulados por lideranças femininas, como o *Centro de Mulheres do Cabo*, o *Cais do Parto*, o *Viva Mulher* e diversos núcleos de mulheres vinculados à Universidade Federal de Pernambuco, à Universidade Rural de Pernambuco e à Fundação Joaquim Nabuco.

Quadro 1: Núcleos e Grupos de estudo da Região Norte e Nordeste

Região Nordeste (17 Núcleos e 12 Grupos)		
Estado	Núcleo	Grupo
Bahia (2 Núcleos e 3 Grupos)	NEIM/UFBA	MUSA/UFBA
	MULLIERIBUS/UEFS	GEM/UFBA
	NECLIF/UFBA	Laboratório de Gênero e Infância/UEBA
Sergipe (1 Núcleo)	NEPIMG/UFS	-
Alagoas (1 Núcleo)	NTMC/UFAL	-
Pernambuco (4 Núcleos e 5 Grupos)	FAGES/UFPE	Instituto PAPAI (ONG)
	GEMA/UFPE	Grupo Planejamento e Política de Gênero, Recife
	NPAMC/UFRPE	G.T. Mulher na Literatura/UFPE
	Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher/UFRPE	Área Temática Gênero, Família e Idade/Fundação Joaquim Nabuco
		Grupo de Mulher “Fazendo Gênero”/ Centro de Estudos e Pesquisas Josué Castro
Paraíba (3 Núcleos e 1 Grupo)	NIPAM/UEPB	Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero/UEPB
	NEMS/UFCG	-
	NEPGD/UEPB	-
Rio Grande do Norte (2 Núcleos)	NEM/UERN	-
	NEPAM/UFRN	-
Ceará (1 Núcleo)	NEGIF/UFC	-
Piauí (1 Núcleo)	NEPEM /UFPI	-
Maranhão (1 Núcleo e 3 Grupos)	NIEPEM/UFMA	GERAMUS/UFMA
		GEMGE/UFMA
		GENI/UFMA
Região Norte (4 Núcleos e 2 Grupos)		
Estado	Núcleo	Grupo
Pará (1 Grupo)	-	GEPEM/UFPA
Amazonas (1 Núcleo)	NEIREGAM/UFAM	-
Rondônia (1 Núcleo)	Núcleo de Estudo e Pesquisa da Mulher/UFRO	-
Tocantins (1 Grupo)	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades/UNITINS/ Miracema	Grupo de Pesquisa Memória, Cotidiano, Gênero e Sertão/UNITINS/Porto Nacional
Acre (1 Núcleo)	NEGA/UFAC	-

Fonte: Quadro extraído de Júlia, FREITAS; Maria, CARVALHO. Trajetória dos Núcleos de estudos da mulher e relações de gênero integrantes da REDOR. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.8, n.2, p. 270-279, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu> .

Gráfico 1: Ano de fundação de núcleos e grupos de estudos de gênero (Norte-Nordeste).



Fonte: Gráfico extraído de Júlia, FREITAS; Maria, CARVALHO. Trajetória dos Núcleos de estudos da mulher e relações de gênero integrantes da REDOR. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.8, n.2, p. 270-279, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu> .

As informações contidas no quadro demonstram um crescimento significativo das pesquisas sobre gênero e feminismo nas universidades do Norte e Nordeste desde a década de 1980. Os dados apresentados no gráfico 1 indicam que, nesse período, foram fundados cinco núcleos e grupos de pesquisa. Na década de 1990, esse número mais do que dobrou, totalizando doze novos núcleos, com uma concentração expressiva de fundações entre os anos de 1991, 1992 e 1993. Já nos anos 2000, observa-se uma leve redução na incidência desses grupos, com a criação de apenas três novos núcleos.

No Maranhão, as principais iniciativas acadêmicas dedicadas aos estudos de gênero e feminismo estão vinculadas à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Destacam-se o GERAMUS, o GEMGe, o GENI e o NIEPEM. O GERAMUS (*Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracionais, Mulheres e Feminismos*) foi fundado em 2005, no âmbito do Projeto de Pesquisa e Extensão *Mulheres, Organização e Mundo do Trabalho: Processos de Luta e Participação*. Esse projeto foi encabeçado pelas professoras Maria Leitão Nunes Rocha e Silvana Magali Vale Nascimento, ambas da UFMA, e por Terezinha Moreira Lima, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Atualmente, o GERAMUS está vinculado ao Departamento de Serviço Social (DESES) e ao Núcleo de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), no Centro de Ciências Sociais da UFMA.

O GEMGe (*Grupo de Pesquisa Educação, Mulheres e Relações de Gênero*), também da UFMA, foi fundado pelas professoras Diomar das Graças Motta (coordenadora), Iran de Maria Leitão Nunes e Sirlene Mota Pinheiro da Silva. O grupo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da instituição. Já o GENI (*Grupo de Estudos de Gênero, Memória e Identidade*), criado pela professora Sandra Maria Nascimento, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, passou a ser coordenado, após seu falecimento, pela professora Rarielle Rodrigues Lima, e atualmente está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Outro núcleo relevante é o NIEPEM (*Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, Cidadania e Relações de Gênero*). Apesar de não estar formalmente institucionalizado na UFMA, o NIEPEM é afiliado à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). O núcleo desempenhou um papel fundamental na articulação regional e foi responsável por sediar dois encontros da REDOR, nos anos de 1998 e 2009 (Carvalho e Freitas, 2015).

A consolidação da causa feminista no Maranhão, e em particular a formação do Grupo *Mulheres da Ilha*, está diretamente relacionada ao processo de institucionalização dos estudos sobre mulheres e gênero nas universidades e à configuração política e social da região. Nesse sentido, torna-se imprescindível refletir sobre as especificidades históricas e sociais que influenciaram a afirmação dessa causa. Da mesma forma, é necessário compreender as conexões entre a militância política e a dimensão intelectual que permeia a atuação dessas mulheres nos domínios sociais maranhenses.

2.2. Igreja Católica: Teoria da Libertação, Pastorais e SMDH - MA

A análise da gênese dos engajamentos das porta-vozes das questões das “mulheres” e do “feminismo” no Maranhão ratifica a constatação de Reis e Grill (2023, p. 6) de que existe “uma disposição ética-religiosa geradora da predominância de relações em bases comunais e que predispõem a engajamentos”. Essa constatação se evidencia nas trajetórias das agentes estudadas, uma vez que suas inserções iniciais ocorreram, majoritariamente, por meio de movimentos estudantis e movimentos sociais vinculados à Igreja Católica.

Com o fortalecimento da problemática do “feminismo” a partir das décadas de 1970 e 1980, essas mulheres passaram a se envolver ativamente na militância feminista, especialmente por meio de sua participação em grupos organizados de mulheres. Esse engajamento, entretanto, ocorreu simultaneamente ao ingresso delas nos cursos de graduação, período no qual acompanharam e atuaram no processo de institucionalização de grupos e núcleos de estudos de gênero nas universidades. Assim, a dimensão religiosa presente nos movimentos sociais ludovicenses não apenas influenciou suas trajetórias individuais, mas também marcou suas atuações acadêmicas e políticas. Essa influência é reiterada ao longo das entrevistas realizadas, nas quais as agentes mencionam, repetidamente, a importância da formação religiosa em seus processos de conscientização e engajamento.

Em seu relato, Silvane Magali exemplifica essa relação ao destacar que sua inserção inicial se deu por meio do convívio com sua avó materna, cuja participação ativa na Igreja Católica foi um elemento determinante para o desenvolvimento de seu interesse por pautas sociais:

O meu vínculo mesmo, todo o meu envolvimento, ele se dá por meio da minha avó materna, pela relação dela com a igreja, embora ela não tivesse nenhuma atividade política. A participação dela na igreja, como eu falei, era muito de cantar, participar de jornais, e essas coisas, né? Então, essa parte artística, eu sempre gostei muito de fazer. Participei de festejos de santos na casa dela, mas foi através dela que eu fui para a igreja e conheci os padres, que na época eram chamados de padres comunistas. E foi aí que eu me identifiquei com o serviço social, pelas assistências sociais que tinham na igreja, que tinham trabalho com projetos em comunidades periféricas em São Luís. Eu tinha 14 anos e me aproximei desse universo, né? Esses padres ditos comunistas, eram padres que discutiam do racismo a tudo mais, assim, sem nem utilizar a palavra racismo propriamente, mas eles falavam sobre as discriminações sobre as pessoas. Às vezes não usavam nem a palavra pessoas negras, eles chamavam pessoas de cor, pessoas de pele escura. E tinha o padre Bráulio que faleceu, inclusive, da Covid, e na época era seminarista dessa paróquia, da unidade de São Vicente de Paulo, que era uma referência de... eu tô falando da década de 70,

portanto, durante o regime militar, eu era adolescente. (MAGALI, Silvane. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

O relato de Silvane Magali evidencia como, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, São Luís se tornou palco de uma intensa atuação de padres seminaristas, os quais, segundo a entrevistada, estavam ligados à Teologia da Libertação e abordavam pautas voltadas a diversas “minorias sociais”. Esse contexto permitiu que movimentos sociais e religiosos se entrelaçassem, tornando-se espaços de conscientização e organização política para muitas mulheres que posteriormente se engajariam no feminismo maranhense.

A atuação da Igreja Católica, sobretudo por meio da Cáritas Brasileira – Regional Maranhão, foi uma das mais expressivas nesse período. A organização desenvolvia atividades voltadas à assistência social e à formação política de jovens, possibilitando que muitas das mulheres aqui estudadas tivessem seu primeiro contato com o ativismo social. Lourdes Leitão, por exemplo, aproximou-se das pautas feministas nesse contexto, tendo atuado diretamente na Pastoral da Juventude, espaço que foi fundamental para sua formação política e para o início de seu engajamento em movimentos sociais e acadêmicos voltados às questões de gênero (Moraes, 2016).

Esse panorama demonstra que, para além da atuação em espaços acadêmicos e políticos formais, as trajetórias das agentes investigadas foram fortemente moldadas por suas experiências em grupos religiosos progressistas. Esse dado reforça a necessidade de compreender a militância feminista maranhense dentro de uma configuração relacional e histórica, na qual distintas esferas – política, acadêmica e religiosa – operam de forma interdependente e influenciam diretamente as formas de engajamento dessas mulheres.

Mary Ferreira também destaca essa dimensão em seu percurso biográfico, mencionando que seu primeiro contato com a militância ocorreu no contexto das pastorais católicas:

Eu fui a primeira da família a ter engajamento político, a me envolver com o movimento social. Primeiramente com o movimento de igreja, na igreja. Nos anos 70, quando a igreja tinha um lado da igreja que era envolvida com a teologia da libertação, chamada as igrejas mais franciscanas, e foi aí que eu comecei a minha militância política, exatamente nos anos 70, na igreja do São Francisco, quando ela ainda estava em construção. (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024].

Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Em outro momento da entrevista, a agente enfatiza a longevidade de sua trajetória militante e o papel da Teologia da Libertação em sua formação política:

Já participo de militância política desde os 16 anos, dentro do movimento de igreja, movimento teatral. Então, a minha militância é uma militância orgânica de muito tempo, não comecei de agora. Com 16 anos, comecei a participar de movimentos de igreja, dentro do que eu te falei, da Teologia da Libertação. (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

As mulheres tiveram uma atuação significativa na coordenação de diversas pastorais organizadas pela Igreja Católica. Conceição Amorim, ao articular o movimento de mulheres no interior do Estado, teve papel central na constituição da Pastoral da Mulher em Imperatriz/MA. Conforme relata em sua entrevista, esse processo envolveu a mobilização de mulheres vinculadas às bases sociais da Igreja "[...] as mulheres que compunham a base social da Igreja Católica." (AMORIM, Conceição. Entrevista II. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024). Essas movimentações tiveram início com sua atuação no Centro de Direitos Humanos Padre Josimo, instituição fortemente influenciada pela Teologia da Libertação. Inicialmente voltado à Pastoral da Mulher, esse trabalho foi ampliado nos anos seguintes, culminando na criação do Fórum de Mulheres de Imperatriz/MA, coordenado por Conceição Amorim.

Eliana Tavares dos Reis em *“Fé” nos engajamentos políticos e culturais do Maranhão* (1970 e 1980) chama atenção para muitas “inserções” inaugurais que se desenrolaram nas conjunturas nacionais e regionais entre o período do golpe militar de 1964 e o processo de redemocratização do Brasil. Buscando destacar as particularidades dessas inserções, a autora, na primeira parte de sua obra apresenta uma discussão comparativa entre os estudos que desenvolveu no Rio Grande do Sul, com militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1985) que se engajaram na “luta contra a ditadura” e os estudos desenvolvidos no âmbito maranhense, também com militantes que entraram na cena política a partir das mobilizações pós 1964.

Importante salientar, nesse sentido, como destaca a própria autora que esse exercício comparativo interessa para as pretensões da presente pesquisa pois “[...] evidencia distinções significativas no tocante aos perfis, às gramáticas e aos espaços de intervenção preponderante nos dois estados, assim como a tradução

desses aspectos em diferentes formas de participação e discurso”. (Reis, 2014, p. 344, *grifo nosso*).

Os estudos revelam padrões distintos de militância política quando comparamos o Maranhão e o Rio Grande do Sul. No Maranhão, a pesquisa destaca um engajamento marcado pela forte imbricação entre fé e política, onde a religiosidade - especialmente a católica e de matriz afro-brasileira - serve como uma espécie de *capital simbólico* para legitimar causas sociais, como os direitos quilombolas. Nesse contexto periférico, observa-se uma mediação institucional protagonizada por igrejas e ONGs internacionais, que atuam como canais de recursos e formação política. Já no Rio Grande do Sul, a análise revela uma militância predominantemente secularizada, organizada em torno de ideologias políticas (marxismo, anarquismo) e caracterizada por estratégias de confronto direto ao regime militar, com menor dependência de instituições religiosas e maior autonomia na obtenção de recursos através de redes partidárias e do exílio político.

Quanto aos repertórios de ação, o Maranhão apresenta estratégias baseadas na mobilização comunitária e na ressignificação de símbolos religiosos, como a transformação de santos e mártires em ícones de lutas contemporâneas. Essa abordagem, vinculada à justiça social e à caridade cristã, contrasta com o *modus operandi* gaúcho, marcado pela ação direta (greves, protestos) e pela cultuação de heróis políticos da resistência, com ênfase na memória da luta armada e da repressão. A relação com o Estado também difere significativamente: enquanto no Maranhão se observa uma dinâmica ambígua de conflito e cooptação, com militantes sendo absorvidos por elites políticas ou mantendo resistência crítica, no Rio Grande do Sul predominou o confronto aberto durante a ditadura, com perseguição sistemática e poucos espaços para negociação.

Essas diferenças refletem projetos políticos com distintas “nacionalidades”: o Maranhão desenvolve um projeto que articula demandas locais com agendas globais mediadas por atores religiosos, enquanto o Rio Grande do Sul se integra a movimentos nacionais mais amplos, com menor regionalismo. Apesar das divergências - como o papel unificador da fé no Maranhão versus a fragmentação ideológica no Sul -, ambos os contextos compartilham a importância da construção de memória como ferramenta política e a influência de redes transnacionais, seja através de missões religiosas e ONGs internacionais no primeiro caso, seja por meio de correntes teóricas e apoio do exílio no segundo. Essa comparação evidencia como fatores históricos, culturais e geopolíticos moldam distintos padrões de engajamento político em diferentes regiões do Brasil.

Dito isso, verificamos no cenário maranhense, “a existência de uma disposição ética-religiosa geradora da predominância de relações em bases comunitárias e que predis põem engajamentos”. (Grill e Reis 2023, p. 8) . O autor e a autora definem esse fenômeno como um “ethos”, caracterizado pela participação em grupos religiosos, especialmente de vertentes católicas progressistas. Esse traço, segundo os pesquisadores, é recorrente nas trajetórias de porta-vozes de “causas” nos domínios culturais e políticos maranhenses, destacando-se como um elemento singular da região. Enquanto em outras regiões do Brasil a dinâmica política se organiza a partir de eixos distintos, no Maranhão observa-se uma singular imbricação entre trajetórias religiosas e militantes, configurando um elemento distintivo.

Essa particularidade maranhense — onde fé e ativismo frequentemente se entrelaçam — contrasta com padrões encontrados em outros contextos regionais, nos quais essas esferas tendem a se manter (um pouco) mais separadas. A convergência entre essas dimensões não apenas molda percursos individuais, mas também influencia as estratégias de mobilização e legitimação no domínio político local, criando um cenário em que redes eclesiais e movimentos sociais dialogam de maneira peculiar. Essa característica, portanto, emerge como um dos traços da cultura política maranhense, diferenciando-a de outras realidades estaduais brasileiras.

Além disso, Grill e Reis (2023, p. 9) apontam que, geralmente, no Maranhão, porta-vozes de causas legítimas apresentam esse “ethos” religioso em sua formação. Esses agentes costumam ter origem em classes sociais baixas ou médias, e a inserção em espaços religiosos – especialmente de bases mais progressistas – desempenha um papel fundamental na ascensão social, na obtenção de formação escolar e de recursos culturais, além da incorporação de um sentido de missão e intervenção compartilhada. Esse caráter estruturante da relação entre inscrições religiosas e militantes aparece de maneira marcante nas trajetórias estudadas nesta dissertação. Durante as entrevistas realizadas, a maioria das mulheres investigadas mencionou suas vinculações com grupos religiosos católicos no período da redemocratização, antes mesmo de ingressarem formalmente na causa “feminista maranhense”.

Observamos, em diversos relatos, que essas experiências antecederam sua entrada no ambiente universitário e nos movimentos partidários, demonstrando um forte entrelaçamento entre o movimento estudantil (secundarista e universitário) e

as atuações nos grupos religiosos católicos. No mapeamento realizado, foram mencionadas as seguintes referências religiosas e militantes: Igrejas Católicas ligadas à Teologia da Libertação; Cáritas Brasileira – Regional Maranhão (São Luís); Pastoral da Juventude; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH/MA).

Como destacam Grill e Reis (2023, p. 8), esse “ethos” religioso pode ser conceituado como uma “matriz central de referências culturais”, funcionando como um princípio ordenador e orientador das ações e interações sociais. A influência do catolicismo progressista, ancorado na Teologia da Libertação, pode atuar como uma gestora de papéis e missões para porta-vozes de diversas causas, especialmente em contextos de fluidez política, onde há maiores possibilidades de intervenções e disputas simbólicas no campo político e cultural.

Reis (2014) destaca que a atuação política de militantes, sobretudo no Maranhão, teve uma forte atuação e movimentação entre os anos de 1960 e 1970. A autora menciona que entre as atividades mais recorrentes da época estavam os trabalhos realizados por eclesiásticos vinculados à Teoria da Libertação. A partir do ano de 1950 foi possível identificar um “processo de expansão e diversificação e diversificação de um mercado de bens simbólicos e ele se reflete na formulação e oferta de produtos religiosos e políticos.” (Reis, 2014, p. 346).

A autora destaca que esses agentes eclesiásticos, predominantemente originários de países europeus como Itália e Bélgica, desempenharam um papel fundamental na articulação entre fé e política, tornando-se mediadores cruciais entre as demandas locais e as redes internacionais de solidariedade. Através da criação e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), da organização de movimentos populares em defesa dos trabalhadores rurais e da introdução de novas perspectivas teológicas engajadas, esses clérigos estrangeiros ajudaram a moldar um cenário único de mobilização social no Maranhão, caracterizado pela singular combinação de elementos religiosos e políticos. Sua atuação não apenas fortaleceu as lutas populares no período, mas também estabeleceu conexões transnacionais que continuariam a influenciar os movimentos sociais maranhenses nas décadas seguintes, criando uma tradição de militância que conjugava o local e o global de forma peculiar no contexto brasileiro.

Nesse momento o Maranhão foi palco de importantes organizações militantes e sociais, muitas delas vinculadas à resistência contra a ditadura militar e às lutas por direitos sociais e agrários. Aqui estão algumas das principais organizações que surgiram nesse período: Ligas Camponesas, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Guerrilha do Araguaia, Movimentos Estudantis e a UNE (União Nacional dos Estudantes), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Sindicatos de Trabalhadores Rurais etc.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Maranhão, assim como o resto do Brasil, viveu sob intensa repressão política durante o regime militar. Nesse contexto, movimentos sociais, sindicais e estudantis tornaram-se alvos frequentes de perseguição, levando à necessidade de organizações que defendessem os direitos humanos e resistissem à violência do Estado. Foi nesse ambiente que surgiu a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), fundada em 1979, mas com raízes nas lutas políticas anteriores. A SMDH agregou militantes de diversas correntes políticas, como o PCdoB, PT, PSB e PDT, muitos dos quais já atuavam na clandestinidade ou em organizações de base, unindo esforços para denunciar abusos e apoiar perseguidos pelo regime.

Ou seja, trata-se de uma instituição firmemente associada (mediante redes de relações, disposições, e interesses compartilhados por seus componentes) a organismos da Igreja, a Pastoral da Juventude, a Comissão Justiça e Paz (CJP), a Associação da Saúde da Periferia e a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). E as citadas CEBs, percebidas como meio de atuação dos “setores progressistas da Igreja” e seus simpatizantes, visando a “politização e organização popular”, funcionando como “mediadoras entre comunidades locais” e outras organizações, e ainda como base de viabilização de recursos materiais para a efetivação de articulações variadas. (Reis, 2014, p. 358).

Desde sua fundação, a SMDH/MA estabeleceu alianças com outros movimentos sociais ativos na época, consolidando-se como um importante suporte para grupos que passaram a se organizar na transição das décadas de 1980 e 1990, especialmente na cidade de São Luís. O impacto dessa atuação foi significativo, contribuindo para a articulação de diferentes iniciativas voltadas à defesa dos direitos das mulheres, das comunidades quilombolas, dos trabalhadores rurais e dos setores marginalizados da sociedade maranhense.

A influência dos movimentos sociais e eclesiais foi fundamental para a formação da SMDH. Destaque especial para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Teologia da Libertação, que atuavam no Maranhão na defesa dos

pobres e dos perseguidos políticos. Essas comunidades, muitas vezes lideradas por padres e leigos comprometidos com a justiça social, desempenharam um papel crucial na formação de lideranças que mais tarde integrariam a SMDH, fortalecendo sua atuação na defesa dos direitos humanos. Além disso, a SMDH contou com a participação ativa de intelectuais, artistas e estudantes maranhenses que já desenvolviam trabalhos de resistência cultural e política durante os anos 1970. Utilizando a arte, o teatro popular e a educação como ferramentas de conscientização, esses grupos denunciavam a violência do Estado e mobilizavam a sociedade em prol da democracia. Essa articulação entre cultura e política foi essencial para ampliar o alcance da SMDH, transformando-a em uma referência na luta pelos direitos humanos no Maranhão durante um dos períodos mais sombrios da história brasileira.

Igor Grill e Eliana Reis (2023), em *Justaposições entre lógicas e domínios culturais e políticos no Maranhão*, ressaltam que não é incomum que inscrições militantes apresentem interseccionalidades com inscrições artísticas. No caso maranhense, o autor e a autora mencionam a relevância dos grupos culturais como espaços de formação política e de articulação militante. Apontam também que, no Maranhão, no final da década de 1970, as atividades teatrais e as manifestações de “cultura popular” adquiriram destaque, dando origem a diversos espaços que podem ser compreendidos como “[...] fluência de inspirações e apetências de jovens com gostos culturais, disposições políticas e ânimos para vivenciar tipos de sociabilidades disponibilizadas. Muitos deles se ramificaram na organização de outros lugares de imbricação cultural e militante consistentes.” (*Ibidem*, 2023, p. 10).

Dentre esses espaços, destaca-se o LABORARTE, considerado um marco na singularização da cultura popular maranhense, especialmente no que tange à música popular, às interpretações artísticas das “tradições” e do “folclore”, e, sobretudo, “à recuperação de expressões culturais de matriz africana e indígena” (*Ibidem*, p. 10).

Além da influência da Igreja Católica e dos grupos culturais, o movimento estudantil também se destaca nos relatos das entrevistadas como um elemento essencial de suas trajetórias políticas. Muitas das agentes mencionam sua participação na *Greve da Meia-Passagem*, mobilização estudantil que ocorreu na Ilha de São Luís em 1979. O movimento estudantil brasileiro ressurgiu com força em 1977, impulsionado pela reestruturação da União Nacional dos Estudantes

(UNE). No entanto, segundo diversos estudiosos/as, a atuação da UNE no fortalecimento das bases estudantis ludovicenses foi praticamente nula. Em São Luís, as mobilizações foram sustentadas, sobretudo, por referenciais ligados à Igreja Católica, especialmente pela atuação da Pastoral da Juventude (PJ).

2.3. *Meia passagem ou meia cidade*: Movimento Estudantil em São Luís/MA

No contexto maranhense da ditadura militar (1964-1985), a Igreja Católica assumiu um papel progressivamente mais ativo na defesa dos direitos humanos e na organização popular. Como destacam Araújo (2007) e Costa (1994), esse processo de engajamento político se intensificou significativamente após a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, que marcou o endurecimento do regime e a escalada da repressão. Esse posicionamento da Igreja se manifestou de várias formas. A Arquidiocese de São Luís, sob a liderança de figuras como Dom José Delgado (Delgado, 2002), tornou-se um importante espaço de acolhida para perseguidos políticos e de denúncia das violações de direitos humanos, conforme registrado nos documentos do Arquivo da Arquidiocese de São Luís (1980). As paróquias, especialmente nas periferias urbanas e zonas rurais, transformaram-se em centros de organização comunitária através das CEBs.

A “opção pelos pobres”, conceito central da Teologia da Libertação que ganhava força na América Latina, encontrou no Maranhão - estado marcado por profundas desigualdades sociais - um terreno fértil para sua aplicação (Costa, 1994, p. 15). Padres, freiras e leigos engajados promoviam círculos bíblicos que, muito além do estudo religioso, serviam como espaços de conscientização política e formação de lideranças populares (Araújo, 2007). Um aspecto particularmente relevante no Maranhão foi a atuação da Igreja no meio rural. Diante da expansão dos conflitos agrários e da violência dos latifundiários - muitas vezes em conluio com o aparato repressivo do Estado -, as pastorais sociais (como a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária) assumiram a defesa jurídica e política de camponeses e trabalhadores rurais (Documentos da CPT-MA, 1978).

Além da ativa atuação rural, a Igreja Católica exerceu significativa influência sobre o movimento estudantil em São Luís, particularmente durante a *Greve da Meia Passagem* em 1979. Através de suas pastorais juvenis e do apoio de setores progressistas do clero, a Igreja ofereceu suporte logístico e político aos estudantes, fornecendo espaços físicos para reuniões e articulações, além de respaldo moral

contra a repressão policial. O Centro João XXIII, mantido pela Arquidiocese, tornou-se um dos principais pontos de organização do movimento (Documentos da CPT-MA, 1978).

A *Greve da Meia-Passagem*, ocorrida em setembro de 1979 em São Luís, representou um dos mais significativos movimentos de massa do Maranhão durante o período final da ditadura militar. Conforme documentado por Moita (2024, p. 67-72), o movimento surgiu como resposta ao terceiro aumento consecutivo das tarifas de transporte naquele ano, decretado pela prefeitura de Mauro Fecury, em um contexto de grave crise econômica que atingia especialmente a população mais pobre e os estudantes.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desempenhou papel central na organização da resistência. Segundo relatos do Arquivo do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFMA, 1979), a instituição transformou-se no principal espaço de articulação do movimento, com assembleias regulares que reuniam não apenas universitários, mas também secundaristas e representantes de movimentos populares. O campus universitário tornou-se, nas palavras de um militante da época, “um território livre de discussão política em plena ditadura” (depoimento colhido pelo Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2010).

A repressão atingiu seu ápice nos dias 17 e 18 de setembro, quando a Polícia Militar, sob ordens do governador biônico João Castelo, dispersou violentamente uma manifestação de cerca de 20 mil pessoas na Praça Deodoro. Documentos do DOPS-MA (Arquivo Público do Estado, Fundo Segurança Pública) registram a prisão de 47 estudantes, muitos deles vinculados à UFMA. A violência estatal, ironicamente, acabou por fortalecer o movimento, que ganhou ampla solidariedade popular e eclesial, com a Igreja Católica oferecendo apoio jurídico através da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, então em formação (Araújo, 2007, p. 132-135).

Esse contexto de forte repressão e resistência é rememorado por uma das agentes entrevistadas, cujos relatos serão analisados a seguir.

O final dos anos 1970 e a década de 1980 marcaram um período em que o Brasil ainda vivia sob a ditadura militar, enquanto o Maranhão permanecia sob o domínio da oligarquia Sarney. Naquele contexto, o estado era governado por João Castelo, um aliado de José Sarney, e caracterizava-se por uma forte repressão aos movimentos libertários que emergiram em São Luís. Um exemplo marcante desse cenário foi o movimento pela meia passagem, do qual também participei. O final dos anos 1970 foi um momento de abertura política no Brasil,

especialmente com o retorno de muitos exilados políticos. No Maranhão, essa abertura foi simbolizada pela volta de Maria Aragão, cuja presença reacendeu debates sobre a importância e a urgência de construir pensamentos libertários e mobilizar a população contra a oligarquia. Além disso, nesse mesmo período, intensificaram-se as mobilizações contra João Castelo, cujo governo representava a continuidade do sarneysismo no estado. (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Imagem 2: Foto de estudantes no Centro Histórico de São Luís durante a reivindicação de meia-passagem.



Fonte: Figura extraída de MOITA, Júlia. As ativistas maranhenses e a redemocratização do Brasil: gênero, sexualidade e contracultura na Ilha de São Luís (1980-2010).

Os registros de Borges (1998) indicam que muitos/as estudantes que organizaram a greve da meia-passagem e participaram ativamente da reestruturação do movimento estudantil estavam engajados em movimentos progressistas católicos, como o Movimento contra a Carestia e a luta pelas creches. Silvane Magali se envolveu no Movimento contra a Carestia e descreve:

Eu vinha exatamente lá da igreja, os padres eram todos ligados à teologia da libertação. Eu, por 15 anos, liderei um ato contra a carestia, que era uma grande manifestação de vítimas sociais da década de 70 e parte dos anos 80. (SILVANE, Magali. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

A participação dos estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na *Greve da Meia-Passagem* de 1979 foi marcante e decisiva para o sucesso do movimento, embora a mobilização tenha alcançado proporções que ultrapassaram o

ambiente universitário, agregando estudantes secundaristas e até mesmo trabalhadores que não estavam vinculados a instituições de ensino. Essa ampla adesão popular revela o caráter massivo que a greve assumiu em São Luís. Dentre as lideranças estudantis, destaca-se que três das cinco militantes analisadas nesse estudo. As quais mantinham fortes laços com os movimentos progressistas da Igreja Católica, o que evidencia a profunda conexão entre a formação acadêmica e o engajamento religioso naquele contexto histórico.

Como bem destacou Borges (1998, p. 51), “até 1979, o setor ideológico com maior força sobre o Movimento Estudantil da UFMA era a Igreja Católica”. Muitas das lideranças do Diretório Central dos Estudantes (DCE) haviam sido formadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou participavam ativamente das pastorais juvenis, levando para o movimento estudantil a experiência acumulada na organização comunitária (Araújo, 2007).

Então, no primeiro período, já ingressei no movimento estudantil da UFMA. É, em mil novecentos e... mil novecentos e oitenta e quatro. Já na universidade, precisamente, com dezoito anos. Aí eu entro no movimento estudantil logo no primeiro período, porque... Eu acho que sempre o que me moveu até hoje, na minha vida toda, é a injustiça social. Então, quando eu entrei na universidade, vários alunos estavam sendo processados pelo reitor, várias professoras, inclusive do meu curso. Meu curso era e até hoje ainda tem uma marca de vanguarda, de resistência na universidade. Então, eu... Eu fui, assim, eles passavam nas turmas, professores, estavam convidando para as reuniões no sindicato de professores. E eu queria, porque eu achava tudo aquilo injusto que eles estavam relatando. Então, eu fui logo no primeiro período para essas reuniões e fui me envolvendo. De repente, já estava ali, um pouco de tempo já era coordenadora de centro acadêmico, e fui me envolvendo cada vez mais. (SILVANE, Magali. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Me engajei durante muito tempo na Igreja, depois, quando ingressei na UFMA, eu entrei no movimento estudantil. E do movimento estudantil foi um passo para entrar no movimento feminista. Em seguida, quando me formei, entrei no movimento sindical e também no movimento partidário. (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Como podemos verificar nos relatos acima, na década de 1980, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se consolidou como um dos principais espaços de resistência e debate político no estado, reunindo estudantes engajados de diversos cursos, que transformaram a instituição em um polo de articulação contra a ditadura militar e em defesa da redemocratização. Conforme destaca Moita (2024, p. 66), a UFMA tornou-se, naquele período, “a porta-voz da descompressão política da

época”, assumindo um papel central na reorganização das lutas sociais no Maranhão.

O movimento estudantil na universidade era marcado por uma forte efervescência, com representantes ativos em quase todos os cursos, desde as áreas de humanas até as de ciências exatas e saúde. Essa mobilização foi impulsionada pela rearticulação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que, com o apoio da Pastoral da Juventude (PJ) e de outros setores progressistas da Igreja Católica, ampliou suas pautas e fortaleceu suas bases por meio do diálogo com partidos políticos emergentes no cenário pós-ditadura.

O aumento do ingresso de estudantes nas universidades públicas, resultado das conquistas da luta pela redemocratização, trouxe para a UFMA novos debates sociais, especialmente sobre “gênero,” “raça” e “classe”, que começaram a ganhar relevância no meio acadêmico e no movimento estudantil (Araújo, 2007). As mulheres, em particular, desempenharam um papel fundamental nesse processo, tanto nas pastorais católicas quanto nas assembleias universitárias, introduzindo discussões pioneiras sobre a situação das mulheres ludovicenses e suas lutas específicas. As pastorais progressistas da Igreja Católica, que já atuavam na formação política de muitos estudantes, serviram como espaço de conscientização feminina, permitindo que questões como violência doméstica, desigualdade salarial e participação política das mulheres fossem trazidas para o centro do debate estudantil. Essa influência se refletiu na criação de coletivos e grupos de discussão dentro da UFMA, que começaram a articular pautas feministas de forma mais organizada no final dos anos 1980.

Além disso, o movimento estudantil não se limitou às questões internas da universidade. Sua atuação se estendeu para campanhas populares, como a luta por moradia, transporte público e saúde, estabelecendo uma ponte entre a academia e os movimentos sociais urbanos. Essa integração entre universidade, Igreja e organizações populares foi decisiva para consolidar a UFMA como um espaço de resistência e proposição política durante a transição democrática.

Lourdes Leitão menciona que seus primeiros contatos com os impasses de gênero ocorreram ainda quando coordenava a Pastoral da Juventude (PJ). A partir das demandas de mães que chegavam até ela, especialmente na luta pela formalização das creches, passou a perceber que as “necessidades femininas” careciam de uma atuação mais concentrada e específica (Moraes, 2016). No âmbito

das universidades, algumas professoras já haviam iniciado o debate sobre “gênero” e “feminismo”. O relato de Silvana Magali sublinha esse momento:

Quando me tornei estudante, foi quando eu ingressei na discussão de relações de gênero. No nosso curso [serviço social], tinha a professora Ieda Batista. A famosa Ieda Batista. Ieda era uma figura extraordinária, porque ela era militante do Partido dos Trabalhadores, com uma paixão muito forte, e ela fazia esse vínculo da discussão das mulheres dentro do partido e da discussão das mulheres dentro da academia. Eram dois espaços muito aproximados da Ieda, como também fazíamos no movimento sindical, no caso mais específico, o Sindicato de Assistentes Sociais. Então, a Ieda, naquela época, já fazia um grande questionamento para o serviço social, como podíamos nós, numa categoria eminentemente feminina, e lidando com uma população muito pobre, mulheres pobres, mulheres solo, como dizemos hoje, naquela época, mães solteiras. E aí, como é que a gente ficava indiferente à questão da exploração dessas mulheres, da exploração, da dominação. (SILVANE, Magali. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Ieda Batista, professora do curso de Serviço Social, teve um papel fundamental na institucionalização dos primeiros debates sobre gênero na Universidade Federal do Maranhão. De acordo com os relatos das agentes, sua atuação influenciou diretamente suas trajetórias, incentivando-as a participarem dos espaços de formação e intervenção política. Mary Ferreira, em relato cedido à pesquisa de Moraes (2016, p. 71), menciona Ieda Batista, Luiza Álvares e outras professoras como figuras centrais em sua formação como militante feminista e professora universitária. A agente se descreve como uma “discípula” dessas mulheres na época em que ingressou na UFMA:

Eu vivi a militância intensamente, durante toda a década de 1980 e de 1990. Eu fiz a militância junto com muitas professoras que ajudaram a construir o feminismo no Maranhão. Nessa época, eu era apenas uma aluna, uma espécie de discípula dessas professoras que contribuíram para o processo de construção política e feminista da cidade. (*Ibidem*, p. 71).

No contexto da redemocratização brasileira, São Luís assistiu ao florescimento de um “movimento feminista” pioneiro com a formação do Grupo *Mulheres da Ilha* no início dos anos 1980. Este coletivo emergiu como expressão de um processo mais amplo de politização que articulava a efervescência universitária com as experiências acumuladas nos movimentos sociais de base eclesial. Como analisa Rocha (2003, p. 86), ocorria uma significativa transformação no espectro das lutas sociais, onde “questões até então entendidas como pessoais ou secundárias passaram a ser bandeiras políticas, incluindo debates sobre diferenças, poder nas relações cotidianas, afetividade e sexualidade”.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desempenhou papel fundamental como espaço de incubação dessas novas pautas. Nos corredores acadêmicos e nas atividades do movimento estudantil reorganizado, começavam a circular com mais força discussões sobre a condição feminina, estimuladas tanto pelo contato com produções teóricas feministas quanto pelas experiências concretas das estudantes. O ambiente universitário, que já vinha sendo sacudido pelos debates sobre democracia e justiça social desde o final dos anos 1970, tornou-se terreno fértil para questionamentos sobre as desigualdades de gênero. Muitas das futuras integrantes do *Mulheres da Ilha* tiveram seu primeiro contato com essas ideias justamente nas salas de aula e nos (nascentes) grupos de estudo da UFMA.

Paralelamente, setores progressistas da Igreja Católica maranhense, através das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral da Juventude, forneciam uma formação ética e política que, embora não fosse explicitamente “feminista”, criava disposição para o engajamento social. A opção preferencial pelos pobres, princípio central da Teologia da Libertação, ajudava a desnaturalizar diversas formas de opressão, abrindo caminho para que muitas jovens questionassem também sua condição como mulheres. Como observa Araújo (2007, p. 154), “as reuniões de grupos bíblicos frequentemente se transformavam em espaços de compartilhamento de experiências pessoais que revelavam padrões comuns de discriminação de gênero”.

A atuação da SMDH e a *Greve de Meia Passagem*, importantes frentes de resistência à ditadura em São Luís, funcionaram como um catalisador desse processo, criando *redes* de sociabilidade política onde as futuras porta-vozes do “feminismo maranhense” puderam amadurecer suas reflexões e formas de atuação. Foi nesse caldo cultural peculiar - que misturava a linguagem dos direitos humanos herdada da resistência à ditadura, os questionamentos surgidos na universidade e a formação ética recebida nos espaços eclesiais - que o Grupo *Mulheres da Ilha* encontrou suas bases de sustentação.

O “feminismo” que emergiu no Maranhão durante o período de redemocratização apresentou características distintivas no cenário brasileiro, fruto de um processo histórico-social particular. Sua originalidade residia na capacidade de síntese entre diferentes matrizes de pensamento e ação, configurando uma prática política singular. Analisando sociologicamente esse fenômeno, observa-se que o movimento não reproduziu simplesmente os modelos de feminismo então

vigentes nos grandes centros urbanos, mas desenvolveu uma abordagem própria, enraizada nas condições locais.

Do ponto de vista da composição social, o “feminismo maranhense” daquele período caracterizou-se por uma notável intersecção de classes. Se por um lado contava com a participação de mulheres universitárias - em sua maioria oriundas da pequena burguesia intelectual -, por outro estabeleceu diálogos consistentes com trabalhadoras urbanas e rurais. Essa característica pode ser explicada pelo contexto específico de formação do movimento, que surgiu vinculado às *redes* de sociabilidade política construídas durante a resistência à ditadura, onde diferentes segmentos sociais convergiram. Os espaços de atuação do coletivo revelam essa particularidade. Ao contrário de grupos feministas que se concentravam em ambientes acadêmicos ou institucionais, o *Mulheres da Ilha* realizava suas atividades tanto em salas de universidade quanto em associações comunitárias e até em espaços eclesiais. Essa distribuição geográfica de suas ações indica uma estratégia consciente de inserção social ampliada, que permitia ao movimento atuar simultaneamente no campo das ideias e no terreno das práticas cotidianas.

A vinculação orgânica com os movimentos populares explica em grande medida a capacidade do “feminismo maranhense” daquele período em formular suas reivindicações de forma não sectária. Ao contrário de alguns grupos que tendiam a absolutizar a questão de gênero, o *Mulheres da Ilha* compreendia a opressão das mulheres como um nó numa rede mais complexa de desigualdades, que incluía dimensões de classe, raça e regionalidade. Essa compreensão relacional permitiu ao movimento estabelecer alianças consistentes com sindicatos, associações de bairro e organizações camponesas.

O estudo das formas organizativas adotadas pelo grupo revela uma interessante adaptação de modelos participativos herdados tanto da tradição dos movimentos populares quanto das experiências das comunidades eclesiais de base. O funcionamento assemblear, a valorização dos saberes experienciais e a preocupação com a formação política permanente constituíam marcas distintivas de seu modo de organização, que favoreciam a participação de mulheres com diferentes níveis de escolarização.

Essa configuração particular do “feminismo maranhense” pode ser compreendida como resultado de um duplo movimento: de um lado, a apropriação criativa de ideias feministas que circulavam nacional e internacionalmente; de

outro, o enraizamento dessas ideias no solo social e cultural específico do Maranhão. O resultado foi um movimento que, sem perder de vista as grandes questões do feminismo, soube traduzi-las para a realidade local e articular-se com outras lutas sociais em curso.

2.4. “Femininas” e “Feministas”: posicionamentos e debates de “gênero” no Maranhão

O processo de politização das questões femininas no Maranhão durante o período de redemocratização apresentou características peculiares que merecem análise detalhada. Como observa Araújo (2007), ocorreu uma gradual transformação na percepção social do que constituía "problemas das mulheres", com temas tradicionalmente confinados ao espaço doméstico migrando para o centro do debate público. Esse movimento, que o autor denomina "politização do doméstico", representou uma significativa mudança na forma como as desigualdades de gênero eram compreendidas e enfrentadas na sociedade maranhense.

Os relatos das próprias militantes (Ferreira, 2010, 2007; Ferreira e Almeida, 2019, 2021; Nascimento, 1997) revelam que esse processo não foi linear nem consensual. Na prática, desenvolveu-se uma clivagem entre duas principais correntes de pensamento e ação no interior do movimento de mulheres. De um lado, situavam-se as ativistas identificadas com os pressupostos “feministas”, frequentemente caracterizadas como "mais radicais" pelo imaginário social da época. Estas defendiam a necessidade de abordar explicitamente as problemáticas específicas das mulheres, criando estruturas organizativas autônomas e priorizando temas como violência de gênero, direitos reprodutivos e divisão sexual do trabalho nos debates públicos.

De outro lado, encontrava-se o grupo denominado como “feminino”, que mantinha uma postura mais moderada em relação às estruturas políticas estabelecidas. Estas ativistas argumentavam que não deveriam existir “questões específicas das mulheres”, entendendo que a igualdade de gênero seria alcançada naturalmente através da participação feminina nos partidos políticos e movimentos sociais já existentes. Sua estratégia consistia em incentivar a organização das mulheres dentro das estruturas partidárias vigentes, sem criar mecanismos separados ou destacar pautas exclusivamente femininas. Essa polarização refletia tensões mais amplas presentes no cenário político nacional durante a transição

democrática. As ativistas identificadas com o “feminismo” tendiam a ter maior vinculação com setores acadêmicos e organizações não-governamentais, além de manter contato com as correntes feministas que se desenvolviam nos grandes centros urbanos do país. Já as militantes da vertente “feminina” mostravam-se mais integradas às estruturas partidárias tradicionais, incluindo alguns partidos de esquerda que, na época, ainda relutavam em incorporar plenamente as demandas específicas das mulheres em seus programas. (Araújo, 2007).

Contudo, como demonstram Mary Ferreira e Neuzeli Almeida (2021), essa divisão não era absoluta nem impedia ações conjuntas em determinadas circunstâncias. Na prática cotidiana do movimento, havia significativas zonas de intersecção e colaboração entre as duas correntes, especialmente quando se tratava de campanhas por direitos básicos ou contra formas mais evidentes de discriminação. A própria dinâmica da luta política no contexto maranhense, com suas particularidades culturais e sociais, acabava por forjar compromissos e formas de atuação que transcendiam essas diferenças teóricas.

Nascimento (1997) destaca que essa tensão interna, longe de representar apenas um obstáculo, contribuiu para moldar o caráter peculiar do movimento de mulheres no Maranhão. A necessidade constante de negociar entre essas perspectivas aparentemente antagônicas permitiu que o movimento desenvolvesse uma capacidade singular de dialogar tanto com setores mais tradicionais da sociedade quanto com as vanguardas progressistas, adaptando suas estratégias conforme as necessidades concretas de cada momento histórico.

Araújo (2007) destaca que as principais lideranças dos partidos políticos não viam com bons olhos uma atuação voltada especificamente para as mulheres. Para a autora:

Eram comuns as interferências dos grupos políticos de esquerda que criticavam a posição do grupo [Mulheres da Ilha] em discutir questões específicas quando o país passava por um momento de grandes transformações para todos. Outro fator para o fim dessa articulação diz respeito ao preconceito por parte dos companheiros das mulheres, por não verem com bons olhos as discussões sobre prazer, o corpo e a sexualidade. (Araújo, 2007, p. 72, *grifo nosso*).

O desenvolvimento do “feminismo” no Maranhão entre as décadas de 1980 e 1990 revelou uma dinâmica complexa marcada por questões de raça e classe. Os primeiros grupos feministas, como o *Mulheres da Ilha*, surgiram principalmente em círculos acadêmicos e da esquerda tradicional, sendo compostos majoritariamente por mulheres brancas de classe média. Essa composição social limitava sua

capacidade de representar as diversas realidades das mulheres maranhenses, especialmente das trabalhadoras urbanas, empregadas domésticas e mulheres negras, que não se viam contempladas nas pautas e discussões desses coletivos iniciais.

Conforme os relatos das militantes analisadas por Rocha (2003), essa homogeneidade social gerou um sentimento de não-pertencimento que levou à formação de novos grupos organizados em torno de identidades específicas. Mulheres negras passaram a criar coletivos que articulavam gênero e raça como eixos indissociáveis de opressão, enquanto trabalhadoras urbanas organizavam-se em torno de questões laborais e de moradia. Paralelamente, mulheres dos bairros periféricos traziam para a agenda feminista pautas como violência policial e acesso a serviços básicos, ampliando e diversificando o escopo do movimento.

Essa fragmentação inicial, embora tenha representado um desafio para a unidade do movimento, acabou por fortalecê-lo ao incorporar perspectivas interseccionais que reconheciam as múltiplas dimensões da opressão feminina. Com o tempo, essas diversas vertentes aprenderam a atuar em *rede*, mantendo suas especificidades mas encontrando pontos comuns de luta. Esse processo transformou profundamente o “feminismo maranhense”, permitindo que ele desenvolvesse análises mais complexas e estratégias mais efetivas para enfrentar as desigualdades de gênero em suas diferentes manifestações.

O movimento “feminista maranhense” se constituiu como um mosaico de diferentes identidades e formas de organização, refletindo a complexidade das experiências das mulheres no estado. A diversidade de grupos - desde os núcleos profissionais de médicas, professoras e bibliotecárias até as organizações partidárias como a União Mulheres e Oito de Março, passando pelos coletivos sindicais (Mulheres da CUT e FETAEMA), rurais (Montra de Alcântara, Trabalhadoras Rurais) e de identidade racial (Grupo Mãe Andresa) - demonstra como o “feminismo” se ramificou para abarcar as múltiplas dimensões da vida das mulheres. Essas fronteiras identitárias mostraram-se dinâmicas, com alguns grupos mantendo configurações mais estáveis, enquanto outros se reorganizavam constantemente em resposta às demandas específicas de cada contexto.

Quadro 2: Grupos de mulheres que emergiram no Maranhão nas décadas de 1980-90.

Grupo Mulheres da Ilha
União Mulheres
Grupo Mulheres Oito de Março
Viva Maria
Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
Núcleo de Mulheres do PDT
Associação de Mulheres Médicas
Núcleo de Mulheres do Sindicato de Professores
Núcleo de Mulheres Sindicato dos Ferroviários
Núcleo de Mulheres do Sindicato dos Bancários
Associação Profissional de Bibliotecárias do Maranhão
Associação de Mulheres da Carreira Jurídica
Coletivo Mulheres Trabalhadoras Rurais
Montra do Município de Alcântara
Comissão Estadual de Mulheres da CUT
Pastoral da Mulher
Comissão de Mulheres da FETAEMA

Fonte: Elaboração própria da autora com base nos dados presentes em Mary, FERREIRA. As Caetanas vão à luta: *feminismo e políticas públicas*. EDUFMA, 2007.

A atuação das militantes caracterizou-se por uma notável pluralidade de engajamentos, com muitas mulheres participando simultaneamente de diferentes espaços de luta. Uma mesma ativista podia estar envolvida no movimento estudantil universitário, em atividades partidárias e em grupos feministas específicos, transitando entre esses diversos domínios políticos e sociais. Essa multiplicidade de pertencimentos permitia que as mulheres mobilizassem diferentes referenciais de luta - de classe, gênero, raça ou profissão - para abordar uma mesma problemática. A intersecção entre essas diferentes esferas de militância tornou-se uma marca distintiva do “feminismo maranhense” no período.

Silvane Magali, por exemplo, participou tanto do *Mulheres da Ilha* quanto do *Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa*, buscando articular seus diferentes marcadores sociais. Seus relatos evidenciam o momento em que a questão étnico-racial tornou-se preponderante para seu engajamento no Centro de Cultura Negra e no Grupo Mãe Andresa:

E aí eu comecei a participar do Mulheres da Ilha. Era o único grupo, na

época, a se constituir totalmente. Lá estava a Mary Ferreira, Lourdes Leitão... Enfim, muita gente, né? E tinha o grupo também do PDT, de Mulheres. Tinha um grupo do partido, do PCdoB. Eu tenho certeza, muita certeza que o PDT. Mas, assim, Mulheres da Ilha era um grupo apartidário, ele não estava dentro de nenhum partido, era um grupo fora, constituído em sua maioria por mulheres das ONGs, dos movimentos sociais, com uma predominância de mulheres não negras, mulheres com nível de escolaridade quase todas de terceiro grau, tanto estudantes como graduadas. Então, isso afastava um pouco a militância negra, de mulheres negras, a militância de mulheres mais pobres e com menos escolaridade. (SILVANE, Magali. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

[...] eu aprendi muito no Mulheres da Ilha, muito. Mas percebia já naquela época, com os meus já 19, 20 anos, que ali tinham poucas mulheres negras, ali não se falava de mulheres negras. Nessa época também, por conta do serviço social, eu me aproximo do Centro de Cultura Negra. Na verdade, foram várias inflexões nessa década de 84 até 88, nessa década de 80. Nós tivemos o professor Carlão, que era professor do curso de serviço social, e o Carlão nos instigava....

[...] Ao chegar no Centro de Cultura Negra, eu conheci o grupo de mulheres negras Mãe Andresa, que era do Centro de Cultura Negra na época. Foi um grupo criado dentro do Centro de Cultura Negra. Então, quando eu comecei a participar do grupo de mulheres negras Mãe Andresa, já foi aproximadamente em 1988 mesmo, no final da minha graduação. (SILVANE, Magali. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Esse aspecto já havia sido percebido por Araújo (2007, p. 9), que destaca, “[...] as *Mulheres da Ilha* tinham uma composição social de classe média. Mulheres universitárias e profissionais liberais, geralmente das áreas das ciências sociais, humanas e da saúde, voltadas para as questões da mulher. Isso significa que não se tratava de movimentos populares”.

Mary Ferreira, ao relembrar o processo de formação do grupo, também reforça essa composição:

Então era o nascer do movimento feminista, que também já pipocava no mundo inteiro e no Brasil. Aqui, tem a expressão na figura das Mulheres da Ilha, que era um grupo composto, na sua maioria, por professoras universitárias e por estudantes. Na época, eu era uma estudante, eu não tinha ainda me formado, e por algumas pessoas ligadas aos movimentos de igreja e movimento de profissionais liberais. (FERREIRA, Mary. Entrevista III. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Diferenciações e discordâncias fazem parte da constituição de causas, agendas e problemáticas. No entanto, no contexto brasileiro, de forma geral, e no maranhense, especificamente, os recortes de raça e classe ganham contornos significativos. O universo estudado apresenta uma configuração justaposta do “feminismo”, no qual “[...] a designação no singular para o movimento feminista não tem a pretensão de negar a diversidade sociocultural das suas participantes. A

multiplicidade dos seus sujeitos confronta as teorias sobre gênero com a história, passando da abstração para a concretude do cotidiano das mulheres e suas diversas inserções sociais.” (Araújo, 2017, p. 10).

Apesar das diferenças ideológicas e identitárias que marcaram o movimento feminista no Maranhão, os relatos das próprias militantes (Ferreira, 2010; 2007; Ferreira e Almeida, 2019, 2021; Nascimento, 1997) revelam que os diversos grupos souberam construir espaços de convergência em torno de pautas urgentes. Como destaca Ferreira (2007), o movimento promoveu inúmeros eventos conjuntos que trouxeram visibilidade a questões até então invisibilizadas, como a violência doméstica e a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Da mesma forma, a denúncia da disparidade salarial mobilizou tanto as profissionais organizadas em núcleos específicos (como professoras e bibliotecárias) quanto as militantes de bases sindicais, que incluíam trabalhadoras domésticas e operárias. Essa capacidade de articular diferentes perspectivas em torno de objetivos comuns fortaleceu o impacto político do movimento, permitindo que suas reivindicações ecoassem em diversos setores da sociedade maranhense.

A história do “feminismo” no Maranhão, portanto, não pode ser reduzida às suas divisões internas. Se por um lado a diversidade de grupos refletia as complexas realidades das mulheres no estado, por outro a habilidade de construir pontes entre essas diferenças foi o que garantiu conquistas concretas. Como observam Ferreira e Almeida (2021), mesmo quando atuavam separadamente, os diferentes coletivos mantinham um diálogo tático que permitia ações coordenadas em momentos estratégicos. Essa dinâmica entre autonomia e colaboração tornou o movimento ao mesmo tempo plural e eficaz, capaz de respeitar particularidades sem abrir mão da luta por transformações estruturais que beneficiassem todas as mulheres.

Nos trabalhos publicados sobre o movimento e nos relatos das agentes, o *Mulheres da Ilha* é frequentemente reafirmado como o “grupo pioneiro”, do qual outros grupos surgiram. Muitos dos coletivos mencionados fizeram parte da mobilização inicial do *Mulheres da Ilha* e permaneceram durante seu funcionamento, enquanto outros romperam com o grupo e passaram a atuar separadamente. De todo modo, é essencial compreender os processos de disputas, interesses, aproximações e distanciamentos que compõem a afirmação da causa “feminista maranhense”.

O caráter de “vanguarda” que marcava a atuação do *Mulheres da Ilha*, associado ao *capital simbólico* e às *redes* de relações que suas integrantes possuíam, contribuiu para a legitimação da “causa feminista”, vinculando-a, especialmente, às atividades desse grupo. Moita (2024, p. 79) ressalta que, como muitas de suas participantes “[...] estavam vinculadas a instituições respeitadas, as *Mulheres da Ilha* tinham acesso a instâncias influentes na cidade por conta do capital social advindo das atividades profissionais das participantes.”

Sobre a formação do *Mulheres da Ilha*, há diferentes versões. O trabalho de Mary Ferreira (2007) indica que o grupo surgiu como um espaço destinado à reflexão e a debates mais aprofundados sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, durante um curso de extensão denominado “Mulher na Sociedade Brasileira”, realizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. As aulas foram conduzidas por Mariza Corrêa, que, à época, lecionava no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Moita (2024), contudo, sugere que, embora o curso de Mariza Corrêa seja celebrado como “marco inicial” do “feminismo maranhense”, muitas professoras e pesquisadoras já realizavam debates intelectuais sobre a temática “das mulheres” na esquerda ludovicense.

A autora destaca que a inspiração inicial para os diálogos sobre a causa “feminista” surgiu com o retorno da professora Lúcil Scavone da França, após a Anistia. Na época, Lucila Scavone era vinculada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e havia se deslocado para a França para realizar sua pós-graduação em Ciências Sociais. Com seu retorno ao Brasil, um novo universo de debates e perspectivas se apresentou às militantes locais. Durante sua estadia na França, Scavone participou das discussões promovidas pelo Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, um coletivo formado por mulheres que viviam no exterior durante a Ditadura Militar e buscavam articular pautas feministas em consonância com a luta política brasileira.

Segundo Moita (2024), esse círculo foi resultado das iniciativas de organização das mulheres exiladas e atuou como um espaço de articulação política e teórica, no qual as discussões sobre a condição feminina ainda estavam fortemente influenciadas pelos pressupostos marxistas. A autora enfatiza que: [...] O Círculo foi, então, criado para ampliar este olhar sobre a questão, mantendo o compromisso com a revolução. Uma organização comprometida com as lutas socialistas, mas que incorporava leituras e práticas feministas, aproximando-se da

tendência 'luta de classes'." (Moita, 2024, p. 78).

Esse espaço foi descrito como “[...] informal, reflexivo e que acontecia através de autogestão.” (*Ibidem*, p. 78). Muitos dos debates e problematizações levantadas nesses encontros tiveram impacto direto no fortalecimento do Grupo *Mulheres da Ilha*, contribuindo para a consolidação da nascente “causa feminista maranhense” e para a legitimação de suas principais integrantes.

Descrições detalhadas sobre as atuações e atividades do *Grupo Mulheres da Ilha* e do *Fórum de Mulheres do Maranhão* - na medida em que conseguimos ter acesso aos registros históricos e relatos documentados - serão analisadas mais adiante neste trabalho, com maior profundidade e contextualização. Essas organizações, cada uma a seu modo, desempenharam papéis fundamentais na construção do “feminismo maranhense”, seja através de suas intervenções públicas, produção teórica ou articulação política. Após o debate os perfis das porta-vozes do “feminismo maranhense”, dedicaremos especial atenção aos seus métodos de ação, principais campanhas e estratégias de mobilização, buscando compreender tanto suas convergências quanto suas particularidades no cenário de lutas sociais do período.

No entanto, é fundamental destacar, neste momento, a preponderância dessas inscrições múltiplas e interdependentes nas disputas culturais e políticas do Maranhão. Como argumentam Grill e Reis (2023, p. 10, *grifo nosso*), essas conexões desempenham um papel crucial na “cristalização de vínculos, na conformação de reconhecimentos e pertencimentos, além de servirem como base para a autoestima individual e grupal”. As mulheres investigadas nesta dissertação se inserem nesse perfil de porta-vozes, pesquisadoras e militantes que emergiram desse contexto histórico e político maranhense. Elas participaram ativamente ou acompanharam de perto boa parte das mobilizações aqui descritas, e construíram seus referenciais militantes e intelectuais a partir dessas vivências específicas.

As dimensões analisadas neste capítulo encontram ressonância no estudo pioneiro de Eliana Reis e Andressa Machado (2017), *Perfis e Itinerários de Mulheres Intérpretes no Maranhão*, desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA). A pesquisa das autoras oferece um retrato detalhado da atuação de mulheres em espaços justapostos – especialmente aqueles relacionados às mobilizações sociais discutidas anteriormente –, destacando como elas negociam sua inserção em domínios

marcados por disputas simbólicas e políticas. Assim como seus pares masculinos, essas mulheres engajam-se em complexos jogos de percepção e imposição de narrativas sobre o mundo social. No caso específico examinado por Reis e Machado (2017), trata-se das mulheres intérpretes da “cultura maranhense”, figuras que transitam entre classificações e processos de legitimação, constantemente ressignificando seus papéis e performances em diferentes arenas sociais.

Um aspecto central destacado pelas autoras é a noção de “legitimidade necessária” que permeia a atuação dessas mulheres. Para exercerem influência e serem reconhecidas como vozes autorizadas, elas precisam mobilizar um conjunto específico de propriedades sociais – sejam elas adquiridas, incorporadas ou herdadas. Como afirmam Reis e Machado (2017, p. 7), essas mulheres são “dotadas de certas propriedades sociais que garantem a elas (condições) para a produção de representações e interpretações do mundo social”. Sua atuação não se limita à mera reprodução de discursos, mas envolve a produção e a manutenção de emblemas, bandeiras e sotaques que delimitam fronteiras simbólicas, assegurando diferenças e hierarquias no campo cultural. Essa capacidade de operar com eficácia simbólica é fundamental para consolidar sua autoridade como intérpretes da cultura local.

Além das propriedades sociais, Reis e Machado (2017) chamam atenção para a importância da construção e incorporação de identidades, memórias e tradições nos perfis dessas mulheres. Suas trajetórias revelam como inscrições em grupos religiosos, culturais e teatrais funcionam como espaços privilegiados de formação de uma identidade coletiva. Esses espaços não apenas moldam representações do passado, mas também desempenham um papel ativo na criação de memórias compartilhadas, selecionando quais características devem ser preservadas e reproduzidas pelas novas gerações. Dessa forma, consolidam-se não apenas narrativas sobre a “cultura maranhense”, mas também as próprias porta-vozes autorizadas a representá-la.

Esses processos de interpretação e produção de memória não estão restritos às mulheres intérpretes da cultura, mas também atravessam a atuação das feministas maranhenses estudadas nesta pesquisa. Em seus relatos, é frequente a evocação de características, marcas e momentos históricos específicos que são consagrados como fundadores ou decisivos para a construção do movimento. Essa seleção do que deve ser lembrado (e, conseqüentemente, do que pode ser esquecido) revela os mecanismos pelos quais essas mulheres constroem sua legitimidade e influência.

Como destacam Reis e Machado (2017, p. 9), a investigação de perfis femininos em espaços de proeminência exige atenção às “intersecções entre domínios e a mescla de lógicas” que condicionam – e são condicionadas por – seus múltiplos investimentos em mecanismos de reconhecimento. Entre esses mecanismos, destacam-se a obtenção de títulos e certificações institucionais, a consagração pessoal em eventos e premiações, as redes de interconhecimento e as afinidades morais que sustentam alianças duradouras. Esses elementos não apenas possibilitam sua ascensão em diferentes domínios, mas também definem os limites do reconhecimento que podem alcançar, como afirmam as autoras: “o reconhecimento que elas conquistam é o reconhecimento que está disponível para tal no universo de lutas (também de gênero) em questão”. (*Ibidem*, p. 9).

Essas reflexões prepararam o terreno para a análise que desenvolvemos no próximo capítulo, onde apresentamos os perfis das porta-vozes do “feminismo maranhense”, mapeando os investimentos materiais, simbólicos e relacionais que realizaram ao longo de suas trajetórias. Assim como as intérpretes da cultura maranhense, essas mulheres construíram sua autoridade em um espaço marcado por disputas, negociando constantemente os termos de seu reconhecimento e a eficácia de suas intervenções sociais.

3. PERFIS DAS PORTA-VOZES DO “FEMINISMO MARANHENSE”

A investigação de dados biográficos e a análise dos perfis e das propriedades sociais tornam-se relevantes quando pretendemos compreender os condicionantes e as lógicas que se inserem em processos de afirmação e conquistas de posições bem acomodadas no espaço social. Igor Grill e Eliana Reis (2020) ao investigarem sobre as “bases das multinotabilidades no Brasil” afirmam que as inserções em domínios políticos e culturais são resultados de uma “mescla de registros” sociais, familiares, profissionais, religiosos etc. Essas fronteiras amalgamadas podem ser percebidas a partir de um exame que busca conjugar os diferentes investimentos, trânsitos e reconversões nos distintos espaços que as/os porta-vozes circulam.

Sendo assim, apresentaremos neste capítulo uma descrição dos dados dos cinco perfis aqui investigados, ponderando sobre suas origens sociais, formação escolar, trajetórias profissionais e, posteriormente, suas principais inscrições militantes e culturais. Mapeando tais aspectos teremos condições de situar os contextos e terrenos de oportunidades que possibilitaram conquistas e notoriedades acumuladas pelas agentes estudadas. Nesse caso, para o próximo momento da análise, seguimos Reis (2015, p. 65) na justificativa de considerar “as tomadas de posição relativas aos condicionamentos sociais intervenientes nos movimentos operados pelos protagonistas (origem social, capital escolar e cultural, redes de relações, etc.) e aos espaços e modalidades privilegiadas de atuação (grupos clandestinos, universidade, sindicatos, partidos, igrejas, etc)”.

3.1. Caracterização do universo: Origens sociais e formação escolar das agentes

O principal terreno de atuação das agentes é a capital São Luís, embora suas intervenções também alcancem municípios do interior do estado, como Imperatriz e Turiaçu. Dos cinco perfis analisados, três nasceram no Maranhão, sendo todos naturais de São Luís. As demais agentes são originárias de outras regiões do país: uma nasceu na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, e outra em São Miguel do Anta, localizada no estado de Minas Gerais.

Quadro 3: Nível de escolaridade e profissão dos avós

AGENTES	ESCOLARIDADE DOS AVÓS	PROFISSÃO DOS AVÓS	VÍNCULOS COM ENGAJAMENTO POLÍTICO
Conceição Amorim	Nível Fundamental	Avós maternos: Comerciantes Avós paternos: Trabalhadores Rurais	Sim.
Lourdes Leitão	_____	_____	_____
Mary Ferreira	Semianalfabetos	Trabalhadores Rurais	Não.
Neuzeli Pinto	Semianalfabetos	Avós maternos: Lavradores Avós paternos: Comerciantes	Sim.
Silvane Magali	Avós maternos: Nível Fundamental Avós paternos: Semianalfabetos	Avós maternos: Operários Avós paternos: Pescadores	Sim.

Quadro 4: Local de nascimento e origem social das agentes

AGENTES	ANO DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	ESCOLARIDADE DOS PAIS	PROFISSÃO DOS PAIS
Conceição Amorim	1963	Maranhão	Ensino Fundamental	Pai: Comerciante Mãe: Dona de Casa
Lourdes Leitão	1957	Maranhão	_____	_____
Mary Ferreira	1956	Maranhão	Pai: Ensino Fundamental incompleto Mãe: Semianalfabeta	Pai: Pescador Mãe: Doméstica
Neuzeli Pinto	1970	Minas Gerais	Pai: Ensino Fundamental incompleto Mãe: Ensino Médio e Técnico	Pai: Comerciante Mãe: Técnica de Enfermagem
Silvane Magali	1964	Maranhão	Pai: Ensino Médio e Técnico Mãe: Ensino Médio e Técnico	Pai: Comerciante Pai: Construtor Civil

Conseguimos localizar informações sobre o ano e o local de nascimento de quatro, das cinco agentes analisadas, sendo Lourdes Leitão a única exceção. Observa-se que três delas nasceram antes do início da ditadura militar, uma nasceu no ano de sua instauração e outra sete anos após o início do regime. Esse período histórico é tomado como um marcador para a localização da faixa etária das agentes.

No que se refere ao nível de escolaridade dos avós, observa-se uma redução considerável em comparação ao nível de escolaridade dos genitores. Em três dos cinco casos analisados, o nível mais alto de formação dos avós corresponde ao ensino fundamental, enquanto, no quadro dos pais, identificamos a presença de formação técnica. Quanto às ocupações, verifica-se uma predominância de trabalhos manuais e informais. Esse padrão é identificado em todos os casos, com exceção dos avós maternos de Silvane Magali e Conceição Amorim, bem como dos avós paternos de Neuzeli Pinto.

Quanto à escolarização dos pais, verificamos que, na maioria dos casos, a formação não foi concluída, com exceção de um caso em que os genitores realizaram cursos técnicos. Predominam níveis fundamental e médio (entre aqueles que conseguiram concluir os estudos) e há um caso em que a alfabetização não foi possível. Os genitores das agentes atuam ou atuaram em uma diversidade de ofícios, o que evidencia baixa mobilidade social e diferenças econômicas entre os perfis analisados. Identificamos que, em dois dos cinco casos, os pais exerciam trabalhos manuais e informais; em um caso, eram profissionais liberais; e, nos dois casos restantes, eram comerciantes.

Conclusões mais precisas sobre essas classificações devem considerar a amplitude de significados e ocupações que podem estar inseridas nas categorias de trabalho “informal” e “comerciante”. Como ressalta Eliana Reis (2015, p. 55): “[...] no que pese as classificações de ‘comerciante’ e de ‘profissional manual’ serem pouco precisas para informar a origem social dos agentes – uma vez que é preciso saber que tipo de comércio e sua localização ou mesmo a que profissão manual está se referindo”. De todo modo, constatamos que a origem social dos pais das agentes se situa em camadas baixas e médias da sociedade, estando sujeita a processos de ascensão social, a depender do contexto histórico e político.

No que se refere ao nível de escolaridade dos avós, observa-se uma redução considerável em comparação ao nível de escolaridade dos genitores. Em três dos cinco casos analisados, o nível mais alto de formação dos avós corresponde ao ensino fundamental, enquanto, no quadro dos pais, identificamos a presença de formação técnica. Quanto às ocupações, verifica-se uma predominância de trabalhos manuais e informais. Esse padrão é identificado em todos os casos, com exceção dos avós maternos de Silvane Magali e Conceição Amorim, bem como dos avós paternos de Neuzeli Pinto.

Ademais, há menções sutis nos relatos quanto à relação entre avós e pais com engajamentos militantes, culturais e religiosos. Silvane Magali destaca que sua avó materna participou ativamente das ações promovidas pela Igreja Católica entre as décadas de 1970 e 1990. A agente também ressalta que seu pai mantinha relações com figuras da esfera política e acompanhava debates relevantes no contexto de seu trabalho. Vejamos.

[Meu pai] tinha relações muito interessantes, pois trabalhava no setor de acabamento da construção civil. Nesse contexto, mantinha contato com diversas pessoas ligadas à política, como prefeitos e vereadores. Ele era frequentemente requisitado para obras e projetos, o que lhe proporcionava a oportunidade de escutar e aprender sobre questões políticas e sociais. Muitas dessas reflexões eram trazidas para o ambiente familiar, influenciando nossas conversas e perspectivas. Mas, meu vínculo e todo o meu envolvimento derivam, sobretudo, da minha avó materna, em razão de sua relação com a Igreja. Embora ela não tivesse participação direta em atividades políticas, sua inserção nesse espaço foi fundamental para minha trajetória. (SILVANE, Magali. Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Neuzeli Pinto, ao relembrar sua infância e juventude, menciona que seus avós paternos e, principalmente, seu pai mantiveram relações com a antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Seu pai, inclusive, tentou se candidatar ao cargo de vereador na cidade onde moravam, porém sem êxito. Vejamos.

Meu pai era mais ligado à política. Sim, ele era filiado ao antigo partido ARENA. Candidatou-se uma vez ao cargo de vereador, mas não foi eleito. Ele tinha essa habilidade, gostava muito de conversar, talvez até por ser uma pessoa relativamente conhecida na cidade. (PINTO, Neuzeli. Entrevista I. [jul. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

No espaço social mais amplo, pode-se observar que, embora os perfis apresentem alguns níveis de diferenciação quanto à localização geográfica, especialização e/ou atividades desenvolvidas, é possível agrupá-las no mesmo universo de análise: o meio universitário. O Quadro 6 apresenta as informações referentes à formação escolar das agentes nos níveis de graduação, mestrado e doutorado. No que se refere aos anos de obtenção dos títulos superiores, foi possível localizar informações de quatro das cinco agentes em nível de graduação. Para os níveis de mestrado/especialização e doutorado, os dados foram completamente identificados, estabelecendo um intervalo temporal entre 1980 (ano da primeira graduação concluída) e 2019 (ano da última especialização realizada).

Em relação ao pertencimento institucional, observa-se uma predominância de instituições públicas de ensino superior (IES), com exceção de um caso de especialização cursado em uma instituição privada. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) aparecem, em maior ou menor medida, em todos os percursos acadêmicos das agentes, evidenciando que, na maioria dos casos, a graduação foi realizada no estado de nascimento. Dentre elas, quatro se formaram nessas universidades e, posteriormente, atuaram ou atuam como professoras. Há uma exceção: uma agente, nascida fora do Maranhão, formou-se na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e, posteriormente, ingressou na UFMA/UEMA como docente.

As áreas de graduação e pós-graduação apresentam variações relativas. Três agentes possuem graduação em Serviço Social, uma em Biblioteconomia e outra em Economia Doméstica. Em nível de mestrado, duas concluíram a formação em Políticas Públicas, uma em Psicologia, outra em Psicologia Social e uma realizou especializações em Saúde Pública e Políticas Públicas. Quanto ao doutorado, duas agentes obtiveram o título em Políticas Públicas, uma em Sociologia e outra em Psicologia. Apenas uma das pesquisadas realizou um Pós-Doutorado.

É possível perceber, então, uma predominância de formações acadêmicas nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e em cursos predominantemente tidos como femininos. Esse aspecto é fundamental para a construção de um instrumental de intervenção, conforme argumenta Reis (2015), pois pode ser mobilizado em distintos momentos e espaços a partir “[...] da aquisição de um manancial conceitual e prático passível de ser retraduzido aos outros agentes e domínios sociais, no que se refere à oportunidade de estabelecer redes de relações qualificadas” (*Ibidem*, p. 13).

Ernesto Seidl (2020), em sua investigação sobre intelectuais católicos no Rio Grande do Sul, revela um processo significativo de *hibridização* cultural entre o campo religioso e o acadêmico. O autor demonstra como esses agentes realizaram uma apropriação estratégica de conceitos e metodologias das Ciências Sociais, criando um repertório discursivo singular que lhes permitiu transitar com autoridade em múltiplos espaços sociais. Essa apropriação não se limitou a uma mera transferência de conhecimentos, mas consistiu numa ressignificação criativa que transformou esses recursos acadêmicos em instrumentos de ação política e legitimação social. O estudo destaca como os intelectuais católicos analisados

desenvolveram competências específicas para "manipular um vocabulário consagrado nos meios acadêmicos e intelectualizados" (Seild, 2020, p. 71), convertendo o capital cultural acadêmico em capital político e simbólico. Esse processo ocorreu através de três mecanismos principais: primeiro, pela seleção e adaptação de conceitos científicos às necessidades de sua prática pastoral e militante; segundo, pela combinação desses conceitos com elementos da tradição teológica cristã; e terceiro, pela aplicação desse saber híbrido em diferentes arenas de atuação - desde comunidades eclesiais de base até espaços acadêmicos e políticos.

Quadro 6: Formação Escolar das agentes

AGENTES	GRADUAÇÃO	MESTRADO/ ESPECIALIZAÇÃO	DOCTORADO	PÓS-DOCTORADO
Conceição Amorim	Serviço Social/ Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA) - (2009)	Especialização em docência no ensino superior /Faculdade Ítalo Brasileira/FIB - (2011) Especialização em Gestão de Políticas Públicas em gênero e raça / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (2012) Especialização em Saúde Pública / Faculdade Ítalo Brasileira/FIB - (2015)		
Lourdes Leitão	Serviço Social/Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1980)	Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1998)	Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (2009)	
Mary Ferreira	Biblioteconomia /Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1981)	Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1999)	Sociologia/ Universidade Estadual Paulista - (2006)	Informação e Comunicação/ Universidade do Porto/Portugal - (2019)
Neuzeli Pinto	Economia Doméstica / Universidade Federal de Viçosa (UFV) - (1994)	Psicologia/ Universidade de São Paulo (USP) - (1988)	Psicologia/ Universidade Federal do Pará (UFPA) - (2013)	
Silvane Magali	Serviço Social/ Universidade Federal do Maranhão - (s/d)	Psicologia Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - (2002)	Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (2012)	

Fonte: *Plataforma Lattes* (CNPQ).

3.2. Perfis Profissionais

A atuação profissional das agentes analisadas se configura através de uma complexa *rede* de intersecções entre distintos domínios políticos e culturais, conforme evidenciado pelo Quadro 7, que detalha sua ocupação de cargos administrativos no âmbito universitário ao longo de suas trajetórias. Essas posições assumem um caráter eminentemente político, conforme a perspectiva desenvolvida por Reis e Grill (2016) em *A universidade como viveiro de vocações políticas*, onde os autores analisam como as instituições de ensino superior funcionam como espaços privilegiados de formação e consagração de capital político.

Nas palavras de Grill e Reis (2016, p. 170), esses cargos administrativos representam muito mais que funções burocráticas - configuram-se como “espaços de retenção de um capital simbólico personificado, traduzido no potencial de trânsito e de ascensão política, vinculados ao seu portador e à sua capacidade de demonstrá-lo na sua forma incorporada e pessoalizada”. Como destacam os autores, a universidade opera como um verdadeiro viveiro onde se cultivam e legitimam vocações políticas, sendo a ocupação de cargos administrativos parte fundamental desse processo de consagração.

A análise dessas trajetórias revela como o espaço universitário proporciona às agentes três elementos cruciais para sua atuação política: (1) a aquisição de competências técnicas e de gestão; (2) a construção de redes de relacionamento interinstitucionais; e (3) o reconhecimento público como especialistas e lideranças. Como observam Reis e Grill, esses elementos combinados convertem-se em "capital político-acadêmico", uma forma específica de autoridade que permite trânsito entre o mundo universitário, a administração pública e os movimentos sociais.

A ocupação desses cargos é, portanto, um exercício político em múltiplas dimensões. Por um lado, confere legitimidade técnica e prestígio institucional; por outro, permite a articulação entre diferentes esferas de poder. Como demonstra a obra referida, a universidade contemporânea transformou-se num espaço estratégico para a formação de quadros políticos, onde se adquirem não apenas conhecimentos especializados, mas sobretudo as competências sociais necessárias para navegar em diferentes arenas do poder. Nesse sentido, as trajetórias das agentes estudadas exemplificam concretamente os processos analisados por Reis e

Grill, mostrando como o capital simbólico acumulado na academia pode ser convertido em influência política e capacidade de intervenção social.

Quadro 7: Inscrições acadêmicas e vínculos com núcleos e grupos de pesquisas

AGENTES	CARGOS ACADÊMICOS	VÍNCULOS COM NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA
Conceição Amorim	Docente - Faculdade Atenas Maranhense (2017-2019) Chefe de divisão do serviço social na Universidade Estadual da Região Tocantina do MA/UEMASUL (2017-2022)	
Lourdes Leitão	Docente (graduação e pós-graduação) Universidade Federal do Maranhão - (1992-2018) (1999) - Direção do Departamento de Serviço Social (UFMA) (2000) - Coordenação do Curso de Serviço Social (UFMA) (2012) - Membro do colegiado do Programa de Pós em Políticas Públicas (UFMA) (2018) - Direção do PPG em Políticas Públicas (UFMA)	GERAMUS - UFMA 2006 - Cria o grupo de Pesquisa e Extensão sobre relações de gênero, etnico-raciais, geracional, mulheres e feminismos
Mary Ferreira	Docente - Universidade Federal do Maranhão no curso de biblioteconomia (1993) (1999) - Direção de Monografia do curso de Biblioteconomia (UFMA) (2006) - Integrante do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UFMA)	NIEPEM - UFMA (1993) - criação do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, cidadania e relações de gênero.
Neuzeli Pinto	Docente - Universidade Federal do Maranhão do curso de Engenharia elétrica - (2000-2002) Docente - Universidade Estadual do Maranhão do curso de ciências sociais (2003-2024) (2015) - torna-se assistente do centro de ciências sociais (UEMA) S/D - Integrante do Programa de Pós-Graduação em em desenvolvimento socioespacial e regional (PPDRS/UEMA)	NEGESF - UEMA cria o Núcleo de Estudos e pesquisa de gênero, sexualidade e família (s/d)
Silvane Magali	Docente - Universidade Federal do Maranhão e do curso de serviço social - (1994-2024) (2003) - Coordenadora de Estágio do curso de serviço social (UFMA) (2006) - Membro do Colegiado do curso de serviço social (UFMA)	GERAMUS - UFMA (2006) - Cria o grupo de Pesquisa e Extensão sobre relações de gênero, etnico-raciais, geracional, mulheres e feminismos.

Fonte: *Plataforma Lattes* (CNPQ).

Observamos no Quadro 7 os cargos acadêmicos ocupados pelas agentes ao longo de suas trajetórias. Conceição Amorim exerceu a chefia da Divisão do Serviço Social na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) entre os anos de 2017 e 2022. Lourdes Leitão, entre 1999 e 2000, atuou na direção do Departamento de Serviço Social e na coordenação do curso. Posteriormente, entre 2012 e 2018, tornou-se membra do colegiado do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e, em seguida, assumiu a direção do mesmo programa.

Mary Ferreira, em 1999, assumiu a direção de Monografia do curso de Biblioteconomia e, anos depois, ingressou no Programa de Políticas Públicas. Neuzeli Pinto exerceu cargos na assistência do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSSA/UEMA) em 2015 e, posteriormente, ingressou no Programa de Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDRS/UEMA). Silvane Magali tornou-se coordenadora de Estágio do curso de Serviço Social em 2003 e, três anos depois, passou a integrar o Colegiado do curso.

Verificamos que, em quatro dos cinco perfis analisados, a ocupação de cargos administrativos ocorreu nas universidades onde as agentes realizaram suas graduações e pós-graduações. Esse encadeamento indica um vínculo de identificação com suas instituições de ensino. Na maioria dos casos, as atividades exercidas nesses cargos administrativos são simultaneamente desempenhadas em conjunto com a docência e outras funções profissionais, inclusive em órgãos governamentais. Além da atuação no Fórum Maranhense de Mulheres, destacam-se ainda participações nas seguintes instituições e programas: Pastoral da Juventude, Cáritas Brasileira – Regional São Luís, Secretaria de Estado da Mulher (SEMUS), Biblioteca Pública Benedito Leite, Biblioteca Pública de Arari, Arquivo Público do Maranhão, Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP).

Além das atividades formais desempenhadas nos cargos universitários, como direção de departamentos e centros, coordenação de estágio, supervisão de monografias e programas de pós- graduação, as agentes também participaram ativamente do processo de institucionalização de núcleos e grupos de estudo nas

principais universidades do Maranhão. Lourdes Leitão e Silvane Magali fundaram o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS/UFMA), vinculado ao curso de Serviço Social. Em 1993, Mary Ferreira criou o primeiro núcleo de gênero da UFMA, o Núcleo de Estudos sobre Mulheres, Cidadania e Relações de Gênero (NIEPEM). Neuzeli Pinto, após ingressar como docente no Departamento de Ciências Sociais do CCSSA/UEMA, fundou o Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). Conceição Amorim, embora não tenha sido identificada como fundadora direta de núcleos ou grupos de pesquisa sobre gênero, mantém uma atuação sempre relacionada a essas iniciativas.

É importante destacar que o reconhecimento acadêmico e profissional dessas agentes não se baseia apenas na apropriação e mobilização do arcabouço teórico das Ciências Sociais, mas também em um conjunto de outras estratégias e investimentos que ampliam sua legitimidade. Nesse sentido, identificamos: **a)** uma aposta em títulos de pós-graduação obtidos em instituições relativamente bem posicionadas no cenário universitário brasileiro; **b)** investimento em mobilidade acadêmica nacional e internacional, utilizado como critério distintivo de suas habilidades e competências – três das cinco agentes circularam em universidades além da UFMA e UEMA durante suas trajetórias de formação; **c)** participação ativa nos processos de institucionalização de cursos de graduação e pós-graduação, principalmente por meio do exercício de cargos administrativos – quatro das cinco agentes analisadas se incluem nesse aspecto; **d)** criação de grupos, núcleos e laboratórios de estudos em Instituições de Ensino Superior (IES) com o intuito de fortalecer e formalizar as causas que defendem – quatro das cinco agentes também se incluem nessa categoria; **e)** produção acadêmica significativa, com publicações de artigos, ensaios e livros vinculados aos núcleos de estudo e à disseminação das pautas de “gênero” e “feminismo”.

Quadro 8: Outros cargos profissionais das agentes

AGENTES	CARGOS PROFISSIONAIS
Conceição Amorim	Trabalho voluntário e coordenação (assistente social) no centro de Defesa de Direitos Humanos Padre Josimo (1997-2023) Educadora Popular no gabinete Estadual da Deputada Helena Barros (GDE) (2002-2010) Secretaria Municipal de Política para a Mulher - Imperatriz - MA - (2010) Membro Titular do Conselho Estadual da Mulher - Gestão (2010-2012) Membro da Comissão Nacional de Saúde do Trabalhador do Conselho Nacional de Saúde de (2012- 2014) Trabalhou na Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do MA (COAPIMA) (2006-2009) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (2014-2017) Secretaria de Educação de Campo Alegre - AL (2015)
Lourdes Leitão	Educadora Popular na Cáritas Brasileiras - Regional São Luís (1981-1984) Servidora Pública no Instituto Federal do Maranhão/IFMA (1984-1992) Secretaria de Estado da Mulher (2007-2009) Vice-Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís- MA, de 10/12/2001 a mai/2004, de junho/2013 a janeiro de 2015 e Presidente de maio de 2004 - dezembro de 2005, 26 janeiro a junho de 2015 Conselheira Emérita do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís- MA - período de 10 de outubro de a 10 de outubro de 2019 Presidente do Conselho Estadual da Mulher - Gestão 2007-2009 (até abril de 2009)
Mary Ferreira	Bibliotecária na Biblioteca Pública de Arari (1982) Cargo titular na Secretaria Municipal de Arari (1985) Direção do Arquivo Público do MA Biblioteca Benedito Leite (1989)
Neuzeli Pinto	Professora Educação Infantil - Escola Estadual Miguel Jorge - (SP) - (1995) Centro de Consultoria, planejamento e ensino social de MS (CECOPE) - (2001-2002) Psicóloga do trabalho - Secretaria do Estado do trabalho e assistência social de MS (SETAS) - (2008-2009)
Silvane Magali	Diretora Científica na Fundação de amparo à pesquisa e ao desenvolvimento científico tecnológico - FAPEMA (2015-2018) Assessora especial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e participação popular - SEDIHPOP (2019-2023)

Fonte: *Plataforma Lattes* (CNPQ).

Para melhor situar os perfis das agentes investigadas, é pertinente sistematizar alguns aspectos qualitativos de suas trajetórias.

Conceição Amorim nasceu na cidade de Mossoró – RN, mas mudou-se para o Maranhão aos 13 anos de idade, acompanhando sua família. Concluiu sua formação escolar primária no estado e graduou-se na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). Observamos que grande parte de suas inscrições profissionais ocorreu na cidade de Imperatriz e que, à medida que ampliou seus trânsitos e sua atuação, sua pauta e o reconhecimento de suas ações mantiveram a “marca” de sua localização geográfica e das atividades desenvolvidas nesse contexto. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Imperatriz foi criado no mesmo ano que o Fórum de Mulheres de Imperatriz (1997), período no qual Conceição Amorim já atuava no Centro de Direitos Padre Josimo. Além disso, participou ativamente da fundação do Fórum de Mulheres de Imperatriz, ao lado de instituições como o Clube de Mães, Pastoral da Mulher e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Nas inscrições culturais das demais quatro agentes, observa-se uma forte vinculação com atividades e cargos interligados ao meio universitário, ou, ao menos, com funções que exigem um instrumental de intervenção especializado (Reis, 2015). Nota-se que instâncias de consagração intelectual, em maior ou menor grau, perpassam as atuações dessas agentes. Mary Ferreira, por exemplo, desenvolveu atividades no Programa de Educação Tutorial (PET/UFMA) do curso de Biblioteconomia, atuou como consultora *ad hoc* para relatórios financiados pelo CNPq (desde 2007) e é membra representante da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Lourdes Leitão mobilizou seus conhecimentos técnicos entre 2000 e 2001 na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Região Norte. No mesmo curso, integrou a Comissão Permanente de Ética e a Comissão Ampliada de Ética do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Atualmente, faz parte do Conselho Consultivo do Instituto Jackson Lago e é membra titular da Academia Barreirinhense de Letras, Artes e Ciências (ABLAC).

Neuzeli Pinto e Silvana Magali ocupam cargos nos comitês de fomento à pesquisa acadêmica no Estado do Maranhão. A primeira está vinculada à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do

Maranhão (FAPEMA), na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), enquanto a segunda está ligada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Neuzeli Pinto também é membra do Comitê de Assessoramento da Secretaria de Estado da Mulher.

A atuação dessas agentes nos espaços mencionados pode ser compreendida, nesta pesquisa, como a mobilização de atributos e recursos simbólicos que conferem legitimidade e reconhecimento em suas respectivas lutas políticas. As instâncias de atuação das agentes estabelecem conexões com seu domínio de origem, demonstrando um encadeamento interdependente, em que diferentes espaços influenciam-se mutuamente. As inscrições culturais e militantes das agentes foram fortalecidas pelo acúmulo de expertises adquiridas no exercício de cargos acadêmicos e administrativos. Do mesmo modo, a legitimidade dessas posições se sustenta, em parte, pela relevância dos “ofícios” culturais desempenhados por elas.

Outro fator importante a ser considerado é a relevância das relações matrimoniais na circulação e ocupação de determinados espaços sociais ao longo das trajetórias individuais. No contexto desta pesquisa, verificamos dificuldades na obtenção de informações sobre esse aspecto, principalmente durante a realização das entrevistas. Algumas agentes demonstraram resistência ao abordar o tema, o que pode estar relacionado ao fato de algumas delas serem divorciadas. Em razão dessas limitações, não foi possível reunir dados precisos sobre seus antigos companheiros, como nomes, idades ou ocupações. No entanto, apresentamos a seguir as informações obtidas sobre os matrimônios e sua relação com as inscrições das agentes.

Conceição Amorim afirmou, em entrevista, que já foi casada e que teve uma filha, atualmente com 27 anos de idade, que atua como psicóloga e acompanha sua militância em defesa dos direitos humanos e das mulheres. Contudo, não foi possível obter descrições mais aprofundadas sobre seu casamento anterior.

Mary Ferreira também não forneceu muitos detalhes sobre seus casamentos, mas mencionou que já havia sido casada mais de uma vez e que, no momento da entrevista, encontrava-se divorciada. A agente teve dois filhos. Embora as informações sejam limitadas, suas declarações sugerem que seus antigos companheiros mantinham alguma relação com a militância e os movimentos sociais, conforme podemos observar no seguinte trecho:

Tinha. O primeiro e o segundo marido tinham... Tinha alguma militância, né? Também de igreja e também de partido político. Mas não são assim no nível de engajamento que eu tenho, mas eles sempre apoiaram e sempre me acompanharam. (FERREIRA, Mary. Entrevista IIII. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024)

Embora não tenhamos realizado entrevista com Lourdes Leitão, foi possível identificar informações sobre o seu casamento em *sites* da internet e nas *redes* sociais. Lourdes Leitão é casada há 54 anos com Amilcar Rocha, Bacharel em Direito, juiz aposentado, gestor público e desde 2019/2020 exerce cargo de prefeito na cidade de Barreirinhas - MA. Teriam se conhecido ainda quando Lourdes Leitão estava em processo de formação. Percebe-se a partir da descrição profissional de seu cônjuge as relações que Lourdes Leitão mantém com os ambientes “políticos” e seu engajamento nesses domínios no decorrer de sua trajetória.

Neuzeli Pinto também já foi casada e atualmente se encontra em um novo relacionamento. No que se refere ao primeiro, ficou 15 anos casada e teve dois filhos. Apesar de não ter revelado seu nome, contou que ele é Biólogo, Doutor em genética e professor universitário. Se conheceram também quando Neuzeli ainda estava em processo de formação. Seu segundo companheiro, também sem identificação nominal, é Engenheiro Eletricista e trabalha no INPE, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Alcântara.

Silvane Magali nos contou que foi casada por 22 anos, teve uma filha e que seu antigo companheiro era Agrônomo e mantinha forte relação com movimentos sociais. Se conheceram quando Silvane Magali ingressou na SEDESP - Secretaria de Desenvolvimento Social (MA) e começou a trabalhar com comunidades rurais.

Apesar das sucintas informações coletadas, podemos perceber que a maioria das agentes estabeleceram relações amorosas com outros agentes inseridos nos espaços que elas circulavam: as universidades, centros de pesquisa, eventos acadêmicos etc. Foi possível identificar que em todos os casos elencados essas afinidades aconteceram mesmo quando a área de formação e atuação se divergiam. Ribeiro (2022 p. 13) chama atenção para a preponderância das redes e afinidades estabelecidas por mulheres nos domínios acadêmicos e intelectuais ao longo de suas atuações, não só entre elas, que mantiveram aproximações constantes, mas também “[...] relações pessoais de mulheres intelectuais com homens intelectuais foram comuns pelo mundo, não só por meio de casamentos e redes familiares, mas também na participação dos mesmos círculos literários”.

A combinação de distintos recursos para além das formações profissionais fortalecem o reconhecimento das mulheres investigadas, dentre esses recursos, o estabelecimento de parcerias (amorosas e profissionais) pode ser lido como investimentos para manutenção ou reprodução de seus capitais. (Bourdieu, 2002). O investimento em distintos domínios sociais e a conquista de posições em instâncias de consagração (como as aqui apresentadas) podem aproximá-las ou distanciá-las, dependendo das redes de relações que cada uma se insere. Principalmente, grifa-se a constituição de relações matrimoniais, que têm potencial de viabilizar trânsitos e aquisições de instrumentos materiais e simbólicos, sobretudo, no caso aqui estudado, que são espaços hierarquizados de gênero.

3.3. Produções escritas e formulações “acadêmicas” e militantes

A partir da análise dos Currículos Lattes, verificamos que, em três dos cinco casos investigados, os trabalhos de conclusão de curso (monografias) já apresentavam esforços analíticos voltados às problemáticas das “mulheres”. No que se refere às dissertações de mestrado, constatamos que quatro das cinco agentes desenvolveram pesquisas sobre temáticas relacionadas ao “feminismo”, “gênero” e “violência contra as mulheres”.

Maria Mary Ferreira concluiu seu mestrado em 1999, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em sua dissertação, intitulada “*Caetanas Vão à Luta: a Trajetória do Movimento Feminista no Maranhão Face às Políticas Públicas*”, a autora analisou as mobilizações feministas no estado, com enfoque no Grupo *Mulheres da Ilha* (GMI). O trabalho, posteriormente, foi publicado em formato de livro pela Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA), consolidando-se como uma referência sobre a trajetória do movimento feminista maranhense.

Imagem 2: Livro “As Caetanas Vão à Luta” de Mary Ferreira



Fonte: Imagens da *internet*.

Ela deu continuidade à sua formação acadêmica no Doutorado em Sociologia, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde desenvolveu a tese “Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder” (2006). Tanto no mestrado quanto no doutorado, contou com a orientação de professoras reconhecidas como “referências” nos debates sobre “gênero” no Maranhão e no Brasil. No mestrado, sua orientadora foi a Prof.^a Terezinha Moreira Lima, que, de acordo com os registros escritos e os relatos das agentes, foi uma das primeiras professoras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a debater temáticas relacionadas ao “gênero”.

Quadro 9: Informações biográficas de Terezinha Lima

Terezinha Moreira Lima formou-se em Serviço Social, com Doutorado em Serviço Social pela Universidade Pontifícia de São Paulo (PUC/SP), concluído em 1994.

Atuou como professora do curso de graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entre 1989-2008. De acordo com os registros do Currículo Lattes, mesmo quando deixou de exercer a docência, colaborou com o Programa de Políticas Públicas, na mesma universidade.

Nas entrevistas, identificamos que Terezinha Lima foi uma das primeiras professoras da UFMA a tratar dos debates das “mulheres” e dos “gêneros”. Foi possível observar que já na década de 1990, Terezinha Lima tinha uma linha de pesquisa de orientação voltada para o “gênero”, denominada: “Estado, Movimentos Sociais, Gênero e Trabalho”.

Terezinha Lima foi **corriqueiramente** mencionada por 03/05 dos perfis aqui estudados (Lourdes Leitão, Mary Ferreira e Silvane Magali) como uma “referência” e “influência” para os encaminhamentos das temáticas trabalhadas por elas ao longo de suas trajetórias profissionais.

Fonte: *Plataforma Lattes* e relatos das agentes.

No Doutorado, Mary Ferreira foi orientada por Lucila Scavone, uma das intelectuais mais reconhecidas nos estudos feministas no Brasil. O primeiro contato entre ambas ocorreu quando Scavone esteve no Maranhão para desenvolver sua pesquisa intitulada “Reprodução, maternidade, contracepção e aborto na Ilha de São

Luís”. Esse estudo investigava questões relacionadas à saúde reprodutiva e às dinâmicas socioculturais que envolvem a maternidade e a contracepção no contexto maranhense. A aproximação com Scavone proporcionou a Mary Ferreira o acesso a uma ampla rede de debates acadêmicos e institucionais sobre “gênero” e “feminismo” no Brasil.

Quadro 10: Informações biográficas de Lucila Scavone

Lucila Scavone possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), concluído em 1971. Após dois anos, ingressa no mestrado em Sociologia Política e Antropologia na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3.

De acordo com o relato de Scavone, cedido a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) “a pós-graduação no Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine, em Paris, cujo início se deu no ano de 1974, coincidiu com uma época de significativa efervescência da luta pela legalização do aborto em contexto francês, aprovado por lei em janeiro de 1975. Tal dinâmica marcou o primeiro contato com o feminismo francês e o europeu.”

A professora deu seguimento no Doutorado na mesma instituição, concluindo em 1980.

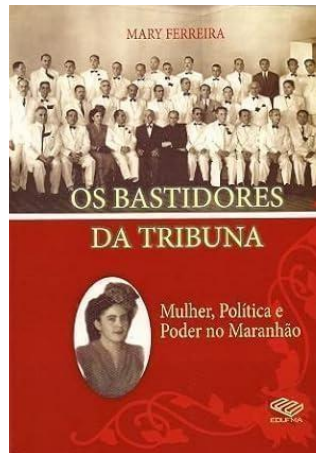
Nessa época, entre 1980-1985 ela veio ao Maranhão, vinculada a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) desenvolveu pesquisas sobre maternidade, aborto e mulheres. Trazendo referências diferenciadas para o nascente “movimento feminista maranhense”. Nessa oportunidade, orientou Mary Ferreira e também participou do Grupo *Mulheres da Ilha*.

Dentre as publicações escritas por Scavone no Maranhão, destaco: “As múltiplas faces da maternidade” (1985).

Fonte: Plataformas Lattes e Bionotas do site da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Disponível em: [Lucila Scavone - Sociedade Brasileira de Sociologia](#).

A tese de Doutorado de Maria Mary Ferreira também foi transformada em livro, publicado pela EDUFMA no ano de 2010. A obra apresenta uma análise sobre a participação das mulheres no Legislativo maranhense e nos chamados “espaços de poder” do estado. Na introdução do livro, a autora enfatiza a necessidade de compreender os desafios enfrentados pelas mulheres na política e as desigualdades estruturais que limitam sua atuação. Em suas próprias palavras, afirma: “[...] por isso, este livro busca desvendar a presença e procura avaliar a participação das mulheres nos espaços de poder e, em particular, no Legislativo, além de analisar de que forma a ação feminina é prejudicada, à medida que são analisadas as relações desiguais no número de cadeiras ocupadas pelas mulheres”. (Ferreira, 2010, p. 37).

Imagem 3: Livro “Os Bastidores da Tribuna” de Mary Ferreira



Fonte: Imagens da internet.

Lourdes Leitão concluiu seu Mestrado em Políticas Públicas na UFMA em 1998, com a dissertação “A atuação do Poder Judiciário face à questão da violência doméstica contra a mulher”, sob orientação da Prof.^a Terezinha Moreira Lima. Posteriormente, deu continuidade à sua formação no mesmo programa e com a mesma orientadora, obtendo o título de Doutora em 2005, com a tese “*Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica*”.

Em 2007, sua tese foi publicada como livro pela Veras Editora. A obra apresenta uma análise aprofundada sobre a eficácia e as limitações das políticas públicas voltadas ao acolhimento de vítimas de violência doméstica no país. No recorte da pesquisa, a autora estuda a experiência das Casas-Abrigo em cinco localidades distintas, sendo elas : COMVIDA - Centro de Convivência para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (1986, São Paulo - SP): primeiro abrigo criado no Brasil, como projeto do Conselho Estadual da Condição Feminina. Desativado em 1989, voltou a funcionar em 1992, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado; Casa de Apoio Viva Maria (1992, Porto Alegre - RS): ligada à Secretaria Municipal de Saúde; Casa-Abrigo Regional do ABC (2000, Santo André - SP): primeira casa regional no país, mantida pelo Consórcio dos Municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Santo André; Casa-Abrigo de São Luís (1999, São Luís - MA): vinculada à Corregedoria Geral de Justiça (Poder Judiciário do Estado do Maranhão); Casa-Abrigo Nove Luas (2000, Goiânia - GO): ligada à ONG Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser (CEVAM), sem caráter sigiloso.

Imagem 4: Livro “Casas-Abrigo” de Lourdes Leitão



Fonte: Imagens da *internet*.

Neuzeli Pinto realizou seu Mestrado em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP), concluído em 1998, com a dissertação intitulada “*Famílias de Classes Populares: Parentesco e Vizinhaça*”. Durante as entrevistas, Neuzeli mencionou que, embora nesse primeiro momento não tenha se aprofundado nas relações de “gênero” no contexto das famílias estudadas, esse eixo de análise se tornou central em seu Doutorado em Psicologia, realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) e concluído em 2013, com a tese “As redes de apoio social e as relações de trabalho de mulheres em comunidades rurais do Maranhão e ribeirinhas da Região Amazônica”.

Em sua tese, a autora examina os papéis desempenhados por mulheres em comunidades ribeirinhas e rurais, considerando as relações sociais de gênero e os contextos ecológicos, sociais e econômicos das famílias investigadas. Para a realização da pesquisa, Neuzeli Pinto acompanhou e entrevistou mulheres de comunidades rurais maranhenses situadas na Amazônia Legal, bem como mulheres de comunidades ribeirinhas das Ilhas do Combu e Ilha Grande, em Belém Insular.

Silvane Magali concluiu seu Mestrado em Psicologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2002, com a dissertação “Práticas discursivas na implantação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) nos assentamentos rurais: identificação e análise de sentidos produzidos”. Assim como Neuzeli Pinto, sua pesquisa de mestrado não abordou especificamente as temáticas de “gênero” e “mulheres”. Entretanto,

em seu Doutorado em Políticas Públicas, realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desenvolveu a tese “A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento”, onde passou a enfatizar tais questões.

Neuzeli Pinto e Silvana Magali tiveram orientadores homens tanto no mestrado quanto no doutorado. A primeira foi orientada pelo Prof. Geraldo Romanelli (USP) e pelo Prof. Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA), enquanto a segunda teve orientação do Prof. Ronald João Jacques Arendt (UFRJ) e do Prof. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (UFMA). Esse cenário contrasta com as escolhas de Mary Ferreira e Lourdes Leitão, que optaram por orientadoras mulheres e desenvolveram trabalhos mais voltados aos debates sobre “gênero”.

Conceição Amorim, por sua vez, não realizou mestrado nem doutorado, mas cursou especializações ao longo de sua formação acadêmica. Sua monografia de graduação em Serviço Social, defendida na UNISULMA em 2009, teve como tema “Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM): entre as diretrizes nacionais e a realidade em Imperatriz”. Em 2011, ao concluir sua especialização em Docência do Ensino Superior na FIB, apresentou o trabalho “*Feminismo em Imperatriz: um olhar sobre a ação política do movimento feminista*”. No ano seguinte, ao obter a especialização em Gestão de Políticas Públicas pela UFMA, defendeu a monografia “Desafios enfrentados pelas mulheres na luta contra a violência doméstica: uma análise na Delegacia Especializada da Mulher em Imperatriz”. Além dessas formações, em 2015, Conceição Amorim concluiu mais uma especialização, desta vez em Saúde Pública pela FIB, apresentando o trabalho “Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: sua implantação em Imperatriz do Maranhão”. Destaca-se que todas as suas orientações acadêmicas foram realizadas por docentes mulheres.

Uma observação relevante é que os investimentos em trânsitos acadêmicos, tanto nacionais quanto internacionais, foram identificados no mapeamento das instituições frequentadas pelas agentes, incluindo Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Porto (Portugal) e Universidade Estadual Paulista (UNESP). No caso de Neuzeli Pinto e Silvana Magali, esses deslocamentos iniciaram-se a partir do mestrado; já Mary Ferreira ingressou nesse circuito acadêmico no doutorado e pós-doutorado. Lourdes Leitão e Conceição Amorim, por outro lado, realizaram toda sua formação acadêmica no

Estado do Maranhão.

Por fim, a análise dos projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento, sistematizados no quadro a seguir, revela a persistência dos investimentos em um conjunto de problemáticas consideradas legítimas e pertinentes às tomadas de posição no espaço social mais amplo. Além disso, observa-se que tais projetos visam intercomunicar um saber ao mesmo tempo intelectual e militante, articulando a produção acadêmica com as estratégias de intervenção política e social.

Quadro 11: Projetos de pesquisa realizados pelas agentes

AGENTES	PROJETOS CIENTÍFICOS	PROJETOS DE EXTENSÃO	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
Conceição Amorim		Ano: 2021 Título: “Formação Política para Mulheres indígenas” Agência financiadora: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão através da Divisão de Serviço Social e Médico, apoiado pela a <i>Amazon Watch</i> e Instituto <i>Makarapy</i>.	
Lourdes Leitão	Ano: 1994-1998 Título: “Violência contra a mulher: <i>questão de polícia e da sociedade</i>” Agência financiadora: Não encontrado. Ano: 2010-2012 Título: “ORGANISMOS EXECUTIVOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO MARANHÃO: <i>desafios e perspectivas</i>” Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ano: 2011-2012 Título: “RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião do Leste Maranhense em meio à monocultura de soja no município de Brejo” Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	Ano: 2005-2008 Título: “Mulheres, Organização e Mundo do Trabalho: processos de lutas e organização” Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	
Mary Ferreira	Ano: 2007-2009 Título: “AÇÃO POLÍTICA DAS/OS VEREADORAS/ES E DEMANDAS POPULARES” Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolv. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2011-2014 Título: “VEREADORAS E PREFEITAS MARANHENSES: Ação política e gestão municipal com enfoque de gênero” Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ano: 2016-2019 Título: “MULHERES RELAÇÕES DE GÊNERO E PROTAGONISMO POLÍTICO: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal” Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolv. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2018-2019 Título: “BIBLIOTECÁRIOS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL E PORTUGAL E AS IMBRICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA E ETNIA”	Ano: 2013-2014 Título: “Bibliotecas, Bibliotecários, Leitura, Ciência e Informação: socializando as práticas e saberes dos profissionais da informação” Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolv. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2017-2018 Título: “EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES”. Agência financiadora: Não encontrado.	Ano: 2010-2011 Título: “Violência contra a Mulher: análise das políticas públicas” Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolv. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2011-2012 Título: “Representação Política de Mulheres no Maranhão: ação política de vereadoras e prefeitas e relações de gênero” Agência financiadora: Não encontrado.

Neuzeli Pinto	Ano: 2015-2017 Título: "REDES DE APOIO SOCIAL, PODER E GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DE MULHERES: O caso da Baixada Ocidental Maranhense" Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvol. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2016-2018 Título: "MULHERES RELAÇÕES DE GÊNERO E PROTAGONISMO POLÍTICO: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal" Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvol. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2019-2021 Título: "MULHERES RELAÇÕES DE GÊNERO E VULNERABILIDADE: Intervenção e empoderamento" Agência financiadora: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Ano: 2021-2022 Título: "RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E ATUAÇÃO UNIVERSITÁRIA: Participação das mulheres no meio acadêmico, atuação no trabalho produtivo e reprodutivo" Agência financiadora: Não encontrado. Ano: 2023 - Atual Título: "GÊNERO E UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE" Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvol. Científico e Tecnológico - FAPEMA.	Ano: 2015-2017 Título: "Identidade e Gênero: a intervenção comunitária para a violência contra a mulher no âmbito familiar" Agência financiadora: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Ano: 2016-2017 Título: "Projeto Mulheres, Política e Relações de Gênero no Maranhão: formação e empoderamento com foco em violência doméstica" Agência financiadora: ELAS - Fundo de Investimento Social. Ano: 2017-2018 Título: "Educação, Violência e Empoderamento de Mulheres" Agência financiadora: Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ano: 2022-2023 Título: "VIOLÊNCIA DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: Metodologia e práticas políticas de socialização de informações" Agência financiadora: Não encontrado	Ano: 2002-2006 Título: "Biologia, manejo e conservação de abelhas: uma atividade essencial para o desenvolvimento sustentável do Estado do Maranhão" Agência financiadora: Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Bnb. Ano: 2003-2008 Título: "Difusão e transferência tecnológica para a criação e multiplicação de colônias de abelhas indígenas sem ferrão: uma alternativa sustentável para a economia familiar" Agência financiadora: Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Bnb. Ano: 2004-2008 Título: "Difusão da Meliponicultura em comunidades extrativistas do Maranhão" Agência financiadora: Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Bnb.
Silvane Magali	Ano: 2005-2006 Título: "Mulheres, Organização e Mundo do Trabalho: processos de lutas e participação" Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ano: 2010-2011 Título: "Relações de gênero e trabalho: mulheres criando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja no município de Brejo" Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ano: 2016 - Atual Título: "TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL COM GÊNERO: uma experiência de pesquisa-ação na Baixada Maranhense" Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	Ano: 2016-2019 Título: "MULHERES, PROTAGONISMOS E FORMAÇÃO POLÍTICA: experiências para ampliar a representação política nos espaços de decisão" Agência financiadora: Não encontrado.	Ano: 2008-2010 Título: "Trabalhadoras Rurais no Leste Maranhense: sujeitos ou objetos do desenvolvimento rural no contexto dos grandes projetos?" Agência financiadora: Não encontrado. Ano: 2014-2015 Título: "TRABALHADORAS RURAIS E JUVENTUDES RURAIS NA GESTÃO DA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA NO MARANHÃO" Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvol. Científico e Tecnológico - FAPEMA. Ano: 2015 Título: "Território e Desenvolvimento Rural com Gênero: uma experiência de pesquisa-ação na Baixada Maranhense" Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Para reforçar a demonstração dos investimentos das agentes em produções escritas que revelam seus múltiplos investimentos, ao mesmo tempo militantes e intelectuais, o quadro que segue apresenta os principais tipos e temas de produções escritas desenvolvidos por elas.

Quadro 12: Produções escritas das agentes (1990-2024)

AGENTES	PUBLICAÇÃO/QUANTIDADE	PALAVRAS-CHAVES
Conceição Amorim	Artigos completos em periódicos - (4) Livros e edições publicadas - (1) Capítulos de livros - (0) Textos em jornais e revistas - (3) Produções técnicas - (12)	Violência contra mulher Feminismo em Imperatriz Políticas Públicas Mulheres
Lourdes Leitão	Artigos completos em periódicos - (16) Livros e edições publicadas - (3) Capítulos de livros - (7) Textos em jornais e revistas - (8) Produções técnicas - (25)	Mulheres Violência contra mulher Feminismo Políticas Públicas Relações de Gênero
Mary Ferreira	Artigos completos em periódicos - (32) Livros e edições publicadas - (17) Capítulos de livros - (58) Textos em jornais e revistas - (31) Produções técnicas - (23)	Relações de gênero Mulheres Políticas Públicas Violência doméstica Mulheres na Política Feminismo
Neuzeli Pinto	Artigos completos em periódicos - (10) Livros e edições publicadas - (5) Capítulos de livros - (8) Textos em jornais e revistas - (1) Produções técnicas - (19)	Violência de Gênero Movimentos de Mulheres Feminismo Participação Política Trabalho feminino
Silvane Magali	Artigos completos em periódicos - (7) Livros e edições publicadas - (6) Capítulos de livros - (6) Textos em jornais e revistas - (4) Produções técnicas - (55)	Mulheres negras Relações de gênero Participação Política Políticas Públicas Raça Feminismo

Fonte: *Plataforma Lattes* (CNPQ).

Com base nesse levantamento, foi possível identificar alguns aspectos centrais: **1)** a predominância de temas e problemáticas que dialogam diretamente com a “causa” defendida pelas agentes por meio de seus engajamentos, o que pode atuar como um mecanismo de retroalimentação do “prestígio acadêmico” e fortalecer sua vinculação com os espaços políticos; **2)** a presença recorrente de trabalhos com caráter de “intervenção”, especialmente voltados para políticas públicas e participação política, trânsito viabilizado pelo arsenal conceitual e instrumental adquirido ao longo das pós-graduações realizadas por 04 das 05

agentes estudadas (quadros 7 e 8); **3**) a temática do “feminismo” atravessa todas as produções acadêmicas analisadas, funcionando como uma espécie de “matriz comum” de identificação, tanto no âmbito interno da universidade quanto em suas atuações nos espaços políticos mais amplos.

Além dessa “matriz comum”, constatamos um esforço deliberado das agentes para realizar produções em co-autoria desde a década de 1990. De acordo com os currículos analisados, a primeira publicação conjunta data de 1997, intitulada *Gênero e Universidade: uma abordagem na UFMA*, escrita por Mary Ferreira, Silvana Magali e Ieda Cutrim (à época, professora do curso de Serviço Social da UFMA). Desde então, tais produções conjuntas são frequentes, incluindo menções ao trabalho desenvolvido no Fórum Maranhense de Mulheres.

No recorte temporal estabelecido (1997-2024), identificamos sete publicações conjuntas em artigos e resumos divulgados em periódicos e revistas científicas, além de cinco publicações em livros e capítulos de livros.

Quadro 13: Publicações conjuntas das agentes

AGENTES	ANO	PUBLICAÇÃO
Silvane Magali, Mary Ferreira e Lourdes Leitão	2005	Título: “Mulher e Representação Política no Maranhão” Tipo: Artigo científico In: V. 2 dos Cadernos Feministas de Economia e Política
Mary Ferreira Conceição Amorim	2009	Título: “Ação política das vereadoras de Imperatriz no Maranhão” Tipo: Artigo científico In: Ferreira, Mary. (Org.). <i>Produção do Conhecimento Feminista: memória e ação política dos estudos na contemporaneidade</i> .
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2017	Título: “ <i>Feminismo e Relações de Gênero no Maranhão: ação política do Fórum Maranhense de Mulheres e sua repercussão no enfrentamento da Violência</i> ” Tipo: Artigo científico In: Anais do Seminário Internacional <i>Fazendo Gênero</i>
Mary Ferreira, Lourdes Leitão e Neuzeli Pinto	2019	Título: <i>Violência contra a mulher e Feminicídio no Maranhão: uma realidade a ser superada</i> ” Tipo: Livro In: 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2019. v. 1. 60p .
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2020	Título: “ <i>Gênero, Democracia e Protagonismo Feminino: Desvendando as nuances da sub-representação das mulheres na política</i> ” Tipo: Artigo científico In: Anais SIESPP - III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2020	Título: “Mulheres, Autonomia e Participação Coletiva” Tipo: Artigo científico In: Anais VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2021	Título: “Mulheres, Classe Social e Violência de Gênero em Tempos de Pandemia” Tipo: Artigo científico In: Revista latino-americana de Geografia e Gênero, v. 12, p. 130-145
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2021	Título: “ <i>Gender Violence and its centrality the political debate</i> ” Tipo: Artigo científico In: Brazilian Journal of Development, v. 7, p. 28018-28029
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2021	Título: “Feminismo, poder e democracia” Tipo: Livro In: 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2021. v. 1. 339p
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2024	Título: “ <i>Violência de gênero e seus ciclos opressivos: direitos iguais para sujeitos de direito</i> ” Tipo: Cáp. de livro In: Neuzeli Maria de Almeida Pinto; Maria Mary Ferreira. (Org.). CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO: Educação para a Igualdade de Gênero. 1ed.São Luís: Editora UEMA, 2024, v. 1, p. 32-88
Mary Ferreira e Neuzeli Pinto	2024	Título: “ <i>Educação de gênero e sexualidades: como construir uma sociedade igualitária, estratégias de enfrentamento</i> ” Tipo: Cáp. de livro In: Neuzeli Maria de Almeida Pinto; Maria Mary Ferreira. (Org.). CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO: Educação para a Igualdade de Gênero. 1ed.São Luís: Editora UEMA, 2024, v. 1, p. 32-88

Fonte: Plataforma Lattes (CNPQ).

O levantamento das publicações conjuntas revelou que elas operam com as mesmas palavras-chave identificadas nas produções individuais das agentes: “mulheres”, “feminismo” e “violência contra a mulher” são os termos mais recorrentes. Essa predominância pode ser explicada pelo grau de *intervenção na realidade* que esses vocábulos possibilitam. Como enfatiza Eliana Reis (2015, p. 63), a produção textual constitui uma “modalidade de intervenção intelectual”, especialmente quando mobiliza categorias, termos e expressões que se inserem na “agenda de problemas sociais”.

As tomadas de posição no domínio das questões “conjunturais” e de “interesse público” possuem um potencial estratégico na afirmação de competências. Em outras palavras, segundo Reis (2015, *Ibidem*), elas são instrumentos de “legitimação de agentes como portadores de determinados conhecimentos compatíveis ao tratamento de determinadas problemáticas legítimas por elas/es mesmos identificadas/edificadas”.

[No estudo *O que escrever quer dizer na política* (2012, p. 102), Igor Grill e Eliana Reis analisam esse “duplo” e “indissociável” reconhecimento que certos agentes conquistam ao se afirmarem como porta-vozes de causas legítimas. Esse reconhecimento conjuga tanto a “notoriedade intelectual” quanto a “reputação de comprometimento político”. Segundo os autores, essas “virtudes” podem ser observadas nas estratégias de intervenção presentes nas produções escritas, sobretudo naquelas classificadas como *generalistas* ou de *cunho técnico*, que mobilizam códigos e linguagens profissionais para fundamentar questões sociais e políticas.

O autor e a autora caracterizam as produções *generalistas* como aquelas que formulam e defendem “projetos de sociedade”. Nessa perspectiva, observamos que grande parte das publicações das agentes, tanto individuais quanto coletivas, apresenta esse caráter *generalista*, especialmente ao propor projetos e políticas voltados para a prevenção e conscientização acerca da “causa feminista”, inclusive por meio da elaboração de propostas legislativas e políticas públicas. Por outro lado, as produções de *cunho técnico* mobilizam o arcabouço científico adquirido por meio das inscrições profissionais das agentes, a fim de fundamentar e sustentar debates sobre questões, causas e categorias específicas.

No que se refere a essas produções, identificamos um esforço contínuo das agentes na publicação de livros, artigos e resumos que abordam o contexto

geográfico e histórico de sua atuação, bem como o público-alvo de suas intervenções. Além disso, há uma presença significativa de textos jornalísticos que discutem acontecimentos ligados à “causa feminista” e ao trabalho desenvolvido tanto individualmente quanto no âmbito do Fórum Maranhense de Mulheres. Outro eixo central dessas produções consiste na reflexão e problematização das categorias “gênero” e “feminismo”, evidenciando o compromisso das agentes com o aprofundamento teórico e político dessas temáticas.

Outro aspecto notável é a produção de textos que resgatam a “memória” da “causa feminista maranhense”, enfatizando o contexto da redemocratização e a trajetória dos grupos de mulheres surgidos nesse período. Essa marca memorialística é particularmente evidente nos trabalhos de Mary Ferreira, mas também foi identificada em escritos das demais agentes analisadas. Para Reis (2015, p. 63, *grifo nosso*), produções que destacam eventos e mobilizações históricas vinculadas a causas legítimas podem funcionar como “estratégias privilegiadas de celebração das biografias, da demarcação de posições e dos fatos”.

Quadro 14: Publicações de “memória” da “causa feminista maranhense

AGENTES	PUBLICAÇÃO
Conceição Amorim	Feminismo em Imperatriz: reconstruindo a ação política do movimentos feminista. In: III Encontro de Pesquisadoras/es Maranhenses sobre Gênero, Mulheres e Cidadania, 2007, São Luís. <i>Feminismos, Ciências e Universidade</i> . São Luís: EDUFMA, 2007. v. 1. p. 22-22. Feminismo em Imperatriz. <i>Site Selection</i> , v. 01, p. 20, 2007.
Lourdes Leitão	Feminismo em Imperatriz: reconstruindo a ação política do movimentos feminista. In: III Encontro de Pesquisadoras/es Maranhenses sobre Gênero, Mulheres e Cidadania, 2007, São Luís. <i>Feminismos, Ciências e Universidade</i> . São Luís: EDUFMA, 2007. v. 1. p. 22-22. Feminismo em Imperatriz. <i>Site Selection</i> , v. 01, p. 20, 2007.
Neuzeli Pinto	Feminismo e Relações de Gênero no Maranhão: ação política do Fórum Maranhense de Mulheres e sua repercussão no enfrentamento da Violência. In: <i>Mundo das Mulheres & Fazendo Gênero.</i> , 2017, Florianópolis. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. v. 1. p. 1-396.
Mary Ferreira	Mulher, Gênero e Políticas Públicas. 1ª. ed. São Luís: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Gênero/UFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 1999. 196p. MULHER E POLÍTICA: Relações de Gênero e os reflexos da participação política da mulher no Maranhão. In: 9º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 2000, Teresina: Universidade Federal do Piauí/ REDOR, 2000. p. 70-70. Feminismo no Maranhão: História e Memória do Grupo de Mulheres da Ilha. In: V Conferência Estadual de Saúde, 1999, São Luís. Conferência Estadual de Saúde e I Conferência Estadual de Saneamento Ambiental do Maranhão, 2000. p. 14-18. Mulher e Política: Do voto feminino a lei das Cotas. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Londrina, v. 4, n.37, p. 1-5, 2004. Feminismo no Maranhão: Influências, perspectivas e desafios. Cadernos Feministas de Economia e Política, v. 3, p. 165-182, 2006. As Caetanas vão à luta. O Imparcial/ Caderno Especial Mulher, São Luís, p. 11 - 11, 08 mar. 2007. De Caetanas a Tiranas: as representações do movimento feminista no Maranhão. <i>Jornal Pequeno</i> , São Luís - MA, p. 4, 06 abr. 2009. Movimento de Mulheres e Feministas e sua ação anticapitalista no Brasil e no Maranhão. REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA), v. 1, p. 359-367, 2014. Movimentos feministas e ação política frente às desigualdades de gênero nos espaços de poder. In: VIII Jornada INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, São Luís. 1. <i>Um século de reforma e revolução</i> , 2017. p. 1-13. FEMINISMOS E FEMINISTAS E O PIONEIRISMO DAS “MULHERES DA ILHA” NO MARANHÃO. In: 5º Encontro Nacional de Estudos sobre Mulheres da Floresta, 2017, Manaus. <i>novos feminismos e o pós-moderno na América Latina</i> . Manaus: UFAM, 2017. v. 1. p. 85-86. FEMINISMOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: Um balanço crítico das ações de combate à violência de gênero pelo Fórum Maranhense de Mulheres. In: III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2017, Vitória. Anais III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. v. 1. p. 90-104
Silvane Magali	A atuação do movimento sindical na transversalidade de gênero, raça/etnia e geração no contexto do Maranhão. FETAEMA - 40 anos: sua lua faz a nossa história, São Luís, 2003, p. 70 - 74. Movimento de Mulheres e Feministas: experiências e antecipações concretas. In: VII Jornada INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Para além da crise global: experiências e antecipações concedidas:, 2015, São Luís. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015. v. 1.

As produções escritas e simbólicas representam esforços que “[...] comprovam uma 'competência' como também explicitam versões sobre temas, atestam 'preocupações' com a 'sociedade' ou com determinados 'grupos' e 'categorias'” (Reis, 2015, p. 64). Essa dimensão da produção intelectual não se restringe apenas à elaboração de textos acadêmicos, mas também envolve um conjunto de práticas que contribuem para a formulação e disseminação de discursos legitimados nos espaços em que essas agentes atuam.

Uma faceta essencial desse processo é o “trabalho de fabricação de sentidos, bens e práticas” (Grill e Reis, 2024, p. 12), que se manifesta nas categorias utilizadas e ressignificadas por essas intelectuais e militantes em seus espaços de atuação. Isso significa que o uso de categorias como “gênero”, “feminismo” e “mulheres” não ocorre de maneira neutra ou meramente descritiva, mas como parte de um esforço ativo de construção de significados, muitas vezes ajustados às dinâmicas dos contextos em que são mobilizados.

Nesse sentido, Grill e Reis (2024, p. 12) apontam que agentes posicionados de forma mais ou menos consolidada em domínios políticos e culturais são “[...] importadores de concepções halógenas, evidentemente às concepções autóctones [...]”. No universo investigado nesta dissertação, é possível analisar como categorias amplamente difundidas em circuitos acadêmicos e políticos internacionais — como as mencionadas anteriormente — perpassam todas as produções, posicionamentos e falas das cinco agentes estudadas. Contudo, esse processo não se dá de maneira passiva. Há uma intersecção entre essas categorias universalizadas e os repertórios locais e regionais mobilizados pelas agentes ao longo de suas trajetórias. Essa “transversalidade” evidencia como as formulações globais e teóricas sobre “feminismo” e “gênero” se reconfiguram e se ajustam às realidades específicas e às experiências concretas dessas intelectuais.

Esses amalgamentos e reinterpretções das categorias teóricas não ocorrem isoladamente, mas se inserem em “domínios de intervenção estruturalmente justapostos”, isto é, espaços nos quais coexistem lógicas diversas — algumas baseadas em critérios de burocratização e institucionalização, outras profundamente marcadas por sistemas interpessoais e redes de sociabilidade (Grill e Reis, 2024). Dessa forma, o trabalho e os posicionamentos das agentes estudadas não podem ser analisados de maneira dissociada das relações que estabelecem entre diferentes espaços sociais. Muitas delas transitam entre redes acadêmicas, movimentos sociais e instâncias governamentais, operando sob múltiplos referenciais, que podem ser simultaneamente locais e universais, populares e elitizados, nacionais e regionais.

Ao longo do exame dos cinco perfis analisados, constatamos que as agentes se empenham em articular os saberes adquiridos em sua formação acadêmica com as temáticas e categorias que incorporaram ao longo de suas trajetórias, especialmente por meio de suas experiências em espaços militantes e culturais. Esse esforço de conciliação e intersecção de distintos repertórios

intelectuais e políticos é um fator determinante para sua afirmação como intelectuais engajadas e como porta-vozes legítimas de determinadas causas.

Reis (2015, p. 64) argumenta que tais esforços podem ser inseridos no que chama de "repertórios de mobilização consagrados", sobretudo quando esses repertórios são legitimados por instituições reconhecidas. Nesse sentido, a vinculação dos projetos de pesquisa das agentes a agências de fomento, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), confere uma chancela de prestígio e validação aos seus trabalhos. Essa relação institucional também influencia diretamente a capacidade de divulgação e circulação dos resultados de suas pesquisas, uma vez que os financiamentos viabilizam a publicação de livros, coletâneas e artigos, além da realização de eventos acadêmicos e políticos.

Na prática, esse financiamento e apoio institucional não apenas contribuem para a produção e difusão do conhecimento acadêmico, mas também funcionam como um mecanismo de visibilidade e legitimação política. A divulgação de pesquisas e eventos permite que as agentes consolidem sua posição como referências no debate sobre “feminismo” e “gênero”, reforçando sua autoridade intelectual e política. Dessa forma, os projetos financiados pelas agências de fomento não são apenas um meio de desenvolvimento acadêmico, mas também um instrumento estratégico de inserção e reconhecimento nos espaços de disputa simbólica e política. Por meio dessas articulações, as agentes estudadas nesta dissertação conseguem ampliar seu alcance discursivo e fortalecer suas credenciais como “porta-vozes autorizadas” das causas que defendem. Esse processo demonstra que a intersecção entre a esfera acadêmica e os engajamentos militantes não se dá de forma espontânea, mas é mediada por estratégias de inserção e consolidação em redes de poder e conhecimento.

4. INSERÇÕES E INTERVENÇÕES A PARTIR DO FMM

Neste capítulo, combinamos a análise das inserções militantes e profissionais das mulheres estudadas, tomando como fonte principal seus relatos e produções, com a descrição da criação e atuação do Fórum. Reiteramos aqui a importância de explorar o universo das cinco mulheres que estão à frente do Fórum Maranhense de Mulheres, considerando as múltiplas interfaces que se interligam em seus espaços de atuação e circulação. Essa abordagem permite compreender, por um lado, as lógicas mais amplas que estruturam a configuração regional maranhense e, por outro, os elementos específicos que marcam o engajamento militante e profissional dessas agentes em suas respectivas causas.

Em um primeiro momento, analisaremos as inserções profissionais e culturais das agentes. Seguidamente apresentaremos a atuação do Grupo *Mulheres da Ilha* e do Fórum Maranhense de Mulheres, buscando compreender como elas se reposicionaram nesse “meio-termo” entre militância e institucionalização. Nosso objetivo é mapear os espaços que passaram a ocupar e as estratégias que desenvolveram para se apresentarem publicamente, transitando entre diferentes esferas de atuação sem abandonar completamente suas raízes no movimento feminista.

Observamos que muitas delas migraram para cargos em instituições públicas, organizações não governamentais e universidades, levando consigo o repertório adquirido durante a militância. Essa transição não representou um rompimento com o ativismo, mas sim uma reconfiguração de suas formas de intervenção política. Ao assumirem posições em conselhos municipais, secretarias ou programas de extensão universitária, essas mulheres tornaram-se mediadoras entre o Estado, a academia e os movimentos sociais, articulando demandas feministas em linguagens adaptadas a cada contexto.

Além disso, suas inserções culturais se diversificaram: algumas assumiram papéis como pesquisadoras, outras como gestoras de políticas públicas ou lideranças comunitárias. Esse reposicionamento revela uma característica marcante de suas trajetórias: a capacidade de negociar identidades múltiplas, apresentando-se ora como técnicas especializadas, ora como representantes de causas sociais, conforme a situação exigia.

Odaci Luiz Coradini (2003, p. 127) identifica que, na ausência de “campos”

específicos e de lógicas autônomas baseadas em capitais próprios, “[...] fica em aberto o problema da passagem de uma lógica de produção e de legitimação específica para o universo da ‘cultura’ e da ‘política’ em geral”. Em seu estudo sobre as “elites culturais” e as concepções de política no Rio Grande do Sul no século XXI, o autor demonstra que a caracterização da “esfera militante” pressupõe interseccionalidades e sobreposições entre diferentes ocupações, visto que os agentes analisados frequentemente acumulavam cargos públicos e funções em organizações privadas, além de manterem engajamentos políticos ativos. Como destaca Coradini (2003, p. 128), “quase nunca exerciam apenas uma única profissão, além de manterem algum tipo de engajamento político”.

Como já discutido a partir de Mantonti e Poupeau (2006), para um exame das propriedades militantes, é fundamental considerar as relações entre as disposições incorporadas pelas agentes e os espaços sociais nos quais elas investem. Portanto, torna-se necessário compreender quais são as lógicas de investimento presentes nas trajetórias das cinco agentes estudadas. Para isso, além do mapeamento de suas inscrições profissionais de origem, é essencial analisar outros espaços em que essas mulheres detêm reconhecimento e exercem incumbências que agregam valor às disposições adquiridas e conquistadas ao longo de suas trajetórias.

As justaposições entre domínios e lógicas em configurações como a maranhense Reis e Grill (2023) conduzem a uma reflexão sobre a forte influência exercida por distintas instâncias de consagração e a estreita associação entre os domínios universitário e político. Esse cenário ressalta a necessidade de uma análise aprofundada dos registros, inserções e relações que garantem os reconhecimentos conquistados por agentes multinotabilizados nessas condições Grill e Reis (2018).

Como vimos no capítulo anterior, os cinco perfis analisados apresentam atuações em domínios acadêmicos e universitários. Suas trajetórias de formação demonstram investimentos significativos em especializações, incluindo mestrado, doutorado, pós-doutorado e outras certificações, que convergiram para o exercício da docência e da pesquisa. Nesse sentido, cabe destacar as aproximações sistemáticas que foram ocorrendo ao longo de suas carreiras, especialmente a partir dos investimentos acadêmicos voltados para as problemáticas relacionadas às “mulheres” e ao “feminismo maranhense”.

Percebe-se um fortalecimento da agenda “feminista” nas trajetórias das agentes investigadas, especialmente quando consideramos a aquisição de títulos superiores e a consolidação do exercício da docência. Foi possível identificar um investimento expressivo na produção de materiais escritos, como artigos, livros e resumos, que marcam suas atuações no meio acadêmico. Reis e Grill (2023, p. 14) mencionam que “investimentos jornalísticos, escritos e a publicação de livros são [...] trunfos vigorosos, ligados à conformação de uma condição ‘intelectual’ indispensável ao papel de porta- voz, intérprete e mediador”. A autora e o autor ainda enfatizam que “os posicionamentos objetivados em escritos são, de certo modo, amparados pela gama de inscrições e toda gama de insígnias e recursos que os autorizam a representar”. Observamos que os vínculos e as experiências pessoais influenciaram diretamente nas temáticas e categorias mobilizadas nas produções escritas de cada agente. No levantamento das palavras mais utilizadas em seus trabalhos (além de “feminismo” e “gênero”), identificamos que: “Políticas Públicas” e “Violência contra a mulher” são recorrentes nos escritos de Lourdes Leitão; “Violência de gênero” e “Trabalho feminino” aparecem com frequência nos textos de Neuzeli Pinto; “Políticas Públicas” e “Mulheres na política” são centrais na produção de Mary Ferreira; e “Relações de gênero” e “Mulheres negras” são temas predominantes nos trabalhos de Silvana Magali.

No caso de Lourdes Leitão, verificamos que a recorrência de determinados termos foi fortemente influenciada pelas relações acadêmicas que estabeleceu ainda na graduação. A própria agente relata, em estudo de Moraes (2016), que as professoras Terezinha Lima e Ieda Batista Cutrim foram fundamentais para instigar seu interesse inicial pelas temáticas de “gênero” e “feminismo” ao ingressar no curso de Serviço Social. O fortalecimento desses debates em sua trajetória torna-se evidente quando, já no mestrado, participa de uma pesquisa nacional sobre “violência contra a mulher”, coordenada por Heleieth Saffioti e Suely de Souza Almeida, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No doutorado, a temática da violência de gênero se consolida como eixo central de suas produções acadêmicas e atuações profissionais, o que pode ser observado nas funções e cargos que assumiu após a obtenção de seus títulos. Lourdes Leitão atuou na Secretaria de Estado da Mulher (2007-2009); foi Vice-Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís (2001-2004 e 2013-2015) e Presidente da mesma instituição entre 2004 e 2005, e

novamente em 2015; além de ter sido Conselheira Emérita do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís (2019) e Presidente do Conselho Estadual da Mulher (2007-2009).

No caso de Neuzeli Pinto, foi possível identificar a influência das relações acadêmicas e pessoais nas temáticas trabalhadas ao longo de sua trajetória. Seus relatos indicam que os temas de pesquisa de seus orientadores, tanto no mestrado quanto no doutorado, exerceram um impacto direto na escolha de suas primeiras produções, que abordavam “trabalho feminino” e “redes de apoio” em comunidades rurais. No entanto, ao ingressar na docência, inicialmente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a agente passou por um período de separação de seu primeiro companheiro, relacionamento no qual foi vítima de violência doméstica.

Meu engajamento político se fortaleceu após a minha separação, no meu primeiro casamento, onde eu sofri violência doméstica e eu tive o apoio do movimento (Fórum Maranhense). E daí eu saí pro doutorado, mas continuei com esse vínculo com o Fórum de Mulheres. Mas, depois do doutorado, me engajei mais profundamente, mas o engajamento surgiu daí. Pelo fato também, acho que eu já, de certa forma, já trabalhava com a questão da família, a questão das mulheres, o trabalho das mulheres. Acho que eu já tinha toda essa questão dentro do meu trabalho. Então, eu fiz algumas disciplinas na UNESP, lá de Araraquara, com questões relacionadas a gênero. Então, eu já tinha uma visão sobre essa questão. E o engajamento com essas questões (violência) veio após essa relação de experiência da minha própria vida privada. (PINTO, Neuzeli. Entrevista I. [jul. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

O relato de Neuzeli Pinto revela como sua trajetória acadêmica e suas escolhas de pesquisa foram profundamente atravessadas por experiências de sua vida privada, especialmente no que se refere à temática da “violência contra a mulher”. Seu contato inicial com o Fórum Maranhense de Mulheres ocorreu a partir de um episódio pessoal: ao vivenciar violência doméstica durante o processo de divórcio, procurou apoio na instituição, o que a levou a se engajar mais ativamente em suas atividades e debates. Esse envolvimento culminou, em 2016, com um convite formal de Mary Ferreira para integrar o Fórum, momento em que Neuzeli passou a fazer parte oficialmente da organização e consolidou sua atuação na militância feminista.

Mary Ferreira, por sua vez, compartilha influências acadêmicas e políticas com Lourdes Leitão e Silvane Magali. Assim como elas, teve uma trajetória marcada por bases militantes católicas e participação ativa no movimento estudantil. Seus escritos evidenciam um esforço sistemático para relacionar a atuação das mulheres ao espaço político, especialmente por meio de trabalhos que resgatem os feitos e as articulações dos grupos feministas ao longo da história. O arsenal teórico e metodológico adquirido em suas pós-graduações (mestrado, doutorado e pós- doutorado) possibilitou que sua produção acadêmica se consolidasse na interseção entre feminismo e políticas públicas.

Silvane Magali, destaca-se entre os perfis estudados por conta de suas “identificações” e “marcadores sociais” específicos. Em seus relatos, a agente se autodefine como uma mulher *negra e feminista*, assumindo uma identidade que combina gênero e raça como eixos estruturantes de sua trajetória acadêmica e militante. Como visto anteriormente, sua aproximação com a pauta racial ocorreu ainda na graduação, quando passou a frequentar o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNN), a convite do professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Carlão). Posteriormente, mesmo participando do Grupo *Mulheres da Ilha* (GMI), ingressou no Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, ampliando seu engajamento nas discussões sobre feminismo negro. A partir desse momento, a temática racial passou a ocupar um lugar central em suas produções acadêmicas, com ênfase na interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Além disso, assim como Neuzeli Pinto, Silvane Magali tem uma forte produção intelectual voltada para o trabalho feminino e a realidade das comunidades rurais.

Conceição Amorim, busca sempre demarcar a realidade regional de sua formação e atuação, destacando a cidade de Imperatriz, no Maranhão, como um elemento fundamental de sua identidade política e acadêmica. Suas inscrições profissionais e militantes estão constantemente associadas ao contexto específico da cidade, o que confere uma marca territorial distinta à sua trajetória. Suas especializações, sobretudo em políticas públicas, fornecem um instrumental teórico e prático que a agente mobiliza na maior parte de suas produções escritas, fortalecendo sua atuação na formulação e implementação de políticas voltadas às mulheres na região.

A análise das trajetórias das cinco agentes permite compreender como “a

composição de suportes de reputação pessoal em múltiplas redes e domínios sociais relativamente especializados” (Reis e Grill, 2023, p. 3) é fundamental para a construção “[...] de uma matriz intersticial que as credencia a ocupar, simultaneamente, os papéis de intérpretes do real, porta-vozes de causas, ocupantes de cargos políticos e administrativos, celebridades sociais e figuras intelectuais” (*Ibidem*).

Nessa perspectiva, fica evidente que a produção acadêmica dessas agentes não se dá de forma isolada, mas está inserida em redes institucionais e políticas que garantem sua legitimidade e notoriedade. Identificamos que todas as suas produções, em maior ou menor grau, estiveram vinculadas a grupos e núcleos de estudos nas universidades, bem como a projetos de pesquisa financiados por instituições de fomento reconhecidas nacional e internacionalmente.

Além do investimento na produção escrita, outro elemento que se destaca nas trajetórias das agentes é a organização de eventos acadêmicos e políticos. Esses eventos não apenas permitem a confluência de seus trabalhos interdependentes, mas também viabilizam o encontro entre os domínios intelectual e político, consolidando suas atuações como referências no feminismo maranhense.

Esses espaços cumprem um papel central na manutenção das *multinotabilidades* conquistadas pelas agentes ao longo de suas trajetórias. Além de funcionarem como ambientes de inter-reconhecimento entre pares, também reforçam a legitimação das agentes como “porta-vozes autorizadas do feminismo maranhense”.

Como ressaltam Grill e Reis (2012, p. 105), “as posições nas lutas políticas são transitórias e necessitam ser constantemente nutridas e fortalecidas”. Assim, a produção escrita não opera apenas como um recurso de distinção endógeno, mas também como um mecanismo que “coaduna dinâmicas de concorrência e complementaridade mais amplas com outros domínios e agentes em interdependência”.

Outro ponto relevante a ser mencionado é a interlocução direta que essas agentes estabeleceram ao longo de suas trajetórias com figuras e organizações político-partidárias, órgãos governamentais, ONGs e outros agrupamentos de caráter político. Em paralelo às suas inserções no meio acadêmico, investiram

significativamente na articulação com domínios políticos, utilizando seus trunfos profissionais para fortalecer sua atuação e ampliar o alcance da causa feminista. No mapeamento realizado, identificamos três principais estratégias mobilizadas por elas nesse sentido: **a)** ocupação de cargos em órgãos governamentais ou de caráter partidário, de maneira concomitante à atuação no Fórum Maranhense de Mulheres. Todas as cinco agentes investigadas se enquadram nesse aspecto, demonstrando uma sobreposição entre suas atuações acadêmicas e político-administrativas; **b)** A realização de ações e projetos voltados ao seu público-alvo por meio do Fórum Maranhense de Mulheres, em parcerias diretas com o Governo do Estado, prefeituras, vereadores e candidaturas políticas alinhadas à pauta feminista; **c)** investimento na realização de palestras, formações políticas e manifestações públicas, especialmente em datas alusivas à causa, como o 8 de março (Dia Internacional da Mulher) e o 25 de novembro (Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres).

Em suma, a atuação dessas agentes no Maranhão não se restringe ao ambiente acadêmico nem se limita à militância política convencional. Suas trajetórias demonstram um trânsito constante entre múltiplos espaços sociais, em um processo que combina a produção de conhecimento, a Ocupação de cargos estratégicos e a formulação de políticas públicas voltadas às mulheres. Esse trânsito lhes confere legitimidade enquanto intelectuais, militantes e figuras públicas, reafirmando seu papel como protagonistas na construção e consolidação do “feminismo maranhense”. (Ver informações quadro 15).

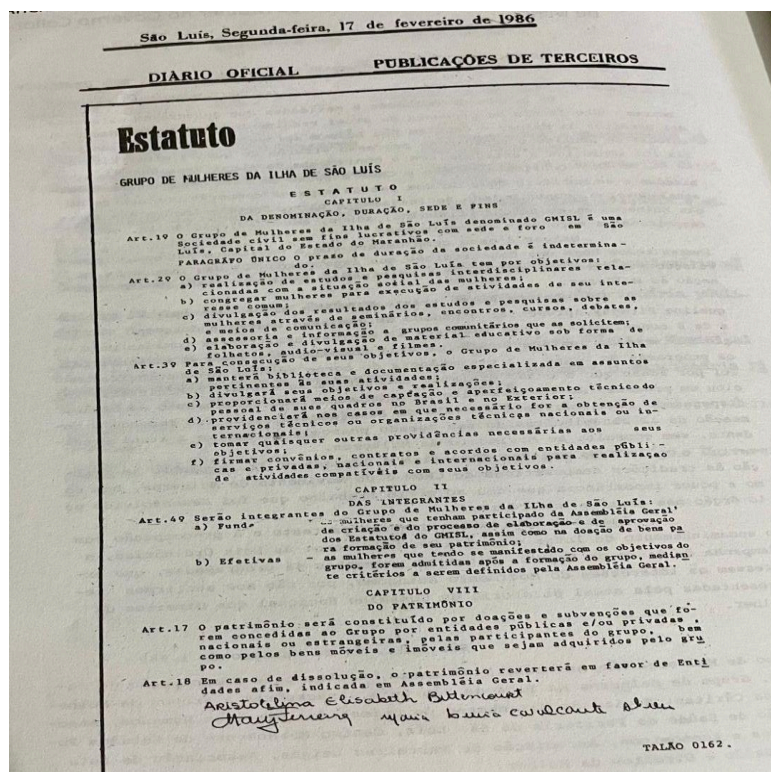
Quadro 15: Principais inscrições militantes e culturais das agentes

AGENTES	INSCRIÇÕES CULTURAIS	INSCRIÇÕES MILITANTES
Conceição Amorim	Membro Titular e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - Imperatriz - (MA) Filiada à Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)	Fundadora e integrante do Fórum de Mulheres de Imperatriz – MA Integrante do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM)
Lourdes Leitão	Vice-Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Região Norte gestão (2001-2002). Membro do Conselho Consultivo do Instituto Jackson Lago Filiada à Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) Membro da Comissão Permanente de Ética e da Comissão Ampliada de Ética do Conselho Regional de Serviço Social Membro da Academia Barreirinhense de Letras, Artes e Ciências (ABLAC)	Integrante do Grupo Mulheres da Ilha (GMI) Fundadora e membro do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM)
Mary Ferreira	Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET /UFMA Biblioteconomia (2008-2015) Consultora "ad-hoc" do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFMA/CNPq, para avaliação de Relatórios dos Bolsistas - Desde 2007. Membro Representante da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Filiada à Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)	Integrante do Grupo Mulheres da Ilha (GMI) Fundadora e membro do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM)
Neuzeli Pinto	Associação Maranhense para conservação da Natureza (AMA) Membro do Comitê de assessoramento da Secretaria de Estado da Mulher (SEMUS) Membro do Comitê de fomento da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) vinculado à FAPEMA Filiada à Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)	Coordenadora do Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero - UEMA Integrante do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM)
Silvane Magali	Membro do comitê de fomento na agência de pesquisa do Espírito Santo e Maranhão Filiada à Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR)	Integrante do Grupo Mulheres da Ilha (GMI) Integrante do Grupo de Mulheres Mãe Andresa Integrante do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CNN) Integrante do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM)

4.1. Do Grupo *Mulheres da Ilha* ao FMM

Ferreira (2007; 2010) indica que o Grupo *Mulheres da Ilha* foi fundado em julho de 1980. No estatuto da organização, transcrito em seu livro, a autora destaca que um dos principais objetivos do grupo era a produção de conhecimento sobre a condição da mulher, por meio de pesquisas e divulgação de dados. Como consta no documento, o grupo se propunha a “[...] promover estudos, debates e ações voltadas para a compreensão e transformação da realidade das mulheres maranhenses, fortalecendo a luta por direitos e equidade de gênero” (Ferreira, 2010, p. 20).

Imagem 6: Síntese do Estatuto do Grupo Mulheres da Ilha no Diário Oficial/MA.



Fonte: Figura extraída de Mary, FERREIRA. *As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas*. EDUFMA, 2007.

O Grupo *Mulheres da Ilha* de São Luís, conforme registrado em seu estatuto, utilizava a sigla GMISL para se identificar formalmente. No entanto, em diversas produções acadêmicas e registros das próprias integrantes, também se observa a adoção da sigla GMI – Grupo Mulheres da Ilha (Moita, 2024). Dentre os objetivos estabelecidos pelo grupo, destacava-se a oferta de assessoria e informação a grupos comunitários, sobretudo aqueles situados em bairros periféricos da capital maranhense.

Sobre esse aspecto, Araújo (2007) enfatiza que uma das características centrais da atuação do *Mulheres da Ilha* em São Luís foi justamente o caráter assistencial voltado às comunidades mais vulneráveis. A autora observa que, “[...] apesar da ligação acadêmica, as militantes feministas se articularam com as mulheres dos bairros populares” (Araújo, 2007, p. 10).

Nos registros de Ferreira (2007), verifica-se que entre os anos de 1981 e 1982, o grupo desenvolveu atividades de assessoria junto às mulheres do bairro de São Bernardo, que enfrentavam conflitos relacionados à luta pela moradia. Além dessas ações, o estatuto do grupo previa a formalização de convênios, contratos e acordos com diferentes entidades, como forma de ampliar sua influência e consolidar sua atuação. Para tanto, promoviam debates, rodas de conversa e eventos em diversos espaços da sociedade ludovicense. Conforme os relatos das integrantes, as primeiras iniciativas do *Mulheres da Ilha* ocorreram em escolas da cidade, através da realização de palestras e discussões sobre as condições sociais e políticas das mulheres.

Um dos eventos marcantes desse período foi o debate intitulado “A Mulher e a Violência”, realizado em novembro de 1980, no Colégio Marista. Na versão de Mary Ferreira (2007, p. 92), essa atividade foi concebida como “uma nova estratégia para discutir a questão da violência contra a mulher, que até então era aparentemente desconhecida da sociedade”.

Imagem 7: Recorte de jornal do Imparcial [1980] sobre o primeiro debate realizado pelo Grupo *Mulheres da Ilha*.



Fonte: Figura extraída de Mary, FERREIRA. *As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas*. EDUFMA, 2007.

Imagem 8: Recorte da matéria do Jornal Hoje tratando do evento realizado pelo *Mulheres da Ilha*.

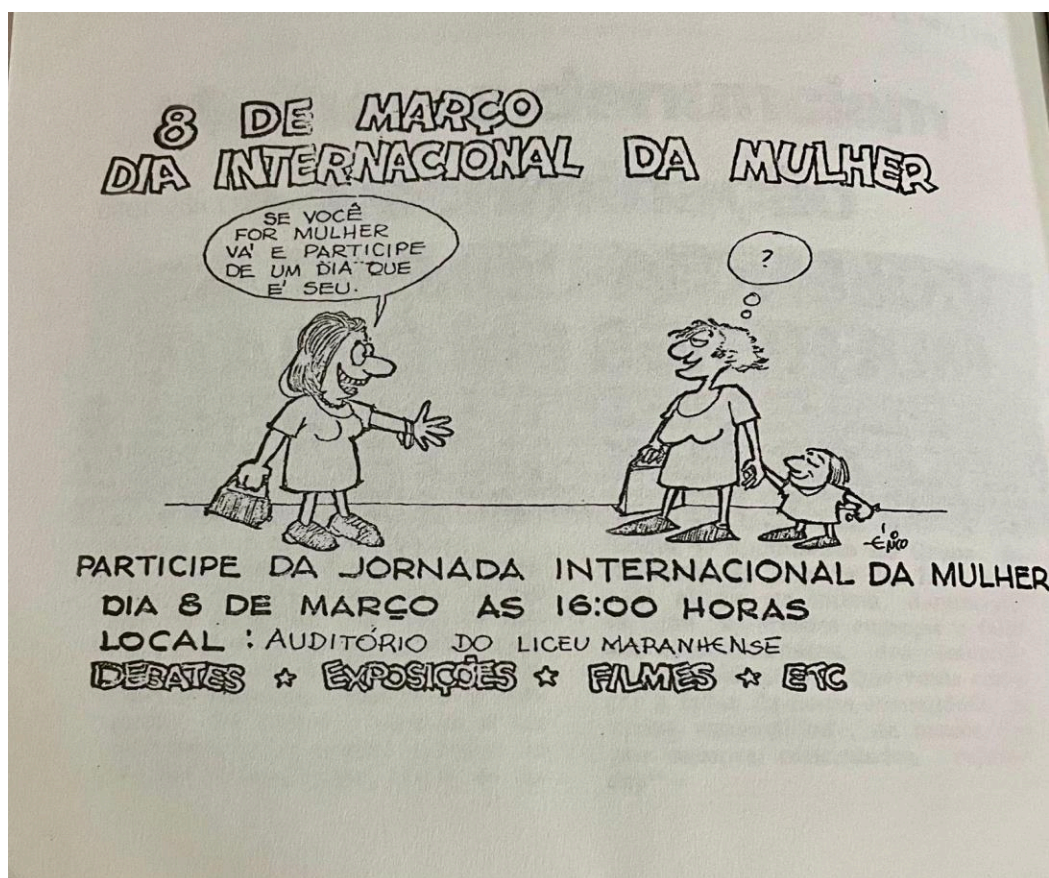


Fonte: Figura extraída de Mary, FERREIRA. *As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas*. EDUFMA, 2007.

A partir das informações fornecidas pela agente, é possível constatar que, desde suas primeiras atividades, o Grupo *Mulheres da Ilha* recebeu destaque nos principais jornais e revistas da época. Essa visibilidade midiática contribuiu significativamente para ampliar a participação de suas integrantes em outras iniciativas voltadas à causa feminista e à luta pelos direitos das mulheres.

Um dos marcos desse período foi a realização das primeiras comemorações do Dia Internacional da Mulher, no Colégio Liceu Maranhense. A programação do evento foi estruturada para promover reflexões sobre diversas questões que atravessavam o cotidiano das mulheres. Como descrito por Ferreira (2007, p. 94), as atividades foram “[...] compostas por exposição de fotografias, artigos de jornais, palestras que refletiam o porquê da data, sobre a saúde, sexualidade, prostituição, como também de apresentação de filmes e poesias versando sobre a mulher”.

Imagem 9: Panfleto distribuído durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher [1981].



Fonte: Figura extraída de Mary, FERREIRA. *As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas*. EDUFMA, 2007.

Os encontros do Grupo *Mulheres da Ilha* ocorriam nas residências das próprias integrantes, como relata Ferreira (2007, p. 97): “[...] as reuniões eram nas nossas casas, muitas vezes com nossos filhos pequenos por perto”. Segundo registros encontrados nos cadernos de anotações das reuniões do grupo, em 1984, a organização era composta por onze militantes.

Esse número foi reduzido para nove em 1985 e, em 1990, apenas sete integrantes fixas permaneciam ativamente envolvidas. O grupo realizava um trabalho contínuo por meio de oficinas, cursos e pesquisas, como menciona Ferreira (2007, p. 98). Moita (2024, p. 83) também destaca que “[...] por conta de ações de pesquisadoras vinculadas à UFMA, o grupo trabalhava em projetos em andamento na Universidade, principalmente ligados aos temas de saúde e violência”.

Dentre essas iniciativas, em 1983, em parceria com a professora Lucila Scavone, o grupo desenvolveu uma pesquisa sobre “Reprodução, maternidade, contracepção e aborto na Ilha de São Luís”. Esse foi apenas um dos primeiros

esforços estabelecidos pelo grupo no âmbito acadêmico, relação que se fortaleceu ao longo dos anos seguintes. Como a maioria de suas integrantes possuía vínculos com a universidade e consolidou carreiras nesse espaço, essa característica contribuiu para a percepção de um “suposto elitismo do movimento feminista do período” (Moita, 2024, p. 82).

As atividades do *Mulheres da Ilha* não se restringiam à universidade ou a projetos de pesquisa e extensão. O grupo também articulava parcerias com igrejas, ONGs e instituições de apoio (privadas e comunitárias), ampliando o alcance de suas ações. Ferreira (2007; 2012), Ferreira e Almeida (2019; 2021) e Nascimento (1997) mencionam a participação ativa do grupo na criação da Delegacia da Mulher em São Luís, em 1987, com apoio do Ministério Público. De acordo com os relatos das integrantes, essa delegacia, localizada no Centro Histórico da cidade, foi uma das primeiras a serem implementadas no Brasil.

Com a crescente visibilidade do grupo, suas integrantes passaram a receber auxílios financeiros e financiamento de projetos por instituições internacionais, ampliando ainda mais o impacto de suas ações. Suas iniciativas reverberaram no cenário das mulheres maranhenses por meio de políticas públicas, leis, palestras, cursos de formação e outras estratégias de atuação. No contexto deste estudo, o Grupo *Mulheres da Ilha* é compreendido como o porta-voz pioneiro da “causa feminista maranhense”. A atuação de suas integrantes consolidou-se ao ponto de serem reconhecidas como as principais referências da causa no cenário regional e nacional. Moita (2024, p. 87) enfatiza que suas participantes “eram requisitadas por órgãos de imprensa, faculdades e entidades de classe para inúmeras entrevistas e palestras”.

Ao longo dos anos, o grupo passou a organizar a “agenda feminista maranhense”, abrangendo desde pesquisas e debates acadêmicos até passeatas e encontros que mobilizavam uma parcela significativa da população feminina ludovicense. Suas integrantes começaram a publicar artigos e livros, participar de conferências e promover uma agenda de estudos sobre o feminismo maranhense, estabelecendo redes de contato com outras pesquisadoras militantes, como aponta Moita (2024, p. 89).

Além da atuação estadual expressiva, As *Mulheres da Ilha* logo entraram na teia feminista nacional, via contato pessoal mantido entre as intelectuais ou tendo como referência as universidades federais brasileiras.

Assim, começaram a dialogar com grupos de outros estados. Nas entrevistas, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Campina Grande são os locais mais citados.

O Fórum Maranhense de Mulheres (FMM) emergiu como uma iniciativa estratégica liderada pelo Grupo Mulheres da Ilha, representando um marco na organização do movimento feminista no estado. Sua criação materializou-se como resposta à necessidade histórica de construir um espaço amplo e plural de articulação entre os diversos coletivos, organizações e vertentes feministas que atuavam no Maranhão no período. Conforme relato da ativista e pesquisadora Mary Ferreira, esse processo de formação caracterizou-se por uma notável diversidade de atores:

De uma forma ou de outra, as Mulheres da Ilha se tornam depois o Fórum, que é como se fosse uma continuação. As Mulheres da Ilha vão articular para criar o Fórum Maranhense de Mulheres. O Fórum Maranhense de Mulheres foi uma articulação dos vários grupos de mulheres que nasceu em 1986. O Fórum vai trabalhar com assessorias para esses vários grupos que estão em formação. É como se os grupos puxassem as mulheres para a problemática e o Fórum se ergue para sustentar o debate e fortalecer o processo de constituição desses outros grupos. (FERREIRA, Mary. Entrevista III. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Essa composição plural revela três eixos fundamentais que convergiram na criação do FMM: 1) A base comunitária e popular, representada pelo Grupo *Mulheres da Ilha* e outros coletivos de atuação territorial; 2) O domínio acadêmico, com a participação ativa de pesquisadoras e grupos de estudos de gênero vinculados à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e outras instituições; 3) A esfera partidária, através da incorporação de núcleos femininos de partidos políticos progressistas.

A formação do FMM refletiu assim uma dupla estratégia do movimento feminista maranhense: por um lado, fortalecer a capacidade de incidência política através da unificação das pautas; por outro, preservar a riqueza da diversidade de perspectivas que caracterizava o ativismo de mulheres no estado. Essa configuração permitiu ao Fórum assumir um papel singular - ao mesmo tempo como espaço de convergência das lutas feministas e como instância de diálogo entre os diferentes matizes do movimento. Esse processo de articulação coletiva não apenas ampliou o impacto político do feminismo no Maranhão, mas também criou as condições para a emergência de novas lideranças e para a construção de uma agenda comum que incorporava tanto as demandas históricas

do movimento quanto as especificidades locais.

Conforme a Carta de Princípios e Adesão do Fórum Maranhense de Mulheres, a organização foi oficialmente fundada em 1986, com o propósito de estruturar as lutas feministas em um espaço coletivo e permanente. O documento registra que o Fórum surgiu “[...] a partir da necessidade de pensar ações de forma articulada com o Estado, objetivando dar maior visibilidade à luta das mulheres com vistas à implementação de políticas públicas” (Fórum Maranhense de Mulheres, 1986, p. 2).

As agentes entrevistadas destacam que a criação do FMM tinha como um de seus principais objetivos fortalecer a institucionalização das reivindicações dos diversos grupos feministas que emergiram em São Luís. A ideia era garantir que as pautas das mulheres ultrapassassem o campo das mobilizações pontuais, conquistando estrutura, reconhecimento político e espaço na formulação de políticas públicas.

Na Carta de Princípios, as integrantes do Fórum ressaltam alguns dos principais feitos alcançados ao longo de seus 37 anos de atuação, entre eles: a criação e implementação das Delegacias Especiais da Mulher em diversos municípios do Maranhão; a fundação dos Conselhos Estadual e Municipal da Condição Feminina; a criação da Secretaria Estadual da Mulher e a implementação das Varas Cíveis de Direito da Mulher, voltadas para questões jurídicas específicas da violência de gênero. Esses avanços refletem a trajetória do Fórum como um dos principais agentes na construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no estado do Maranhão, reafirmando seu papel de mediação entre os movimentos sociais e as instâncias governamentais.

No espaço dedicado à descrição da “natureza” da organização, identificamos o seguinte:

O Fórum Maranhense de Mulheres é um espaço de articulação política da sociedade civil organizada no Maranhão, que busca trocar experiências, aprendizados, promovendo o intercâmbio das ações articuladas entre os vários grupos feministas e de mulheres parceiros com vistas a construção de uma visão crítica da mulher na sociedade, assim como propor ao Estado a implementação de políticas públicas para as mulheres. (p.3).

Identificamos também nove objetivos elencados pelas agentes no documento.

- Fortalecer o movimento de mulheres, movimento feminista e as organizações participantes a partir da articulação de projetos integrados que tenham como filosofia a construção da mulher como

sujeito;

- Formular de forma integrada denúncias e reivindicações a serem assumidas pelo movimento;
- Favorecer a troca de saberes, experiências e projetos desenvolvidos pelos grupos que compõe o Fórum a fim de possibilitar uma maior integração entre os Grupos;
- Aprofundar a solidariedade política entre as mulheres dos diferentes segmentos organizados;
- Possibilitar ações conjuntas que visem repercutir na sociedade de forma mais articulada e política;
- Efetivar a interlocução com outros setores sociais, órgãos parlamentares, e governantes em relação às questões inerentes à cidadania feminina;
- Articular demandas, negociações e providências junto ao poder público;
- Definir representações do movimento em instâncias colegiadas, sejam elas do movimento ou do poder público, apoiando, acompanhando e respaldando estas representações;
- Discutir, propor e encaminhar proposições referentes aos interesses das mulheres no plano estadual, nacional e internacional. (p.4).

Assim como ocorrido no Grupo *Mulheres da Ilha*, a atuação do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM) se caracteriza pela articulação com núcleos e grupos de pesquisa, além do diálogo constante com organizações da sociedade civil, partidos políticos e instâncias governamentais. Essa vinculação reflete a estratégia do Fórum em fortalecer suas pautas por meio de redes interinstitucionais, garantindo maior alcance e legitimidade às reivindicações feministas no Maranhão. De acordo com o documento oficial do FMM, seus principais eixos de atuação estão centrados na organização de eventos e manifestações públicas, promovidos com o objetivo de “publicizar as reivindicações das mulheres no Maranhão” (Fórum Maranhense de Mulheres, 1986, p. 1). Essas ações visam não apenas dar visibilidade às demandas femininas, mas também pressionar o poder público por políticas concretas de enfrentamento às desigualdades de gênero.

O trabalho de campo realizado junto às militantes do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM) nos permitiu acessar um importante acervo fotográfico que documenta décadas de ativismo feminista no estado. Esses registros visuais constituem fontes primárias valiosas que complementam a pesquisa documental e os relatos orais, oferecendo uma dimensão concreta da

atuação do movimento.

As fotografias (abaixo) revelam a intensa e diversificada atuação do FMM em múltiplos espaços políticos e sociais. Nas imagens de manifestações públicas, é possível identificar a presença marcante do grupo em marchas históricas, como os atos do 8 de Março e as campanhas pelo fim da violência contra a mulher. Os registros mostram as militantes portando faixas e cartazes com reivindicações específicas, organizando comícios e ocupando as ruas com performances políticas criativas.

Além das ações de rua, o acervo documenta a participação do Fórum em espaços institucionais, como audiências públicas e reuniões em órgãos governamentais. Essas imagens revelam a estratégia dupla do movimento, que combinava pressão popular com incidência política formal. Nota-se nas fotos a presença constante de representantes do FMM em conselhos municipais e estaduais de direitos da mulher, demonstrando sua capacidade de interlocução com o poder público.

Os registros evidenciam uma presença marcante em espaços institucionais formais, com documentação frequente de participação em conselhos governamentais, comissões parlamentares e eventos oficiais. As imagens mostram sistemática interlocução com estruturas estatais, sugerindo uma estratégia de atuação voltada para a incidência política institucional. Nota-se nestes contextos uma adaptação aos códigos formais desses espaços, visível nas vestimentas, credenciais e materiais gráficos utilizados.

No âmbito acadêmico, as fotografias registram participação ativa em seminários, congressos e grupos de pesquisa universitários. Esses documentos visuais revelam a construção de uma interface entre ativismo e produção de conhecimento, com destaque para a presença em eventos científicos e atividades de extensão. Observa-se nestes espaços uma combinação entre a linguagem militante e o discurso acadêmico especializado.

A análise da composição etária revela predominância de mulheres em faixas de idade mais avançadas, sugerindo um perfil geracional específico na liderança do movimento. Os registros mostram ainda padrões recorrentes de apresentação pública, com uso consistente de elementos visuais de identificação coletiva.

Esses achados iconográficos apontam para um modelo particular de atuação política feminista no Maranhão, caracterizado pela combinação entre inserção institucional, produção de conhecimento e formas específicas de

mobilização pública. A documentação visual analisada permite compreender como o FMM construiu sua identidade coletiva e estratégias de ação ao longo de sua trajetória.

Imagem 10: Manifestações realizadas pelo Fórum Maranhense de Mulheres.



Fonte: Acervo das agentes do FMM.

Imagem 11: Integrantes do Fórum Maranhense de Mulheres na manifestação do dia 08 de Março em São Luís, 2020.



Fonte: Acervo das agentes do FMM.

Imagem 12: Mary Ferreira e Neuzeli Pinto recebendo homenagem em nome do Fórum do Governo do Estado do Maranhão na comemoração dos quatro anos da Casa da Mulher Brasileira, 2021.



Fonte: Acervo das agentes do FMM.

Durante os diálogos com as integrantes do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM), foram mencionados grupos internos que desempenham papel fundamental na organização e execução das atividades do Fórum. De acordo com os relatos, esses grupos são estruturados a partir de eixos temáticos específicos. Os principais grupos identificados são: 1 - Formação; 2- Mobilização; 3- Comunicação; 4- Controle Social.

O Núcleo de Formação destaca-se como espaço de produção e disseminação de conhecimento, responsável pela elaboração de programas educativos que vão desde círculos de estudo internos até oficinas comunitárias em bairros periféricos. Este grupo desenvolve materiais pedagógicos adaptados a diferentes públicos, demonstrando preocupação tanto com a capacitação contínua das próprias militantes quanto com a difusão do pensamento feminista junto a bases mais amplas da sociedade.

Já o Núcleo de Mobilização concentra-se no planejamento e execução de ações públicas, criando repertórios de protesto e engajamento que incluem desde manifestações tradicionais até performances políticas inovadoras. Sua atuação evidencia a capacidade do FMM em articular diferentes formas de pressão

social, adaptando-se aos contextos políticos específicos de cada momento histórico.

O Núcleo de Comunicação emerge como peça-chave na construção da imagem pública do Fórum, gerenciando desde a produção de boletins impressos até estratégias digitais contemporâneas. Sua função transcende a mera divulgação de atividades, constituindo-se como espaço de produção discursiva e enquadramento das pautas feministas na esfera pública.

Por fim, o Núcleo de Controle Social representa a interface institucional do movimento, dedicando-se ao monitoramento sistemático de políticas públicas e à interlocução com órgãos governamentais. Sua atuação revela a dupla estratégia do FMM, que combina mobilização de base com incidência em espaços formais de poder.

A participação das agentes pesquisadas nesta estrutura ocorre de forma dinâmica e multifacetada. Muitas delas transitam entre diferentes núcleos ao longo de suas trajetórias, acumulando experiências diversas que enriquecem sua atuação política. O modelo organizacional adotado pelo FMM demonstra notável capacidade de conciliar especialização funcional com integração coletiva, permitindo que o grupo mantenha coerência programática enquanto desenvolve diversas frentes de atuação simultâneas. Esta arquitetura organizacional ajuda a explicar tanto a resiliência histórica do Fórum quanto sua capacidade de adaptação às transformações do contexto político maranhense.

Tabela 17: Eixos de atuação do Fórum Maranhense de Mulheres

EIXO DE ATUAÇÃO	DESCRIÇÃO
Eixo 1 - Formação	Discussão sobre o que é o Fórum e quem faz parte; Formação e discussão sobre o papel e objetivo do FMM; Realizar ações com unidade e para fortalecer a luta das mulheres; Fazer projetos no sentido de buscar recursos para articulação e mobilização dos Fóruns nos municípios Formação no interior do Maranhão; Curso de Formação de Multiplicadoras; Realização do Encontro Pesquisadoras de Gênero; Cursos de formação dentro das pesquisa do grupo; Formação em gênero, feminismo e empoderamento das mulheres para participantes do Fórum e organizações de mulheres; Realizar seminários, cursos e eventos; Organização e participação de formações e debates nas escolas; Realizar mesa redonda sobre os assuntos: Enfrentamento da Violência contra as mulheres; Lei Maria da Penha.

Eixo 2 - Mobilização	Organizar o Ato do 8 de Março Unificado; Criação de grupos de Mulheres em bairros e localidades diversas em São Luís; Realizar “Marcha pela Eliminação da Violência contra Mulher” em articulação com os movimentos de mulheres; Promover ação no Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres; Elaborar produtos para vender, tais como: agenda, calendário, camisas, etc; Abrir pontos de apoio para a venda desses materiais.
Eixo 3 - Comunicação	Realizar oficina de comunicação com as participantes do Fórum e das organizações de mulheres: Gerenciamento das Redes Sociais; - Produção de conteúdo (Jornal Elaborar campanha para ações; - Elaborar notas para postar nos jornais e FanPage do Fórum
Eixo 4 - Controle Social	Mapeamento dos casos de violência contra mulher na grande ilha; Acompanhar casos de mulheres que solicitaram apoio do Fórum; Realizar oficinas para mulheres pesquisadoras

Fonte: Carta de Princípios e Adesão do Fórum e relato das agentes.

O Fórum Maranhense de Mulheres (FMM) mantém uma rotina organizacional baseada em reuniões periódicas que ocorrem de duas a três vezes por mês. Esses encontros regulares servem como eixo central para o alinhamento de pautas, planejamento estratégico e avaliação das ações em andamento. No entanto, o grupo demonstra flexibilidade ao intensificar a frequência das reuniões em períodos de maior mobilização, como durante os preparativos para o Dia Internacional da Mulher (8 de Março), a Marcha das Mulheres Negras ou outros eventos relevantes no calendário feminista.

A ausência de uma sede física própria configura-se como um aspecto marcante da dinâmica organizacional do FMM. Essa condição levou ao desenvolvimento de uma logística espacial adaptativa, que se apoia em diferentes tipos de espaços para realizar suas atividades. As residências particulares de algumas integrantes frequentemente se transformam em locais de reunião, criando uma atmosfera que mistura o caráter político com relações de proximidade entre as participantes.

Para encontros de maior porte, o Fórum utiliza espaços institucionais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), localizada no Centro Histórico de São Luís. Essa escolha reflete não apenas necessidades práticas de infraestrutura, mas também a histórica relação entre movimentos feministas e sindicais. O Solar Cultural Maria Firmina dos Reis, outro espaço frequentemente

utilizado, agrega valor simbólico por homenagear uma importante figura feminina maranhense. Essa mobilidade espacial revela tanto as limitações materiais enfrentadas pelo movimento quanto sua capacidade de adaptação organizacional. A alternância entre espaços privados e públicos, entre ambientes informais e institucionais, espelha a natureza híbrida do próprio FMM, que conjuga diferentes formas de atuação política. A seleção dos locais não parece casual, mas sim estratégica, privilegiando espaços que carregam significados políticos ou culturais relevantes para a identidade do grupo.

Embora imposta pelas circunstâncias, essa configuração logística acabou por desenvolver no Fórum uma notável capacidade de operar de forma descentralizada e adaptável. Essas características podem ter contribuído significativamente para sua permanência e relevância contínua no cenário do ativismo feminista maranhense, demonstrando como limitações materiais podem ser transformadas em estratégias organizacionais eficazes.

Apesar da ausência de um espaço físico próprio, o Fórum mantém uma presença ativa nas redes sociais e em *plataformas digitais*. Seus principais canais de comunicação incluem *Instagram*, *Facebook* e um *site* institucional, por meio dos quais divulga eventos, artigos e mobilizações. No *Instagram*, as postagens são semanais e abordam temas diversos, relacionados às atividades do Fórum. Atualmente, a conta possui 1.186 seguidoras/es. No *Facebook*, o Fórum mantém uma *Fanpage* interativa, onde membros/as podem publicar, compartilhar percepções e relatar experiências. A página conta com aproximadamente 2,1 mil seguidores/as e cerca de 1,9 mil curtidas nos conteúdos publicados. Já no *site* oficial, são disponibilizados conteúdos variados, incluindo informações sobre eventos, publicações acadêmicas e artigos das agentes.

4.2. Inserções e frentes de atuação das porta-vozes do “feminismo maranhense”

Diante desse cenário, fica evidente que tanto o Grupo *Mulheres da Ilha* quanto o Fórum Maranhense de Mulheres desempenham um papel central na articulação do debate sobre “gênero” no estado. As agentes entrevistadas destacam esses espaços como fundamentais para o fortalecimento da “causa feminista” maranhense, proporcionando maior visibilidade e estrutura para as discussões e ações políticas. Além disso, a interseção entre diferentes áreas e frentes de atuação fortaleceu o movimento feminista no Maranhão, permitindo

uma abordagem que busca abarcar as diversas dimensões desse campo tão heterogêneo.

No intuito de mapear as redes de relações das agentes, elaboramos um fluxograma (abaixo), que ilustra os principais espaços de circulação entre elas. A construção desse fluxograma foi baseada no mapeamento das instâncias discutidas nos tópicos anteriores. Vale ressaltar que não foram incluídas descrições sobre atividades profissionais e ocupação de cargos institucionais, uma vez que essas informações já estão detalhadas nos quadros 7, 8 e 9.



Fonte: Elaboração própria da autora a partir da Plataforma Lattes (CNPQ); Ferreira (2003) e Moraes (2016).

Evidentemente, há outros espaços atrelados aos mencionados no fluxograma, mas optamos por destacar aqueles que demonstram as principais relações e ações (individuais e coletivas) desenvolvidas pelas agentes desde os anos 1980. A partir dessa análise, podemos identificar duas principais frentes de socialização e formação/interação política e cultural, que, apesar de apresentarem singularidades, são interdependentes: **a)** uma frente de caráter mais “político-militante”, vinculada aos engajamentos femininos no Maranhão a partir da década de 1980, especialmente por meio das mobilizações do Grupo *Mulheres da Ilha* (GMI). Embora esse grupo tenha surgido em um contexto de reestruturação do movimento estudantil unificado, fortemente influenciado pela base católica progressista, sua atuação se concentrou em ações e parcerias político-partidárias com instâncias governamentais do Estado, visando a implementação de políticas públicas voltadas às demandas do seu público-alvo. **b)** Uma frente de caráter mais “universitário-institucional”, relacionada à criação e consolidação de núcleos e grupos de estudos sobre gênero nas principais universidades do Maranhão, notadamente a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Essas frentes também podem ser caracterizadas pelos investimentos realizados pelas cinco agentes em suas trajetórias acadêmicas e militantes. Os dados levantados indicam que quatro das cinco agentes iniciaram seus engajamentos na década de 1980, acompanhando as mobilizações emergentes no Maranhão.

Em 1997, Conceição Amorim, então integrante do Centro de Direitos Padre Josimo, articulou, junto ao Clube de Mães, à Pastoral da Mulher e ao Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais, a criação do Fórum de Mulheres de Imperatriz (MA). Anos depois, graduou-se em Serviço Social e, embora não tenha cursado pós-graduação *stricto sensu*, realizou especializações em áreas e temas alinhados com sua militância (conforme Quadro 7). Em 2002, iniciou atividades como Educadora Popular no Gabinete da Deputada Estadual Helena Barros Heluy (GED). Em 2006, passou a atuar na Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA) e, entre 2014 e 2017, exerceu funções na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

No início da década de 1980, Lourdes Leitão, Mary Ferreira e Silvano Magali participaram da fundação do Grupo *Mulheres da Ilha* (GMI). À época, Lourdes Leitão já havia concluído sua graduação, enquanto Mary Ferreira

formou-se em Biblioteconomia no ano seguinte. Nos anos 1990, Lourdes Leitão ingressou no mestrado na UFMA, concluindo seu doutorado em 2005, também pela mesma instituição. Paralelamente às atividades acadêmicas (Quadros 7 e 8), Lourdes Leitão ocupou cargos político-administrativos: foi vice-presidenta do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís (2001-2003) e eleita presidenta desse órgão em 2004. Em 2007, convite do governador Jackson Lago (PDT), assumiu a Secretaria de Estado da Mulher (SEM) do Maranhão, onde permaneceu até 2009. Em 2013, retornou ao Conselho Municipal da Condição Feminina, desempenhando atividades até 2015 (Morais, 2016).

Mary Ferreira, por sua vez, ingressou no mestrado na UFMA nos anos 1990 e posteriormente realizou o doutorado na UNESP. Antes de se consolidar como pesquisadora e professora universitária, assumiu cargos político-administrativos: Em 1982, foi convidada pelo Governo Municipal de Arari (MA) para dirigir a Biblioteca Pública da cidade; em 1985, ocupou uma posição na Secretaria Municipal de Arari. Ao retornar a São Luís, assumiu a direção do Arquivo Público do Estado do Maranhão e, posteriormente, da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Silvane Magali formou-se em Serviço Social pela UFMA no final da década de 1980 e, dois meses depois, ingressou na Secretaria de Desenvolvimento Social do Maranhão (SEDESP) por meio de um processo seletivo para assistente social. Em meados de 1990, passou a atuar na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), ao mesmo tempo em que ingressou no mestrado em Psicologia Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Desde 1992, Silvane Magali ocupava cargos docentes na UFMA. Em 2015, devido ao reconhecimento de suas atividades acadêmicas, foi cedida pela UFMA ao Governo do Estado do Maranhão para assumir o cargo de Diretora Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Atualmente, exerce a função de Assessora Especial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP/MA) (Morais, 2016).

Diferentemente das demais, Neuzeli Pinto não teve sua trajetória inicial vinculada ao Maranhão. Natural de Minas Gerais, chegou ao estado por volta dos anos 2000. No entanto, assim como as outras agentes, encontrou na

universidade um espaço privilegiado de formação política. Ainda no mestrado (USP), durante a década de 1990, interessou-se pelo trabalho feminino em famílias de classes populares. Sua inserção nos debates feministas foi influenciada pelo contexto das universidades paulistas, onde desde os anos 1980 os estudos de gênero estavam em ascensão, com a criação dos primeiros núcleos e grupos de pesquisa sobre a temática. No doutorado (UFPA, 2009), investigou redes de apoio social e relações de trabalho de mulheres em comunidades rurais do Pará e do Maranhão. Sua formação na UFPA possibilitou o contato com o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero (GEPEM/UFPA), um dos primeiros núcleos da região Norte vinculados à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

Posteriormente, ingressou como docente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e aprofundou seus estudos em gênero, sexualidade e trabalho, fundando o Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). Esse núcleo mantém relações diretas com grupos da UFMA, UFPA e com a REDOR. Além disso, Neuzeli Pinto assumiu cargos administrativos no CCSA/UEMA e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDRS/UEMA).

Conforme argumenta Petrarca (2013), em países como o Brasil, as profissões emergem como categorias políticas. A alta pessoalização das relações de poder e a dependência de redes de contato fazem com que os títulos acadêmicos sejam usados como recursos para ocupar posições estratégicas em diferentes domínios sociais. No caso investigado, os títulos acadêmicos adquiridos e acumulados pelas agentes não apenas conferiram legitimidade às suas trajetórias, mas também permitiram a inserção em espaços políticos e administrativos, consolidando seu reconhecimento social e militante.

Além disso, observamos uma intensa articulação entre três das cinco agentes (Lourdes Leitão, Mary Ferreira e Silvane Magali), que participaram de eventos importantes nas décadas de 1980 e 1990. A universidade desempenhou um papel central na formação intelectual e política dessas agentes, fornecendo não apenas conhecimento acadêmico, mas também códigos culturais e redes de sociabilidade que possibilitaram sua atuação em diversos espaços.

De acordo com os dados, observa-se um intenso contato entre três das cinco

agentes: Lourdes Leitão, Mary Ferreira e Silvana Magali. Essas agentes participaram de eventos importantes nas décadas de 1980 e 1990, atuando ativamente na organização e fortalecimento do movimento feminista no Maranhão.

Lourdes Leitão, em 1980, durante a efervescência dos movimentos de esquerda no Maranhão pela redemocratização, realizava atividades na Pastoral da Juventude (PJ) e já demonstrava um crescente interesse pelas pautas femininas, especialmente no que dizia respeito ao acesso às creches. Ao ingressar como docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1992, recebeu um convite para participar de uma pesquisa nacional coordenada por Suely de Souza Andrade e Heleieth Saffioti, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre violência contra as mulheres. Com o incentivo de Ieda Cutrim Batista (professora do curso de Serviço Social da UFMA, já falecida), Lourdes Leitão deu continuidade à pesquisa, que posteriormente se tornou sua dissertação de mestrado.

No mesmo ano, Mary Ferreira prestou concurso para a UFMA, sendo nomeada professora auxiliar. Nesse contexto, envolveu-se ativamente nas discussões para a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Cidadania e Relações de Gênero (NIEPEM).

Em um trecho entrevista cedido ao estudo de Moraes (2016), a agente menciona:

Em 1993, realizamos as primeiras reuniões com as pesquisadoras que já atuavam na universidade e eram dos movimentos feministas ou já tinham produção acadêmica dentro dos estudos de gênero. Nesse caso, eram eu, a professora Lourdes Leitão, a própria Ieda Batista, que tomou a iniciativa, a professora Sandra Nascimento, que é da Sociologia, a professora Terezinha Moreira Lima, do Departamento de Serviço Social, e a professora Diomar Motta, do Departamento de Educação. Podemos então afirmar que fomos nós a dar início à construção do núcleo de estudos e pesquisa. A partir de então, começou-se a articular um debate mais intenso sobre estudos de gênero na UFMA, quando criamos o Grupo Mulheres da Ilha. (Moraes, 2016, p. 124).

Cinco anos depois, ocorreu o 7º Encontro da REDOR no Maranhão, organizado pela Prof.^a Mary Ferreira em parceria com as demais pesquisadoras citadas. Esse evento foi, segundo as palavras da própria agente, “relevante para o fortalecimento do movimento das docentes da UFMA e do Maranhão” (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]). Além disso, “ampliou as redes

de socialização com a vinda de outras pesquisadoras e grupos de pesquisa de diversas regiões do país” (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]). Um dos principais desdobramentos desse encontro foi a entrada das pesquisadoras maranhenses no grupo de trabalho ‘Gênero e Feminismo’ da REDOR, com destaque para a atuação de Mary Ferreira, que desenvolveu um trabalho significativo dentro do grupo.

Em 2006, Lourdes Leitão criou o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS/UFMA), juntamente com as professoras Terezinha Lima e Silvane Magali, desenvolvendo um trabalho de formação sobre gênero dentro da universidade (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]). Em 2009, ocorreu o 15º Encontro da REDOR e o Encontro de Pesquisadoras Maranhenses sobre Gênero, eventos que, segundo Mary Ferreira, “permitiram, além das interlocuções entre as pesquisadoras do Maranhão, a divulgação e publicação de pesquisas dos núcleos e grupos de pesquisa e a articulação de atividades conjuntas em prol da luta feminista no Estado” (FERREIRA, Mary. Entrevista IV. [set. 2024]).

Enquanto isso, Conceição Amorim, durante a década de 1990, desenvolvia atividades na cidade de Imperatriz (MA). Seu trabalho no Fórum de Mulheres de Imperatriz a colocou em contato com outras agentes que atuavam na capital do Estado, promovendo uma articulação entre diferentes núcleos feministas do Maranhão. Neuzeli Pinto ingressou no Fórum Maranhense de Mulheres apenas em 2016, a convite de Mary Ferreira. No entanto, seu trabalho de pesquisa e suas produções acadêmicas sobre a temática feminista já precediam sua entrada na instituição. Além disso, antes mesmo de se associar ao Fórum, Neuzeli já mantinha contatos com professoras e pesquisadoras feministas da REDOR, o que facilitou sua inserção na rede de pesquisadoras que compõem a luta feminista maranhense.

Além disso, as redes de contatos que construíram ao longo de suas carreiras permitiram que atuassem em diversos espaços. Eliana Reis (2015), em seu estudo sobre os militantes da luta contra a ditadura no Rio Grande do Sul, identifica a universidade como um “dos principais vetores de transmissão, diversificação das modalidades de atuação, dos conteúdos e dos recursos pertinentes à ativação nas dinâmicas de intervenção” (Reis, 2015, p. 10).

Reflexão que se aproxima do universo apresentado. Essas redes advêm, como identifica Reis (2015), das sociabilidades agregadas pelos trânsitos nacionais e internacionais realizados pelas agentes. Quatro das cinco investigadas circularam por outros estados e universidades brasileiras ainda durante sua formação, sendo uma delas em nível internacional. Segundo a autora, “esses trânsitos viabilizaram a importação de novas temáticas e esquemas de interpretação” (*Ibidem*, p. 13), que podem ser acionados como trunfos e distinções nos espaços de atuação.

Identificamos que quatro das cinco agentes ingressaram na luta política do feminismo maranhense ainda na eclosão dos movimentos feministas no Brasil e no mundo, durante as décadas de 1980 e 1990. Essas mulheres participaram da constituição e organização de grupos feministas — como o Grupo *Mulheres da Ilha* (GMI) e o Fórum de Mulheres de Imperatriz — e realizaram atividades públicas de engajamento em torno da causa defendida. Ainda que uma das cinco agentes não tenha ingressado na luta nesse período de efervescência política, ela fortaleceu suas identificações com a causa via universidade, estabelecendo redes de contatos qualificados e acumulando competências e expertises, o que lhe garantiu reconhecimento como porta-voz do feminismo maranhense.

A entrada na luta política em um momento histórico de contestação e mobilização social forneceu aos quatro perfis que participaram diretamente desse contexto um repertório significativo, que pode ser mobilizado em diferentes espaços de atuação. Suas biografias políticas são constantemente retomadas como parte de suas trajetórias de militância, reforçando seus feitos e contribuições para a causa feminista maranhense. Já a quinta agente (Neuzeli Pinto), que não participou desse cenário inicial de fluidez política, mobiliza seu repertório principalmente pelo aparato institucional, utilizando os saberes adquiridos na formação universitária e os títulos acadêmicos como principais recursos de legitimação. No entanto, seu reconhecimento não se dá apenas pela aquisição de títulos, mas também pela capacidade de estabelecer vínculos com outras agentes feministas historicamente reconhecidas como referências da luta no Maranhão.

Esse conjunto de fatores viabiliza o reconhecimento das agentes como “porta-vozes” e “intelectuais” do “feminismo maranhense”. Além das suas trajetórias militantes e acadêmicas, um ator determinante para a consolidação

dessa legitimidade foram os investimentos na produção intelectual e na escrita, que desempenha um papel central na proeminência conquistada por elas. A interseção entre engajamento político e produção intelectual é um elemento-chave para compreender a trajetória dessas agentes. Como argumenta Odaci Luiz Coradini (2017) em contextos como o brasileiro, onde a autonomia dos campos políticos e intelectuais é limitada, os processos de politização não podem ser analisados de forma linear ou homogênea.

No Brasil, a política não se restringe à atuação em partidos ou em cargos públicos, mas se manifesta em diferentes dimensões do espaço social, atravessando a produção de conhecimento, a ocupação de cargos administrativos e a formulação de políticas públicas. Odaci Coradini (2017, p. 44) argumenta que, “nas conjunturas *extraocidentais*, a política mantém um peso maior na conformação da estrutura de posições e no acesso a recursos sociais; por outro lado, não há algum referencial universalizável para os significados do que constitui esta ‘política’”. Essa afirmação revela que, em contextos como o maranhense, as relações de poder, hierarquia e distribuição de recursos são fortemente moldadas por fatores políticos. Além disso, as decisões tomadas dentro das universidades, dos fóruns feministas e das instâncias governamentais têm impacto significativo na distribuição de oportunidades e no reconhecimento das agentes. No entanto, a fluidez da política faz com que não exista um único referencial para definir o que é ou não uma atuação política legítima, resultando em múltiplas formas de engajamento e reconhecimento.

Dessa forma, os processos de politização podem ser observados nas diferentes “modalidades” de “representação de interesses” em que elas se inserem. Odaci Coradini (2017, p. 53) destaca que, “nas sociedades onde há forte justaposição entre os espaços sociais, a política se manifesta por meio da utilização de organismos ‘burocráticos’ como meio de politização”. Esse fenômeno pode ser identificado na trajetória das cinco agentes estudadas, pois suas inscrições institucionais não apenas garantiram reconhecimento acadêmico, mas também funcionaram como “espaços estratégicos” para o fortalecimento de sua pauta feminista. Ao ocuparem cargos administrativos em universidades, participarem de conselhos e secretarias estaduais e se envolverem com núcleos e grupos de pesquisa, essas mulheres ampliaram seu alcance político, consolidaram suas redes de influência e fortaleceram a agenda feminista no Maranhão. Assim, as representações de interesses e a ocupação de espaços

estratégicos garantiram a essas agentes uma maior capacidade de incidência política e reconhecimento público, ainda que esse processo não tenha sido altamente racionalizado ou antecipado por elas. Mesmo que o engajamento político dessas mulheres tenha ocorrido de formas variadas e em diferentes momentos históricos, suas posições no espaço social foram constantemente fortalecidas por suas inserções institucionais, acadêmicas e militantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dessas trajetórias revela que o reconhecimento político e intelectual das agentes investigadas não pode ser reduzido a um único fator, mas sim compreendido como resultado de múltiplas variáveis interligadas. O contexto político, as experiências de militância, a formação acadêmica, os trânsitos nacionais e internacionais e a inserção em redes de contato foram determinantes para a consolidação de suas posições como porta-vozes do feminismo maranhense. A escrita e a produção intelectual também desempenharam um papel essencial nesse processo, pois permitiram que essas mulheres registrassem suas trajetórias, debates e reflexões, conferindo legitimidade às suas lutas e ampliando seu impacto social e acadêmico. Dessa forma, suas atuações não se limitaram ao ativismo de base ou à militância em grupos feministas, mas também se estenderam às universidades, aos órgãos governamentais e às esferas de produção de conhecimento.

Esta dissertação teve como objetivo compreender as trajetórias e os mecanismos de legitimação das “porta-vozes” do “feminismo maranhense”, analisando suas inserções em diferentes espaços de atuação – acadêmico, político e militante – e como essas dimensões se articulam na construção de suas posições no campo feminista. Buscamos, ao longo deste estudo, evidenciar de que forma as experiências, os vínculos estabelecidos e as estratégias mobilizadas por essas mulheres foram fundamentais para que se tornassem figuras de referência dentro da “causa feminista” no Maranhão.

No primeiro capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa e a importância de considerar as intersecções entre as esferas acadêmica, política e cultural para compreender a atuação dessas mulheres. Foi fundamental evidenciar que as fronteiras entre esses espaços não são rígidas e que os percursos individuais das agentes analisadas estão marcados por sobreposições e articulações entre essas diferentes lógicas. A análise das trajetórias das porta-vozes revelou que seu reconhecimento não se dá de forma linear, mas sim por meio de um processo contínuo de acúmulo de experiências e legitimações em distintos espaços.

O segundo capítulo desta dissertação dedicou-se a reconstituir as condições históricas que possibilitaram o surgimento e consolidação do movimento feminista no Maranhão, com especial atenção aos espaços que funcionaram como verdadeiros viveiros de formação política para as futuras lideranças. A análise concentrou-se no período da transição democrática (final dos anos 1970 e década de 1980), quando se estruturaram as bases para o ativismo feminista no estado.

O trabalho demonstrou como três principais arenas de militância prepararam o terreno para o feminismo maranhense: 1) Os espaços eclesiais de base: As Pastorais da Juventude e outros grupos vinculados à Igreja Católica progressista emergiram como verdadeiras escolas de formação política. Nesses ambientes, as jovens maranhenses tiveram seu primeiro contato com discussões sobre justiça social, organização coletiva e direitos humanos - temas que posteriormente seriam ressignificados sob a ótica de gênero. A atuação nas pastorais permitiu o desenvolvimento de habilidades de liderança e uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais, incluindo aquelas que afetavam especificamente as mulheres. 2) Os movimentos sociais urbanos: A Greve pela Meia Passagem (1979) e a atuação na Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos configuraram-se como espaços fundamentais de aprendizado prático da militância.

Esses movimentos proporcionaram experiências concretas de organização coletiva, mobilização de rua e negociação política - competências que seriam posteriormente transferidas para a luta feminista. Destaca-se o caráter intergeracional e intersetorial dessas articulações, que reuniam estudantes, trabalhadores e intelectuais em torno de causas comuns. 3) O meio universitário: A inserção progressiva das mulheres no ambiente acadêmico, particularmente na Universidade Federal do Maranhão, permitiu o acesso a teorias feministas e a construção de uma linguagem política mais sofisticada. A universidade funcionou como espaço de convergência entre o conhecimento acadêmico e o ativismo prático, possibilitando a elaboração de um feminismo que dialogava tanto com as demandas locais quanto com os debates nacionais e internacionais.

A pesquisa revelou como essas três esferas - eclesial, militante e acadêmica - se interconectaram na formação de um capital político específico que caracterizou as lideranças feministas maranhenses. A análise das trajetórias demonstrou que muitas militantes circularam por esses diferentes espaços, acumulando

experiências e recursos que posteriormente mobilizaram na construção do movimento feminista organizado. O capítulo também destacou o processo de ressignificação pelo qual passaram essas experiências formativas. O que inicialmente era uma militância genérica por justiça social transformou-se, progressivamente, em um ativismo especificamente feminista, à medida que as mulheres passaram a interpretar sua realidade através das lentes de gênero. Esse movimento de apropriação e transformação é visível nos relatos das próprias militantes, que reinterpretem suas trajetórias à luz de sua consciência feminista posterior.

Por fim, a análise permitiu compreender como o feminismo maranhense soube articular, desde suas origens, o enraizamento local com a abertura para influências externas, a prática militante com a reflexão teórica, criando uma identidade política singular no cenário do movimento de mulheres brasileiro.

No terceiro capítulo, detalhamos os perfis das cinco agentes estudadas, suas origens sociais e seus percursos formativos. O levantamento de dados sobre suas trajetórias evidenciou a relevância da escolarização como um fator determinante para suas trajetórias e inserções no meio acadêmico. Além disso, verificamos que a universidade funcionou como um espaço de socialização política e fortalecimento das conexões entre elas, permitindo a consolidação de suas atuações como intelectuais feministas. Ainda que suas origens sociais sejam diversas, todas construíram percursos marcados pelo acúmulo de capital acadêmico e pela ocupação de cargos em instituições que ampliaram sua capacidade de articulação política. Analisamos a atuação acadêmica e profissional das agentes, demonstrando como suas carreiras foram moldadas por um trânsito constante entre a militância e a produção intelectual. Destacamos a ocupação de cargos administrativos nas universidades, a participação na criação de núcleos de pesquisa sobre gênero e feminismo, além do investimento na produção de livros, artigos e textos jornalísticos. Identificamos que essa produção escrita não apenas contribuiu para a difusão de suas ideias e atuação, mas também se constituiu como uma estratégia de afirmação dentro e fora do espaço acadêmico, consolidando-as como referências na área.

No quarto capítulo, aprofundamos a análise sobre a institucionalização da luta feminista no Maranhão, destacando, de forma especial, a criação e a trajetória do Fórum Maranhense de Mulheres (FMM). Essa discussão está diretamente vinculada à consolidação de espaços organizativos e ao fortalecimento das pautas de gênero

no cenário político estadual. Por meio de um mapeamento minucioso, identificamos as principais ações, estratégias e articulações desenvolvidas pelo FMM ao longo dos anos, evidenciando seu papel central na mobilização social e na reivindicação de direitos das mulheres.

A partir da experiência acumulada no Grupo *Mulheres da Ilha* — coletivo precursor e fundamental na formação de lideranças e no acúmulo político das integrantes —, o Fórum se consolidou como um espaço de mediação entre a sociedade civil e o poder público. Sua atuação tem possibilitado a ampliação dos canais de diálogo institucional, criando condições mais favoráveis para a inserção das demandas feministas nas agendas governamentais.

O levantamento das atividades desenvolvidas pelo FMM revelou uma atuação multifacetada, que abrange desde a assessoria e suporte a movimentos sociais locais até a proposição e acompanhamento de políticas públicas voltadas às mulheres, com ênfase nas mais vulnerabilizadas. Além disso, destaca-se sua capacidade de mobilização popular, promovendo eventos, campanhas de conscientização, seminários e incidência junto aos poderes Legislativo e Executivo. Essa multiplicidade de ações reflete a complexidade e a riqueza das estratégias adotadas pelo Fórum, que combina militância de base com incidência institucional, reafirmando seu protagonismo na luta pelos direitos das mulheres no Maranhão.

Esta pesquisa revelou a existência de duas dimensões complementares na trajetória das ativistas e na conformação do movimento feminista no Maranhão. A primeira dimensão, de natureza **político-militante**, consolidou-se durante as mobilizações dos anos 1980, quando as demandas feministas ganharam visibilidade ao se articular com as lutas pela redemocratização do país. Nesse período crucial, os grupos de mulheres maranhenses - muitos deles surgidos no calor das manifestações contra a ditadura - conseguiram inserir suas pautas específicas na agenda política estadual, transformando questões antes consideradas privadas, como violência doméstica e direitos reprodutivos, em temas de debate público. Paralelamente, desenvolveu-se uma segunda frente de atuação, de caráter **universitário-institucional**, que ganhou força com a gradual institucionalização dos estudos de gênero nas universidades locais. Esta vertente permitiu que o feminismo maranhense adquirisse solidez teórica e legitimidade acadêmica, com a criação de núcleos de pesquisa, disciplinas específicas e produção científica voltada para as questões de gênero. A atuação das feministas no meio universitário não se

limitou à produção de conhecimento, mas também formou novas gerações de pesquisadoras e ativistas, garantindo a continuidade do movimento.

A análise demonstra que o reconhecimento dessas mulheres como lideranças do feminismo maranhense resultou precisamente da intersecção entre esses dois domínios. Sua formação acadêmica proporcionou não apenas o domínio de conceitos e teorias fundamentais, mas também o acesso a redes de sociabilidade intelectual que ampliaram seu capital cultural e político. Simultaneamente, seu engajamento militante em grupos, fóruns e movimentos sociais lhes conferiu uma legitimidade prática, ancorada na experiência concreta das lutas feministas.

Essa dupla inserção - na academia e na militância - criou um efeito de reforço mútuo: o prestígio acadêmico validava sua atuação política, enquanto a experiência militante enriquecia sua produção intelectual. Como resultado, essas mulheres conquistaram reconhecimento simultâneo como referências teóricas no meio universitário e como lideranças políticas no movimento feminista, ocupando espaços de influência em ambas as esferas.

Com base nas análises desenvolvidas, foi possível constatar que a construção do reconhecimento dessas agentes no cenário feminista maranhense se dá por meio da intersecção entre formação acadêmica, engajamento político e redes de sociabilidade. A inserção no meio universitário proporcionou não apenas acesso a conhecimentos específicos, mas também possibilitou a construção de vínculos estratégicos que reforçaram suas posições enquanto referências na luta feminista. Ao mesmo tempo, a participação ativa em grupos de mulheres, fóruns e movimentos sociais garantiu a elas uma legitimidade fundamentada na prática militante, criando um duplo reconhecimento: tanto no campo acadêmico quanto na militância feminista.

Outro aspecto fundamental identificado foi a atuação dessas agentes na produção e circulação de discursos feministas no Maranhão, seja por meio da escrita, da docência ou da participação em eventos e debates públicos. A escrita, nesse sentido, funcionou como um importante recurso de legitimação, permitindo a consolidação de suas trajetórias enquanto intelectuais feministas. Ao se dedicarem à produção de conhecimento sobre o feminismo e as questões de gênero, essas mulheres não apenas fortaleceram suas posições dentro do campo acadêmico, mas também contribuíram para a difusão e institucionalização da “causa feminista” na região. Além disso, a pesquisa evidenciou que, ao longo de suas trajetórias, essas

mulheres transitaram entre diferentes espaços e estabeleceram interlocuções com diversas esferas da sociedade, incluindo partidos políticos, organizações governamentais e entidades da sociedade civil.

Como já mencionado, a presente pesquisa se insere na gleba de estudos sobre mulheres desenvolvidos no Laboratório de Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) e estabelece diálogos significativos com os trabalhos de Sonayra dos Santos Carneiro, em *Perfis, Produções e Apropriações de Autoras Referenciadas em Trabalhos sobre a "Amazônia"*, e de Andressa de Carvalho Machado e Eliana Tavares dos Reis, em *Perfis e Itinerários de Mulheres Intérpretes do Maranhão*. A principal convergência entre esses estudos reside na investigação das trajetórias e perfis de mulheres que ocupam posições de destaque na produção intelectual, cultural e política. No entanto, cada uma dessas pesquisas possui enfoques e abordagens metodológicas específicas, o que geram aproximações e interlocuções relevantes em relação ao estudo aqui desenvolvido.

Uma das principais aproximações entre os trabalhos está na ênfase nos recursos simbólicos e nas redes de sociabilidade como fatores determinantes na construção das trajetórias das mulheres estudadas. Tanto as intérpretes culturais do Maranhão quanto as intelectuais da Amazônia e as militantes feministas analisadas nesta dissertação foram legitimadas a partir da articulação entre produção intelectual, atuação profissional e inserção em redes estratégicas. A ideia de que o reconhecimento dessas mulheres não foi fruto apenas de mérito individual, mas de um conjunto de interações e investimentos específicos é um eixo comum entre os estudos.

Outro ponto de convergência entre os trabalhos é a circulação dessas mulheres pela universidade. As universidades aparecem como espaços de formação e consagração. Nos três estudos, a universidade aparece como um lugar privilegiado de transmissão de repertórios, acúmulo de conhecimentos e fortalecimento de redes de contatos que possibilitaram às mulheres investigadas consolidar suas posições. No caso das intelectuais da Amazônia analisadas por Carneiro, suas produções foram incorporadas e referenciadas em trabalhos acadêmicos, demonstrando que a consagração nesse espaço depende de processos de apropriação e citação. Da mesma forma, as intérpretes culturais estudadas por Machado e Reis construíram sua legitimidade a partir da produção acadêmica e cultural, sendo reconhecidas tanto dentro quanto fora da universidade.

Essa dinâmica também se reflete no estudo sobre as militantes feministas do Maranhão, que mobilizaram a universidade como um espaço de qualificação e credenciamento para a militância. A maioria das agentes analisadas nesta dissertação passou pela academia, realizando pesquisas e especializações que fortaleceram suas atuações no terreno feminista e possibilitaram a ocupação de espaços institucionais estratégicos. O vínculo com núcleos de pesquisa e a participação em debates acadêmicos sobre gênero foram aspectos fundamentais na consolidação da “causa feminista” como um espaço legítimo de atuação política.

Além disso, destacamos a centralidade da escrita e da produção intelectual como forma de reconhecimento e intervenção social. Nos três trabalhos, as mulheres analisadas investiram na produção de livros, artigos e pesquisas que ajudaram a consolidar suas posições e a difundir suas agendas. No caso das intelectuais da Amazônia, a publicação de textos acadêmicos foi um elemento fundamental para sua legitimação no domínio científico. Da mesma forma, as intérpretes culturais do Maranhão alcançaram visibilidade por meio da publicação de obras que reforçaram sua autoridade no debate cultural e histórico sobre a região. Essa dinâmica também está presente na atuação das militantes feministas investigadas nesta dissertação, que utilizaram a escrita como um instrumento de fortalecimento da militância e de construção de um discurso legitimador sobre o “feminismo maranhense”. A publicação de livros, artigos e registros históricos sobre a luta feminista não apenas consolidou essas mulheres como referências nos domínios políticos, mas também permitiu que a “causa feminista” ganhasse visibilidade e reconhecimento dentro e fora do Maranhão.

Outro ponto de interseção entre as pesquisas é o papel das redes e organizações na consolidação das trajetórias das mulheres investigadas. Tanto as intelectuais da Amazônia quanto as intérpretes culturais do Maranhão e as militantes feministas do Maranhão não atuaram isoladamente, mas em coletivos, núcleos de pesquisa, partidos políticos e redes que ampliaram sua capacidade de atuação e seu reconhecimento. A criação e a participação em organizações foram elementos centrais para a legitimidade dessas mulheres, demonstrando que a inserção em grupos e centros de consagração são fatores determinantes para a construção de algum tipo de reconhecimento social.

As três pesquisas apontam que o gênero foi um fator estruturante na trajetória dessas mulheres, embora mobilizado de maneiras distintas. No estudo

sobre as intelectuais da Amazônia, a questão de gênero aparece na forma como suas produções foram apropriadas e citadas, indicando que a consagração acadêmica das mulheres passa por desafios específicos dentro do domínio científico. No estudo sobre as intérpretes culturais do Maranhão, as questões de gênero são abordadas em relação às desigualdades de reconhecimento e à forma como essas mulheres conseguiram se inserir em espaços tradicionalmente dominados por homens. Já na presente pesquisa, a questão de gênero é o eixo central, pois analisa a construção da militância feminista como um terreno de disputas e consagração política.

Por fim, os três estudos se debruçam na análise das interseções entre espaços culturais, acadêmicos e políticos na construção das trajetórias das mulheres investigadas. Nos três trabalhos, as fronteiras entre esses domínios são fluidas, e as mulheres analisadas transitaram entre diferentes domínios mobilizando recursos específicos de cada um para fortalecer suas posições. Essa característica demonstra que, independentemente do espaço de atuação – seja na academia, na cultura ou na militância –, o reconhecimento dessas mulheres foi construído por meio de múltiplos investimentos, combinando escrita, participação institucional e redes de apoio. Portanto, embora cada pesquisa tenha um foco distinto – seja a produção cultural, a inserção acadêmica ou a militância feminista –, todas compartilham uma preocupação comum em compreender os mecanismos de legitimação e reconhecimento das mulheres em seus respectivos domínios. As aproximações entre os estudos demonstram que a trajetória dessas agentes não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser compreendida a partir de redes de sociabilidade, inserções institucionais e estratégias de consagração que lhes permitiram ocupar posições estratégicas no espaço social mais amplo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. Mulheres em luta: memória e história na São Luís dos anos 80. 2007. 103 f. Monografia (História)– Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.
- BARBOSA, Zulene (2001). Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. Tese de doutorado. São Paulo, PUC/SP.
- BRANCA, Moreira Lima. A luta das sufragistas. In: Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. Mulheres representantes no congresso nacional: trabalho político, apresentação de si e rituais de reconhecimento In: Repocs, v.17, n.34, p. 149-170, jul./dez. São Luís, 2020.
- BORGES, Arleth Santos. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. 1997. 296f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.
- BOURDIEU, Pierre. Uma antinomia da noção de protesto coletivo. In: FOXLEY, A. (et alii). Desenvolvimento e Política. São Paulo, Vértice, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11º ed.- Rio de Janeiro. Tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2002.
- _____. Descrever e prescrever. As condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas linguísticas. São Paulo; EDUSP, 1996.
- _____. Violência Simbólica e lutas políticas. In: BOURDIEU, Pierre. Meditações pascalinas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Sociologia Geral: V.1: Lutas de classificação. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- _____. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, P. Razões Práticas, Campinas/SP: Papirus, 2011. Sociologia Geral: V.1: Lutas de classificação. Petrópolis: Vozes, 2020 (p.103-126).
- BORGES, Arleth Santos. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. 1997. 296f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas.
- COSTA, Célia Maria Leite. Os estudantes e a política. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_estuda.
- CARNEIRO, Sonayra dos Santos. Perfis, produções e apropriações de autoras referenciadas em trabalhos sobre a Amazônia. 2024. 168 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.
- CHARLE, Christophe. História das elites e método prosopográfico. In: HEINZ, F. M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

COLLOVALD, Annie. Identité(s) Stratégique(s). Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 73, p. 29-40, juin, 1988.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). História da Educação, n.14, 2003.

CORADINI, O. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. Revista Política e Sociedade. V.16, n. 37, 2017.

CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais. FELIX, Loiva O. et al. (Orgs.). Mitos e heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 125-144.

CORADINI, Odaci Luiz; REIS, Eliana Tavares dos. Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais. Revista Pós Ciências Sociais – REPOCS. V. 9, n. 17, p. 09-17, 2012.

CARVALHO, Maria Eulina; FREITAS, Mayane Júlia; SILVA, Karine Leite. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015, UFSC– Florianópolis.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO: QUESTÕES DO FEMINISMO, cadernos pagu (16) 2001: pp.13- 30.

DELMIRO COSTA, Dayana. Mulher em campanha eleitoral: parentesco, gênero, religião e apoios no percurso de uma candidata. In: GRILL, I.G (org) ; Lima, J.G. (org) ; Aragão, E.R.O. (org) ; Costa, D.dos S. D. (org). (Org.). Eleições Municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2010, v. 300, p. 209-249.

DEZALAY, Yves; MADSEN, Mikael. Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais: estratégias cosmopolitas e reprodução de hierarquias sociais. In: CANÊDO, L. Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 2013.

DUARTE, C. Feminismo: uma história a ser contada. In HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do 77 Tempo, 2019.

DULONG, Delphine. Por dentro e por fora; a subversão na prática. REPOCS– Revista Pós Ciências Sociais, nº 34, 2020. ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1999 (Introdução).

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. 1987. “The changing balance of power between the sexes. A process sociological study: the example of the Ancient Roman State. Theory, Culture & Society”. London, v.4, n.2, p.287-316, 2000.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994.

FERREIRA, Maria Mary. As Caetanas Vão à Luta: Feminismo e Políticas Públicas no Maranhão. São Luís. EDUFMA; Grupo Mulheres da Ilha, 2007.

FERREIRA, Maria Mary. Nos bastidores da Tribuna: mulher política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. Trajetórias de Estudos e Pesquisa em gênero no Norte e Nordeste: A REDOR e seus paradoxos. In: Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro. São Luís. REDOR, 2012.

_____. Feminismos no Nordeste brasileiro. POLIS [Online], 2011. URL : <http://journals.openedition.org/polis/1176>.

_____. Mulher, Gênero e Políticas Públicas. 1ª. ed. São Luís: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Gênero/UFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 1999. 196p .

FERREIRA, Maria Mary; PINTO, Neuzeli Magalhães. Mulheres, Classe Social e Violência de Gênero em Tempos de Pandemia. Revista latino-americana de Geografia e Gênero, v. 12, p. 130-145, 2021.

FERREIRA, Maria Mary.; PINTO, N. M. A. (Org.) ; CABRAL, W. (Org.) ; ROCHA, L. M. L. N. (Org.) ; LEITE, S. C. C. (Org.) ; FAÇANHA, JOSANNE (Org.) ; DIAS, M. J. S. (Org.) . Violência contra a Mulher e Feminicídio no Maranhão. 1a. ed. São Luís: EDUFMA, 2019. 60p .

GAXIE, Daniel. “Économie des Partis et Rétributions du Militantisme”. In: Revue Française de Science Politique, vol. 27, nº 2, fév. 1977.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GRILL, Igor. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. Revista de Sociologia e Política, V. 23, Ed. 56, p. 21-42, 2015.

GRILL, Igor. Efeitos das ‘redescobertas das instituições’ na sociologia política francesa. Revista 19 Política e Sociedade, n.27, 2014.

GRILL, Igor. G. ; REIS, Eliana T. dos . O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9(17), p. 101-121, 2012.

GRILL, Igor; SEIDL, Ernesto. A politização do espaço social. Revista Política e Sociedade. V.16, nº37, 2017.

GRILL, Igor; REIS, Eliana. Dos campos aos domínios das elites no Brasil. TOMO, nº 32, 2018.

HOLLANDA, H. [Introdução] In HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contextos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAGRAVE, R-M. Pesquisas feministas ou pesquisas sobre mulheres? Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS, *Revista Pós Ciências Sociais* v.17, n. 34, 2020.

MACHADO, Andressa de Carvalho. Mulheres intérpretes do Maranhão: perfis e concepções de cultura. 2018. 173f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

MACHADO, Andressa de Carvalho; REIS, Eliana Tavares dos. Perfis e itinerários de mulheres intérpretes do Maranhão. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2017.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. Condições históricas e sociais das apropriações de Maria

Firmina dos Reis e sua “obra” (1973-2022). 2023. 300 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. O capital militante: uma tentativa de definição. *Plural*,13, 127-134. 2006.

MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. As ativistas maranhenses e a redemocratização do Brasil: gênero, sexualidade e contracultura na Ilha de São Luís (1980-2010). 2024. 255 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

MORAIS, Adenilda. Institucionalização dos estudos de gênero na UFMA: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida. Dissertação de Mestrado (Educação) UFPA, João Pessoa, 2016.

NASCIMENTO, Silvane. Gênero e Universidade: Uma Abordagem na UFMA. In: Elizete Silva Passos. (Org.). UN MUNDO DIVIDIDO: O Gênero nas Universidades do Norte e Nordeste. 1ªed.Salvador-BA: UFBA, 1997, v. 01, p. 08-283.

NEIBURG, Federico. Peronismo e Mitologias Nacionais. In: Os intelectuais e a invenção do peronismo. São Paulo: EDUSP, 1997.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Luta por direitos: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980. 2015a. 209f. Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA. João Pessoa.

_____. Luta por moradia e condicionantes necessários: história, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, Antonio E. A. et al. Histórias do Maranhão em Tempos de República. São Luís: Edufma; Jundiá: Paco Editorial, 2015b, p. 353- 380.

PETRARCA, Fernanda. Profissão e Política: um novo objeto para as ciências sociais?. In: As ciências sociais e os espaços da política no Brasil/ GRILL, Igor; ERNESTO, Seidl (Org). Rio de Janeiro: 1ª edição, Editora FGV, 2013.

PETRARCA, F. OLIVEIRA, W. Os estudos de Elites no Brasil: Um ensaio crítico sobre a produção recente. In: Estudos sobre Elites Políticas e Culturais, V.2.

PIZZORNO, Alessandro. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In. Foxley, A.(et ali). Desenvolvimento e Política. São Paulo: Vértice,1988.

PONTES, Heloísa.; ROSSATTI, Camila Gui.; REIS, Eliana Tavares dos. Gênero e cultura nas Ciências Sociais brasileiras: depoimento de uma pesquisadora com nome próprio. *Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS)*, v.17, n.34, p. 101-127, julho/dezembro, 2020.

REIS Eliana T. dos; GRILL, Igor G.; (2023). Juxtapositions de logiques et de domaines culturels et politiques dans l'état du Maranhão. *BRESIL(S)*, v.24, p1-22, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/16438>.

REIS, Eliana Tavares dos. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cadernos Pagu*. n.43, p. 233-263, jul/dez, Campinas, São Paulo, 2014.

REIS, Eliana.T. dos. Trajetórias, espaços e repertórios de mobilização. Porto Alegre/São Luís:

Oikos/EDUFMA, 2015. 162 REIS, Eliana Tavares dos. "Confissões políticas" de mulheres parlamentares. In: Repocs, v.17, n.34, p. 189-214 jul./dez. São Luís, 2020.

_____. A "arte" da intervenção política: carreiras e destinos de protagonistas que "lutaram contra a ditadura militar" no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz. (org). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Referencial e mediação na produção de políticas públicas para a "cultura" no Maranhão. In: 33.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, p. 1-32, 2009.

_____. Em nome da "cultura": porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. Sociedade e Estado, Brasília, v. 25, n.3, p.499-523, set/dez, 2010.

_____. Juventude, intelectualidade e Política. Dissertação de mestrado. PPGCP/IFCH/UFRGS, 2001.

_____. "Fé" nos engajamentos políticos e culturais do Maranhão (1970 e 1980). In: Estudos sobre elites políticas e culturais / [Eliana Tavares dos Reis](#) e [Igor Gastal Grill](#)(Organizadores). São Luís: EDUFMA, 2014.

REIS, Eliana Tavares dos; BARREIRA, Irllys Alencar F. A "força da representação": pesquisando mulheres em domínios políticos e culturais In: Repocs, v.17, n.34, p. 9-18 jul./dez. São Luís, 2020.

ROSATTI, C. BORDIGNON, R. Narrar uma vida e se inscrever na história: percursos do biográfico ao sociológico. Política & Sociedade- Florianópolis- Vol. 21- Nº 50- Jan./Abr. de 2022.

ROCHA, Lourdes M. Abrindo os olhos e botando a boca no mundo: a emergência do movimento feminista em São Luís MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira. Políticas Públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81- 107.

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). Caderno de Exercícios 2. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

ROCHA, Lourdes Leitão. NASCIMENTO, Silvana Magali Vale ; BATISTA, Ieda Cutrim ; FERREIRA, Maria. Mulher e representação política no Maranhão. Cadernos Feministas de Economia e Política, Recife, v. 2, p. 145-160, 2005.

SAPIRO, Gisèle. "Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês". Revista Pós Ciências Sociais, vol. 09, nº 17, 2012.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Sociologias. V. 13, no. 28, 2011.

SEIDL, Ernesto. "Catolicismo e mediação cultural no extremo sul do Brasil". In: GRILL, I.G; REIS, E. T. dos. Estudos de elites e formas de dominação. São Leopoldo/São Luís: Oikos/EDUFMA, 2020.

SERRA, Déborah Arruda. Engajamentos militantes e construções identitárias na trajetória de Mundinha Araújo. 2021. 161 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SIGAL, Silvia. Intelectuais e cultura na Argentina. Revista Pós Ciências Sociais REPOCS. V. 9, n. 17, p. 51-66, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80 [1986].

Trajectoires de la notabilité. I. Pratiques et stratégies. In: Politix, vol. 17, n°65, Premier trimestre 2004. Trajectoires de la notabilité. I. Pratiques et stratégies pp. 11-13. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2004_num_17_65_1606.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. 2. ed. ampl. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 1996.. eBook Kindle. 393 p. Disponível em: <https://www.amazon.com.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (Orgs.). Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

FONTES

CURRÍCULOS LATTES. Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.

AMORIM, Conceição. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0449181618800635>. Acesso em: 29 jan. 2025.

LEITÃO, Lourdes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7295015708722425>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FERREIRA, Mary. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1813463162883226>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PINTO, Neuzeli. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2589208712209940>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MAGALI, Silvane. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4749612956200320>. Acesso em: 29 jan. 2025.

INSTAGRAM. Fórum Maranhense de Mulheres (@forummaranhensedemulheres). Disponível em: <https://www.instagram.com/forummaranhensedemulheres/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FACEBOOK. Fórum Maranhense de Mulheres. Disponível em: <https://www.facebook.com/ForumMaranhensedemulheres/>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Site oficial da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 29 jan. 2025.

APÊNDICE I
ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Nome do/da entrevistado/a:

Tipo de vinculação ao Fórum de mulheres:

Data da entrevista:

Local da entrevista:

1. A Sr.^a poderia me informar o ano e local em que nasceu?
2. E seus pais, onde nasceram?
3. Qual o grau de escolaridade deles?
4. A sra. Lembra as instituições de ensino?
5. Qual a profissão/ocupação deles? Onde trabalhavam? (pedir para localizar)
6. E seus avós nasceram na mesma localidade?
7. O que eles faziam?
8. E o grau de escolaridade?
9. A Sr.^a e sua família (pais, sobretudo) residiram no local do seu nascimento até que ano?
10. Seus familiares (pais, avós) eram identificados com alguma religião? Se sim, a Sr.^a pode me dizer qual?
11. E a senhora, se identifica com alguma religião? Qual?
12. Seus pais ou outros parentes tiveram algum tipo de engajamento político (partidário, militante, sindical, em movimentos, causas, etc.)?
13. Em que período?
14. Como atuavam?
15. A Sra. Poderia me informar sobre seu estado civil?
16. Qual a profissão/ocupação do/da companheiro/a?
17. E o grau de escolaridade? (Instituições?)
18. Ele/ela tem algum tipo de identificação religiosa?
19. Ele/ela tem algum tipo de engajamento político (partidário, militante, sindical, em movimentos, causas, etc.)? Como atua?
20. Ele/ela tem algum tipo de engajamento cultural? Qual? Como atua?
21. A sra. Tem filhos?
22. Quantos? Quais as idades?
23. Escolaridade? Instituições?
24. Qual a profissão/ocupação deles?

25. Algum tipo de identificação religiosa?
26. Algum tipo de engajamento político (partidário, militante, sindical, em movimentos, causas, etc.)? Como atua?
27. Algum tipo de engajamento cultural? Qual? Como atua?
28. E sobre a senhora, qual o seu grau de escolaridade?
29. Em que escola (as) estudou durante o seu ensino médio?
30. Em que período? (início e término)
31. Em caso de formação superior: Instituição, curso e período (início e término)
32. O que motivou a escolha do curso?
33. Além do Fórum de mulheres, quais foram e são seus engajamentos militantes? (partidário, militante, sindical, em movimentos, causas, etc.)?
34. A senhora poderia comentar sobre suas motivações?
35. Para os seus engajamentos, a senhora considera que foi influenciada por parentes, amigos/as, parceiros/as, etc.?
36. Quais as principais questões que a senhora defende?
37. Onde e como a senhora atua em nome desses engajamentos ou causas? (Pedir para situar o período)
38. Quais foram as suas profissões/ocupações anteriores? (Pedir para situar o período)
39. Como atuava?
40. Qual a sua atual profissão/ocupação?
41. Quais as suas modalidades de atuação?
42. Quais foram suas motivações?
43. Quais instâncias, instituições, movimentos, etc. de atuação a senhora já esteve/está vinculada?
44. Em que ano a Sr.^a ingressou no Fórum Maranhense de Mulheres?
45. Qual a sua motivação para isso? Como soube ou concebeu a existência do FMM?
46. A senhora foi convidada ou convidou outras pessoas para fazerem parte?
47. Quais os cargos a senhora já ocupou no FMM?
48. Quem são as demais participantes?
49. Existem pessoas que apenas apoiam ou colaboram com a instituição?
50. Quem são? Como atuam?
51. Quais as atividades realizadas pelo FMM?
52. Onde acontecem? Com que frequência? Quem participa?
53. Existe ações voltadas a algum “público alvo”?
54. Existem outras instituições “parceiras” ou vinculações (partidárias, sindicais, universitárias, culturais, religiosas, etc.)?
55. Em que ano o Fórum foi fundado? A Sr.^a pode descrever como ocorreu tal processo?
56. A senhora sabe informar se havia alguma outra instituição semelhante que serviu de inspiração?
57. Qual a estrutura organizacional do FMM?

58. Houve modificações no decorrer dos anos? Quais?
59. Existem ramificações da instituição no interior?
60. Existe algum acervo próprio do FMM?
61. Esse material está disponível para consulta?
62. Como a Sr.^a definiria o posicionamento político do Fórum Maranhense de Mulheres?
63. Para encerrar, a senhora poderia, por favor, comentar sobre a importância do FMM?
64. Quem ou quais seriam os principais desafios, inimigos ou obstáculos?